



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A influência da globalização no populismo europeu O caso italiano (2015-2020)

Bianca Alves Ludovino

Orientador: Prof. Doutor Samuel de Paiva Pires

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Lisboa
2025



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A influência da globalização no populismo europeu

O caso italiano (2015-2020)

Bianca Alves Ludovino

Orientador: Prof. Doutor Samuel de Paiva Pires

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Júri:

Presidente:

Doutora Maria João Militão Ferreira de Sousa Pereira, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutor Marcos Farias Ferreira, Professor Auxiliar com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Samuel de Paiva Rodrigues Pires, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientador.

*Lisboa
2025*

Para as minhas avós, Augusta e Iria

Agradecimentos

A todos os professores e colegas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a minha educação até ao culminar desta etapa académica.

Ao meu orientador, professor Samuel de Paiva Pires, pela sabedoria, paciência, apoio e disponibilidade que demonstrou desde o início deste trabalho.

Às minhas amigas de infância, Cláudia e Jéssica, pelas conversas de incentivo que sempre me motivaram em momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, Bárbara e Diogo, que apesar da distância sempre mostraram o seu apoio, pela sua amizade e pela confiança que deram em momentos de insegurança e pressão. E à Mariana e à Sofia, pela sua amizade e pelas conversas motivacionais desde a licenciatura.

Às minhas primas, Babi e Filipa, pelo seu apoio incondicional, por sempre me motivarem com mensagens de encorajamento e pela sua presença na minha vida, apesar da distância.

Aos meus padrinhos, Rosário e Francisco, pela paciência nas horas mais stressantes, pela estadia em alturas de calor e necessidade de calma, e pelo seu apoio constante.

À minha irmã, Nicole, por todas as suas palavras e atos de apoio, pelas horas de desabafo, pela orientação por ondas de incerteza e, especialmente, por nunca ter parado de confiar em mim.

Aos meus pais e ao meu avô, pelo seu amor e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida sem os quais não seria possível a realização desta etapa e pela sua confiança incessante e compreensão. Obrigada.

Resumo

Pela primeira vez na história da União Europeia um dos Estados-membros originais elegeu um governo populista com valores eurocéticos. Este acontecimento marcou a ascensão do movimento populista europeu, tendo a globalização um papel fulcral no seu desenvolvimento. Nesta análise, é abordada a influência da globalização no crescimento do populismo italiano, onde valores como a identidade da nação e a preservação da cultura foram ameaçados pelos impactos provocados pela crise económica de 2008 e pela crise de refugiados de 2015, simbolizando um retrocesso democrático marcado por uma retórica populista de “nós” contra “eles”. Este fenómeno instigou a procura de alternativas ao governo tradicional que se colmatou com a eleição do governo Movimento 5 Estrelas e Lega, ambos partidos populistas cuja ideologia é baseada em ideais anti-globalistas e anti-imigração. Para tal, é efetuada a análise a discursos proferidos por Giuseppe Conte e Matteo Salvini, representantes do Movimento 5 Estrelas e Lega, respetivamente. A análise é conduzida através do modelo tridimensional de Fairclough, havendo um foco na temática da globalização, crise económica, migração e euroceticismo.

Palavras-chave: Itália; Populismo; Globalização; Ordem Liberal internacional; Crise global

Abstract

For the first time in the history of the European Union, one of the original member states elected a populist government with Eurosceptic values, marking the rise of the European populist movement, with globalization playing a central role in its development. In this analysis, the influence of globalization on the growth of Italian populism is addressed, where values such as the nation's identity and the preservation of culture were threatened by the impacts caused by the 2008 economic crisis and the 2015 refugee crisis, symbolizing a democratic setback marked by a populist rhetoric of “us” against “them”. This phenomenon instigated the search for alternatives to the traditional government, which was completed with the election of the Five Star Movement and League governments, both populist parties whose ideology is based on anti-globalist and anti-immigration ideals. To this end, I carry out an analysis of speeches given by Giuseppe Conte and Matteo Salvini, representatives of the 5 Star Movement and Lega, respectively. The analysis is conducted using Fairclough's three-dimensional model, focusing on the themes of globalization, economic crisis, migration and euroscepticism.

Keywords: Italy; Populism; Globalization; Liberal International Order; Global crisis

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>ii</i>
<i>Resumo</i>	<i>iii</i>
<i>Abstract</i>	<i>iv</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
1. <i>Revisão da Literatura</i>	5
2. <i>Metodologia</i>	14
3. <i>Enquadramento teórico e conceptual</i>	18
4. <i>Globalização</i>	33
4.1. A crise da ordem liberal	33
4.2. Os choques da globalização e consequências	36
5. <i>Globalização e populismo</i>	39
5.1. A emergência do populismo	39
5.2. A ameaça à identidade nacional	40
5.3. Crises globais	41
5.3.1. Dimensão económica	41
5.3.2. Dimensão sociocultural	46
6. <i>Caso italiano</i>	50
6.1. Origem e evolução da Lega e do Movimento de 5 Estrelas	50
6.2. O impacto das crises globais na Itália	51
6.3. O carácter antiglobalização	53
6.3.1. Proteccionismo e a retórica anti-imigração	53
6.3.1.1. Análise dos discursos de Giuseppe Conte	53
6.3.1.1.1. Análise descritiva	54
6.3.1.1.2. Análise interpretativa	54
6.3.1.1.3. Análise explicativa	55
6.3.1.2. Análise dos discursos de Matteo Salvini	57
6.3.1.2.1. Análise descritiva	57
6.3.1.2.2. Análise interpretativa	58
6.3.1.2.3. Análise explicativa	59
6.4. Impactos na cooperação e integração europeia	61
<i>Conclusão</i>	<i>63</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>65</i>

Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial assistimos à emergência de uma nova visão do sistema internacional, centrada na esfera ocidental, marcada pelo livre comércio, pelo multilateralismo e pela democracia. Perante o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, esta expandiu-se por todo o mundo reforçando a ordem liberal internacional, particularmente marcada pelo fenómeno da globalização.

A globalização é considerada a “intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes, de tal forma que acontecimentos regionais são moldados por eventos que ocorrem a vários quilómetros de distância” (Giddens, 1990, p. 60). Comumente ligado à expansão da democracia e ao modelo de economia de mercado, este fenómeno transnacional contribuiu para a redução da pobreza, para o crescimento económico e para o estabelecimento de uma maior cooperação global.

A globalização trouxe uma convergência de valores económicos e políticos, criando um mundo interligado onde as questões internacionais são tão importantes quanto as nacionais, possuindo o potencial de promover uma sociedade civil global. Porém, acontecimentos recentes têm revelado o desenvolvimento de um ambiente antidemocrático, que se traduziu na proliferação do populismo. A ascensão da globalização conduziu à insegurança económica, à crescente desigualdade e a uma mudança cultural que acabou por fomentar a ideia de que este fenómeno beneficia as elites transnacionais em detrimento da sociedade comum (Flew, 2020). Por sua vez, tal contribuiu para o surgimento do populismo como reação às consequências negativas proporcionadas pela globalização (Barone & Kreuter, 2020; Caiani & Graziano, 2016; Eichengreen, 2018; Maddaloni, 2016; Norris & Inglehart, 2016; Rodrik, 2021).

A interligação entre a globalização e o populismo deve-se a vários fatores, tais como a realocação de indústrias para países de menor custo laboral, que acabou por contribuir para o desemprego, e a fragmentação social que advém da introdução de novas culturas através dos processos de integração e cooperação internacional (Sandrin, 2020). As crises económicas e de refugiados vieram fortalecer este panorama que se manifestou, inclusive, em vários Estados europeus. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial assistimos a um

retrocesso da globalização marcado por uma retórica populista de “nós” contra “eles” (Flew, 2020). Segundo Dani Rodrik (2021), os choques da globalização, mais especificamente quando se trata de integração, acabam por afetar tanto a cultura como a identidade nacional e, como tal, têm vindo a desenvolver um papel relevante no crescimento do apoio a forças populistas, especialmente de movimentos de extrema-direita (pp. 133-134).

Uma vez que a Itália se revela como um dos países mais afetados tanto pela crise económica como pela crise de refugiados, seleccionámos o caso italiano para fornecer uma visão empírica nesta relação entre globalização e populismo. Tal como sucedeu nos Estados Unidos da América (EUA) com Donald Trump, na Europa assistimos à eleição de líderes populistas como Andrzej Duda na Polónia, Boris Johnson no Reino Unido e Giuseppe Conte na Itália. Devido aos impactos provocados pelas crises globais, valores como a identidade da nação e a preservação da cultura foram cada vez mais valorizados, particularmente pela população italiana, cuja busca por alternativas ao governo pró-europeu e pró-globalização se traduziu na formação de uma coligação do partido Movimento 5 Estrelas (M5S) e do partido Lega em 2018. O seu líder político foi visto como o homem do povo que proclamava uma retórica de ideais eurocéticos, anti globalistas e anti-imigração (Flew, 2020; Rodrik, 2021; Sandrin, 2020).

A motivação para a escolha do tema recaiu sobre a sua relevância na atualidade e o impacto que poderá ter no sistema internacional, assim como pelo facto de este surgir como um dos fenómenos mais significativos na política internacional dos últimos anos. Deste modo, consideramos pertinente estudar este processo através da perspetiva da globalização, de modo a perceber o seu rumo no futuro do sistema internacional, uma vez que, como iremos verificar ao longo do estudo, o populismo permanece como uma característica da globalização.

Como tal, pela sua importância no que diz respeito aos impactos no sistema internacional e à sua relevância e atualidade, seleccionámos, como objeto de estudo, o populismo enquanto fenómeno de oposição à globalização, procurando perceber a sua ligação e evolução através da seguinte pergunta de partida: "De que forma a globalização influencia a ascensão do populismo na Itália?". Definimos como objetivo geral a análise da ascensão do populismo em resultado do fenómeno da globalização, nomeadamente a

evolução do caso italiano entre 2015 a 2020, permitindo-nos analisar os impactos da crise de refugiados e os efeitos da crise económica que ainda perduram juntamente com a ascensão dos partidos populistas italianos.

No âmbito deste objetivo, a pesquisa considera ainda os seguintes objetivos específicos:

- Analisar e discutir o conceito de globalização face à sua ligação à crise da ordem liberal e respetivas consequências;
- Realizar uma análise contextual acerca da ascensão do populismo durante as crises globais, mais especificamente na área económica e cultural;
- Identificar a origem e desenvolvimento dos partidos populistas italianos perante as crises globais;
- Analisar o papel do governo italiano, assim como a forma como o seu padrão populista pode pôr em causa a cooperação e integração europeia.

A dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos. Os primeiros três capítulos são dedicados à revisão da literatura, à metodologia usada na elaboração do estudo e ao enquadramento teórico e conceptual.

No quarto capítulo, iremos analisar o conceito de globalização partindo para dois subcapítulos, referentes à globalização na ordem liberal. No primeiro subcapítulo do capítulo, será analisada a origem, evolução e crise da atual ordem liberal internacional. No segundo subcapítulo, serão identificados os choques da globalização e as suas consequências no sistema internacional.

No quinto capítulo, partindo da análise das consequências globais, iremos analisar a emergência do populismo. Este encontra-se dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, iremos discutir a importância da identidade nacional perante o crescimento da retórica populista. No segundo subcapítulo, abordamos o crescimento do populismo na Europa, de modo a fornecer um quadro geral do panorama para o caso de estudo italiano. Para tal, partimos dos dois campos selecionados onde são realizadas análises contextuais das crises globais, económica e de refugiados, e a forma como estas influenciam a população.

No sexto capítulo, será realizada a análise do caso de estudo italiano, mais especificamente entre os anos de 2015 a 2020, e serão abordados quatro subcapítulos. No primeiro subcapítulo, iremos tratar da origem e evolução dos partidos, Lega e do M5S. No segundo subcapítulo serão analisados os impactos das crises globais na Itália e a forma como impulsionaram a ascensão de partidos alternativos. No terceiro subcapítulo, será realizada a análise de discurso político, nomeadamente de discursos proferidos pelos respetivos líderes dos partidos populistas italianos mencionados, através do método de análise crítica de discurso de Fairclough. No quarto subcapítulo, será analisado o crescimento do populismo na Europa assim como as suas repercussões no futuro da cooperação e integração europeia. Por último, serão apresentadas as conclusões do estudo. É de notar que todas as citações de língua estrangeira foram traduzidas por autoria própria.

1. Revisão da Literatura

A ligação entre a globalização e a ascensão do populismo em Itália constitui um terreno complexo e dinâmico que envolve elementos históricos, económicos e sociopolíticos. Para além do que, a realidade política da Itália é marcada pela influência do populismo enquanto se insere cada vez mais nas correntes da interconectividade mundial. Neste sentido, vários autores identificam as forças impulsionadoras do populismo, porém, observamos um consenso geral de que não existe apenas um único fator responsável pelo seu crescimento (Barone & Kreuter, 2020; Caiani & Graziano, 2016; Flew, 2020; Norris & Inglehart, 2019; Pieroni, Salmasi, & Roig, 2022; Rodrik, 2021; Sandrin, 2020).

O objetivo desta revisão de literatura recai sobre demonstrar as várias abordagens pelas quais o populismo surgiu no contexto italiano, através da análise de várias perspetivas como a modernização, a religião, os *media* e a comunicação, a corrupção e os partidos políticos, a desigualdade económica, a identidade cultural e a globalização. A literatura analisada inclui livros, artigos e *reports* de institutos e *think tanks* sobre globalização, populismo e partidos políticos italianos. É de notar que, embora exista uma bibliografia considerável acerca da relação entre globalização e populismo, esta é comumente tratada, seguindo o caso americano com a eleição de Donald Trump ou o caso britânico aquando da realização do Brexit (Norris & Inglehart, 2019). Porém, a literatura disponível sobre a influência da globalização no populismo italiano é limitada, assim como a investigação dos discursos populistas. De modo a responder a esta lacuna, complementamos o estudo com uma análise crítica de discursos pronunciados pelos líderes populistas italianos.

Modernização

A modernização, mais especificamente a automatização italiana, demonstra-se como uma das abordagens que permitem esclarecer o crescimento do populismo. Vários autores que estudaram o paradigma europeu como Im et al. (2019) e Anelli et al. (2019) concluíram que quanto maior a exposição à automatização, isto é a substituição de mão-de-obra humana laboral humana por máquinas, computadores ou robôs, maior é a probabilidade de os eleitores votarem num partido populista. Argumentando que a automatização “representa uma fonte de mudança estrutural na economia que gera ganhos agregados, mas com vencedores e perdedores” (Anelli et al, 2019, p. 6) e que “os choques de automação têm

efeitos políticos nos resultados eleitorais agregados a nível distrital, levando a uma inclinação a favor dos partidos nacionalistas que promovem uma agenda anti cosmopolita e a favor dos partidos de direita radical” (Anelli et al., 2019, p. 3).

Esta inclinação deve-se ao facto de a automatização ser vista como uma ameaça, Im et al. (2019) afirmam que “a automação do trabalho representa outra forma de risco no mercado de trabalho” (p. 2). Algo que é enfatizado no seu estudo é que, embora a perceção de ameaça seja considerada pela classe mais pobre, são os trabalhadores de classe média que demonstram uma maior convicção em votar em partidos populistas uma vez que são os que se sentem mais prejudicados, isto é, “são aqueles que estão acima do limiar da precariedade ou da pobreza, mas percebem o risco de cair no mesmo” (Im et al., 2019, p. 2). Nesta linha de pensamento, Anelli et al. (2019) afirmam que “a inovação tecnológica produz vencedores e perdedores, pelo menos em termos relativos. A identidade de tais vencedores e perdedores varia dependendo da natureza das mudanças tecnológicas” (p. 3). Também, Caselli et al. (2020) argumentam que a automatização, associada à globalização económica, contribuiu para o populismo italiano, mais especificamente no período de 2008 a 2013, agravada pela crise económica (pp. 107-108). De acordo com os autores, “os robôs têm sido fortemente adotados em serviços de mão-de-obra intensiva, como a logística” (Caselli et al., 2020, p. 107).

Religião

Embora a Itália seja um país oficialmente secularizado, a Igreja Católica permanece como uma das maiores influências sociais e políticas italianas, sendo que mais de 60% da população se identifica como cristã (Ipsos, 2023). Porém, segundo Dieckhoff e Portier (2023), a questão da cristandade não implica apenas a crença, mas também se revela como forma de identidade, comumente posicionada em oposição ao Islão (pp. 113-114). Esta ideia acaba por ser instrumentalizada por partidos populistas que introduzem a divisão de “cristãos” e “não-cristãos”, isto é, a retórica do “nós” contra “eles”, onde os últimos são considerados o inimigo.

Ozzano (2019) também concorda com esta abordagem ao reforçar que “os partidos europeus, anteriormente seculares ou centrados na clivagem religiosa “tradicional” (p. 65), utilizam cada vez mais argumentos relacionados com a religião no contexto de uma postura

civilizacional centrada em discursos antiglobalização e anti-UE, mas sobretudo na ideia de migrantes e os muçulmanos como um outro ameaçador” (p. 65).

Deste modo, vários autores reconhecem que os partidos populistas italianos recorrem à religião visando o apoio das massas (Caiani & Carvalho, 2021; Dieckhoff & Portier, 2023; Maddaloni, 2016). Um dos partidos que mais demonstra a sua favorabilidade para com a Igreja Católica é o partido Lega, desde a sua fundação por Umberto Bossi em 1991, que se demonstra como um dos apologistas da cristandade. Numa primeira instância, Bossi evocou as suas raízes cristãs para criticar o povo do sul, particularmente os “Ladrões de Roma” (“Roma Ladrona la Lega non perdona”¹).

Com a eleição de Matteo Salvini, em 2013, assistimos ao reforço do uso da religião tanto em forma retórica como simbólica. Para além de aclamar a proteção da Virgem Maria sob o povo italiano, Salvini, apresenta-se com um rosário e segura uma Bíblia em alguns dos seus discursos, de modo a indicar a sua posição de descontentamento com a presença do povo muçulmano em território nacional (Caiani & Carvalho, 2021). Segundo Ozzano (2019), este uso de objetos religiosos para efeitos eleitorais foi criticado pelos próprios membros da Igreja hierárquica devido à “incongruência entre a mensagem do Evangelho e a plataforma da Lega – particularmente em termos de atitude em relação aos migrantes” (p. 65).

Media e a comunicação

Ao longo dos anos, o papel desempenhado pelos *media* e pela comunicação tem sido reconhecido como um dos pré-requisitos impreteríveis à ascensão do populismo (Bobba & Legnante, 2018; Bracciale, Andretta, & Martella, 2021). A presença dos *media* no quotidiano e a influência que possui sobre o leitor ou espetador transformam-nos num meio de disseminação de mensagens políticas extremamente eficaz. Segundo Bracciale et al. (2021) “A comunicação política moderna é fortemente caracterizada pela utilização de sites de redes sociais, que se revelaram extremamente propícios à propagação do populismo” (p. 1478). Deste modo, vários políticos tiram partido das vantagens que advém da comunicação e dos *media* para garantir o seu sucesso, sendo que o cenário político em Itália não é exceção, tal como Giusto e Blais-McPherson (2022) afirmam: “A atual política italiana é emblemática do

¹ Slogan do partido Lega Nord na campanha de 1991

papel crucial desempenhado pelos meios de comunicação digitais no crescente enraizamento do populismo institucional” (p. 2).

Perante a análise do tema observamos que vários autores optam por considerar as diferentes faces do populismo, mais especificamente no populismo como ideologia e no populismo enquanto retórica (Athens Institute, 2024; Bracciale, Andretta, & Martella, 2021; Bobba & Seddone, 2022)

O populismo enquanto ideologia é considerado de baixa densidade (Caiani e Graziano, 2016; Destradi e Plagemann, 2019; Kaltwasser e Mudde, 2017), isto é, é frequentemente agregado com outras ideologias mais estruturadas. Esta característica reflete-se nos *media*, pois devido à sua fragmentação e adaptação, a ideologia populista demonstra-se vaga e ambígua, dificultando a sua identificação (Bracciale, Andretta, & Martella, 2021, pp. 1478-1479). Apesar desta ambiguidade, é possível identificar que a via de comunicação priorizada pela ideologia populista são as redes sociais, sendo de destacar a sua presença no Facebook. Segundo vários autores, esta plataforma social tem vindo a tornar-se numa das principais fontes de informação política devido à sua facilidade em providenciar uma comunicação personalizada e, por vezes, direta, sendo o meio de comunicação mais usado de entre os políticos italianos (Athens Institute, 2024; Bobba & Seddone, 2022; Bracciale, Andretta, & Martella, 2021).

No seu estudo sobre o uso das redes sociais como meio persuasão das massas, Bracciale et al. (2021) procederam à análise de mais de 1000 publicações feitas por políticos italianos, mais especificamente, Luigi Di Maio do M5S, Matteo Renzi do Partido Democrático e Matteo Salvini da Lega. Estes concluíram que “a ideologia populista contribui para a popularidade online não por si só, mas juntamente com outros fatores - tais como o posicionamento político, características das plataformas e estratégias de comunicação - que estão fortemente relacionados com como e em que contexto a ideologia é “realizada” através de elementos-chave de comunicação” (p. 1489). Neste sentido, Bobba e Seddone (2022) afirmam que “considerando a dimensão comunicativa entre os partidos políticos italianos, mais uma vez os partidos identificados como ideologicamente populistas são os mais ativos nas redes sociais” (p. 57). Acabando também por destacar Matteo Salvini, pelo seu uso das redes sociais como propaganda eleitoral.

Enquanto forma de retórica, o populismo é considerado uma estratégia discursiva marcada pela persuasão das massas, pelo que, através do uso e instrumentalização dos sentimentos gerais de ansiedade, apela ao poder da população para desafiar a legitimidade do governo em exercício (Betz, 1993). Para tal, os populistas adotam uma linguagem emocional, um discurso simples e direto onde abordam assuntos controversos (Bracciale, Andretta, & Martella, 2021, p. 1480).

Desde a década de 90 que “a forma italiana de fazer política” (Giusto & Blais-McPherson, 2022, p. 2) tem presente a circulação de produções mediáticas populistas (Pallaver, 2018). A partir de 2000, esta tendência tornou-se mais evidente face ao “crescente envolvimento das classes populares italianas com as redes sociais online que promoveu o sucesso eleitoral de partidos populistas baseados na Internet” (Giusto & Blais-McPherson, 2022, p. 5)

Neste sentido, o Instituto de Atenas (2024) argumenta que os novos movimentos populistas italianos priorizam a sua atividade nas redes sociais baseadas em plataformas interativas, onde “não dependem dos meios de comunicação estabelecidos”. Para além disto, a retórica populista proferida e manifestada pelos líderes políticos italianos assegura-lhes uma grande visibilidade devido à sua personalização e extravagância (Pallaver, 2018; Salvador, 2021). Bracciale e Mazzoleni (2018) enfatizam a presença constante de Matteo Salvini, Giorgia Meloni e Silvio Berlusconi em programas de televisão famosos, porém, descreve-a como secundária ao papel das redes sociais, que permanece como o meio de comunicação ideal dos populistas para manterem e expandirem o contacto com os eleitores. Exemplificando-a como um “tipo de comunicação populista hipermediatizada, típica de um ambiente de media híbrida” (p. 8).

Crises políticas: corrupção e os partidos políticos

Para Caiani e Padoan (2021), uma das explicações para a emergência do populismo centra-se na esfera política, afirmando que “o populismo é causado principalmente pela crescente insatisfação dos cidadãos em relação às instituições e atores tradicionais das democracias liberais representativas” (p. 336). Numa perspetiva semelhante, Mény e Surel (2001) argumentam que existem três condições que facilitam a emergência do populismo, são elas: um enfraquecimento progressivo do aparelho de mediação tradicional (os partidos

políticos), o crescimento contínuo da personalização do poder com predominância de partidos pessoais e o desenvolvimento da influência dos *media* (p. 85).

O descontentamento que emana da população é, em grande parte, resultado da incapacidade dos partidos políticos, que permanecem em funções, em responder às rápidas transformações sociais e económicas (Cavazaa et al., 2020). Este ambiente de insatisfação surgiu como uma oportunidade de crescimento para os atores populistas que falam em nome do povo e prometem reger em prol dos seus interesses, uma vez que, ainda não são considerados como corrompidos pelo sistema (Bull, 2010; Caiaini & Padoan, 2021).

No cenário político italiano, esta janela de oportunidade tem surgido após várias crises políticas, sendo de destacar o caso Tangentopoli ('cidade do suborno') também conhecido como Mani pulite ('Operações Mãos Limpas') que decorreu durante a década de 90 e culminou com o colapso do sistema partidário italiano.

No início da década de 1990, foi exposta a corrupção do sistema partidário italiano que até então possuía uma relativa estabilidade. Cavatorta (2001) descreve a situação como "A Itália aparentemente "trocou o bom governo pela estabilidade política" (p. 28). Face a este escândalo, tanto o Crisitani Democratas (Democratas-Cristãos) e o Partito Democratico della Sinistra (Partido Democrático de Esquerda) dedicaram-se à gestão da exposição da corrupção, abrindo um espaço político para novos partidos (Curran, 2004, p. 48).

Desta forma, a falta de confiança da população nas formas tradicionais de representação política refletiu-se em 1994, com o fim da Primeira República e com o surgimento de um novo partido político populista fundado por Silvio Berlusconi: Forza Itália. Segundo Curran (2004), o estilo populista de Berlusconi foi "concebido cuidadosamente para preencher uma lacuna num país que ainda se recupera dos escândalos da corrupção e do quase colapso do seu sistema político" (p. 50), apresentando-se como um "antipolítico e, como representante de uma ética do homem comum, trabalhando pela sua família em circunstâncias difíceis" (Agnew & Shin, 2017, p. 920).

Globalização: a insegurança económica e as mudanças culturais

A ligação entre a globalização e o populismo tem vindo a tornar-se um ponto de viragem para a manutenção da ordem liberal no quadro das relações internacionais. As crises

económicas e de refugiados vieram fortalecer este panorama que se manifestou, inclusive, em vários Estados europeus. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial assistimos a um retrocesso da globalização marcado por uma retórica populista de “nós” contra “eles” (Flew, 2020).

Na literatura analisada, destacamos duas teorias predominantes que analisam o crescimento do populismo perante a globalização, designadamente a perspetiva da insegurança económica e a teoria do choque cultural (*cultural backlash*) (Barone & Kreuter, 2020; Caiani & Graziano, 2016; Caselli, Fracasso, & Traverso, 2020; Cox, 2018; Norris & Inglehart, 2019; Pieroni, Salmasi, & Roig, 2022; Rodrik, 2021).

Tal como o nome indica, a perspetiva da insegurança económica sugere que as transformações económicas têm sido um fator fulcral para a vitória de líderes populistas italianos nas eleições (Bobba & McDonnell, 2015; Caselli, Fracasso, & Traverso, 2020; Guiso, Herrera, Morelli, & Sonno, 2017). Neste sentido, vários autores defendem que a intensificação do populismo pode ser entendida como uma reação dos “perdedores da globalização” sobre o aumento da insegurança económica (Anelli, Colantone, & Stanig, 2019; Barone e Kreuter, 2020; Caiani e Graziano, 2016). Segundo Norris e Inglehart (2019), os perdedores da globalização económica experimentaram um declínio do rendimento real e do estatuto, o que estimulou a reação populista” (p. 146). No seu estudo sobre votos dos partidos italianos, Caiani e Graziano (2016) provaram a existência de uma correlação positiva entre o *populist backlash* e o agravamento das condições económicas devido à globalização. Similarmente, Barone e Kreuter (2020) concluíram que as dificuldades económicas causadas pela globalização aumentam o apoio aos partidos populistas em Itália (p. 14).

No entanto, a análise da perspetiva da insegurança económica revela-se insuficiente na compreensão da ascensão do populismo face à globalização. Segundo Norris e Inglehart (2016), “os processos interativos podem possivelmente ligar estes fatores [económicos e culturais]”, ou seja, as tendências sociais na economia global podem contribuir para a insegurança económica, e, por sua vez, este comportamento pode estimular uma reação negativa em relação às mudanças culturais. Sandrin (2021) partilha da mesma posição ao afirmar que, embora os impactos negativos da globalização e das políticas liberais tenham facilitado a ascendência de partidos populistas europeus, este clima de descontentamento foi

agravado devido ao aumento da imigração, que despertou uma ameaça à identidade nacional (p 228). Como tal, a perspectiva do *cultural backlash* demonstra-se como essencial ao estudo do objeto proposto.

A perspectiva do *cultural backlash* atribui a ascensão do populismo a causas culturais, defendendo que os resultados eleitorais podem ser explicados por uma mudança de valores de cariz conservador para progressista (Norris & Inglehart, 2016). Segundo Norris e Inglehart (2019): “(...) os efeitos geracionais superam os fatores económicos na previsão de quem detém valores autoritários” (p. 133). Como tal, o apoio de partidos e movimentos populistas não advém apenas da insegurança económica, mas também como reação a mudanças culturais progressivas. Pieroni et al. (2022) sugerem que, em muitos casos, o populismo italiano surge quando a globalização se traduz num movimento em massa de migrantes, cuja entrada em território nacional evidencia fatores como a distância cultural entre os recém-chegados e os nativos que, por sua vez, poderão levar ao apoio de forças populistas (pp. 1-3). Neste sentido, ao analisarem a dinâmica eleitoral italiana entre o período de 1994 a 2008, Caselli et al. (2020) concluíram que a combinação entre as questões económicas e as questões culturais contribuíram para os resultados eleitorais positivos de partidos populistas, demonstrando-se como uma abordagem recente e pertinente (pp. 107-108).

É de notar que, embora a globalização esteja interligada a outros domínios, como a modernização, a religião, os *media* ou as crises políticas, o foco nas perspectivas económicas e culturais é deliberado. Embora o impacto da automatização no populismo italiano seja pertinente, todos os artigos mencionados, envolvendo o tema, concluem que as consequências da modernização no populismo italiano carecem de vigor enquanto causa única, isto é, o risco da automatização não se demonstra como um fundamento suficiente para explicar o apoio aos partidos populistas de direita (Anelli et al., 2019; Caselli et al., 2020; Im et al., 2019). Da mesma forma, embora a instrumentalização da religião esteja presente entre partidos populistas italianos, esta não se revela como uma característica fundamental do populismo estando mais ligado à questão da identidade. Segundo Caiani e Carvalho (2021) “não há nada especificamente populista neste tipo de culturalização ou naturalização da desigualdade” (p. 12) , embora haja a presença de uma “elite” e de uma “minoria”. Para além disto, os autores indicam que apesar do partido Lega ser considerado populista e seja semelhante a elementos de sacralização da política, este “não cumpre as características do

‘populismo missionário’ (p. 12). O caso dos *media* e da comunicação demonstra-se como particular à ascensão do populismo italiano, no entanto, representam um papel decisivo uma vez que são um meio através do qual o populismo se emana e não uma causa pela qual ele advém. As crises políticas também se revelam como catalisadoras à ascensão do populismo italiano, tal foi o caso na década de 90, e, mais recentemente, em 2022, com a eleição antecipada de Giorgia Meloni, porém, embora significativas, podem por vezes ser sintomáticas e não causadoras de surtos populistas.

Deste modo, uma vez que tanto as dimensões económicas como as dimensões culturais, profundamente influenciadas pelas forças da globalização, emergem como características pertinentes na compreensão da ascensão do populismo italiano, priorizámos a sua análise. Esta temática tem ganho maior relevo, devido à ocorrência e impacto das crises globais, particularmente, pela forma como os Estados democráticos reagem a este fenómeno. No entanto, ainda se trata de um tema pouco explorado a nível da investigação académica na área da Relações Internacionais, embora possua uma vasta importância visto que a influência que a globalização mantém sobre a ascensão do populismo, poderá ditar o futuro da União Europeia e da ordem internacional. Ao analisarmos o caso italiano, pretendemos enfatizar a importância que este fenómeno possui a nível nacional e supranacional.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento do objeto de estudo em análise, optámos por uma metodologia qualitativa de índole interpretativista fundamentada através de um estudo de caso e de análise documental e discursiva. Trata-se de um método cujo objetivo principal se centra na compreensão dos problemas através da análise de comportamentos, atitudes e valores (Sousa & Baptista, 2011, p. 56).

A utilização do raciocínio dedutivo parece ser o mais adequado à dissertação, uma vez que, com base na literatura e teoria existente, parte de um ângulo geral para algo mais específico. Desta forma, esta dissertação parte de um problema transnacional, a influência da globalização no populismo, sucedida pela descrição e evolução do populismo na Europa perante as crises globais e, posteriormente, a análise dos impactos deste fenómeno em Itália.

Segundo Robert Yin (2014), o estudo de caso possui um atributo abrangente que define como um “foco intenso num único fenómeno dentro do seu contexto na vida real” (p. 63), caracterizando-o como uma “investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes” (p. 53), sendo que permite compreender e explorar acontecimentos em contextos complexos através das questões “como?” e “porquê?”, demonstrando-se adequado quando o investigador possui pouco controlo sobre os acontecimentos.

Já Creswell (2013) refere que o método de estudo de caso “explora um sistema limitado contemporâneo da vida real (acaso) ou múltiplos sistemas limitados (casos) ao longo do tempo, por meio de detalhes, recolha de dados extensa, envolvendo múltiplas fontes de informação e relatórios” (p. 36). Como tal, apresenta-se como o método que permite compreender e analisar o objeto de estudo respeitante à evolução do populismo em Itália.

Neste campo de investigação existem dois tipos de categorias no que diz respeito ao número de casos analisados, são eles: *multiple cases* e *single case*. Para além do que foi mencionado anteriormente, optámos por analisar um único país (*single case*), uma vez que este método se demonstra benéfico para a dissertação, ao permitir a elaboração de uma investigação detalhada e profunda de um fenómeno, durante o período delimitado (Gerring, 2004, pp. 352-353).

Porém, sendo a retórica um dos fatores essenciais e identitários do populismo, incorporámos outra via de pesquisa: a análise de discurso. Esta permite-nos compreender discursos através de diferentes perspetivas e tão variadas quantas as fontes reunidas pelo autor, atuando como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 2020, pp. 15-17).

Na análise do discurso podemos verificar um grau de regularidade nas relações sociais, acabando por se restringir à forma como as pessoas categorizam e pensam sobre o mundo, isto é, não vai para além do que é pensado. Porém, “(...) nem tudo é sempre dito(...)” (Foucault, 2007, p. 135), face a uma análise discursiva devemos ir para além do discurso e procurar o que está implícito mas não foi dito, uma vez que até no silêncio existe um espaço de interpretação (Orlandi, 2020, pp. 82-83).

No que diz respeito à técnica de análise, optamos por seguir a via da análise de discurso crítico de Norman Fairclough. Este método estuda principalmente a forma como o abuso do poder social e a desigualdade são promulgados e legitimados por texto e diálogo social e político. Para entender o modo pelo qual as estruturas específicas do discurso afetam processos mentais diferentes ou possibilitam o desenvolvimento de representações sociais distintas, a análise crítica do discurso destaca-se por detalhar e explicar as maneiras pelas quais os conhecimentos, atitudes e ideologias compartilhados podem ser fabricados por meio da reprodução, ou seja, tem como objetivo descobrir as formas pelas quais o discurso e a ideologia estão interligados (Dijk, 2015; Fairclough, 2012).

Este método também contribui para uma análise social crítica com particular foco no discurso e na sua relação com outros elementos sociais (relações de poder, ideologias, identidades sociais), sendo que possui dois panoramas críticos: normativo e explicativo. Normativo no sentido em que avalia a relação entre a realidade e até que ponto esta corresponderá aos valores tomados para ser considerada fundamental para as sociedades, ou seja, não descreve apenas a realidade existente; e explicativo, uma vez que, procura explicar as realidades existentes mostrando-as como efeitos de estruturas ou mecanismos cujo analista procura testar, como, por exemplo, desigualdades na riqueza e no acesso a bens sociais que podem ser explicados como um dos efeitos associados ao capitalismo (Fairclough, 2012, p. 9).

Fairclough reconhece a linguagem como uma prática social, sendo que acredita na existência de uma relação entre textos, interações e contexto (figura 1). Refletindo esta relação, criou o modelo tridimensional, onde propõe a análise de discurso em três etapas: descrição, interpretação e explicação (Fairclough, 1989, p. 26).

A primeira fase, a descrição “preocupa-se com as propriedades formais do texto” (Fairclough, 1989, p. 26), ou seja, ao analisar o texto, identificamos as características formais da linguagem que consiste na gramática, sintaxe, léxico e vocabulário. A segunda fase, a interpretação, “preocupa-se com a relação entre texto e interação” (p. 26), sendo que o texto é visto “como produto de um processo de produção e como recurso no processo de interpretação” e a análise trata dos “processos cognitivos dos participantes” (p. 26). A terceira fase, a explicação, “preocupa-se com a relação entre interação e contexto social – com a determinação social dos processos de produção e interpretação, e dos seus efeitos sociais” (p. 26). Nesta fase, a análise trata de eventos e estruturas sociais que moldam e são remodelados pelos eventos.

Deste modo, procedemos à análise de discursos, através do modelo tridimensional, realizados por Giuseppe Conte e Matteo Salvini, mais especificamente discursos cujo tema incide sobre a globalização, crise económica, euroceticismo e/ou migração. Uma vez que o contexto no qual foi realizado o discurso se constitui como um elemento importante para a análise, focamo-nos em eventos nos quais os fatores - económicos e migratórios - que influenciam o objeto de estudo ocupem o centro da agenda política. A escolha dos sujeitos prendeu-se com o facto de ambos serem líderes de partidos italianos populistas, e, portanto, demonstram uma retórica populista, como também pela presença que tiveram no governo italiano enquanto coligação.

Os discursos selecionados, no âmbito da análise crítica de discurso, foram retirados de diversas fontes, nomeadamente, publicações disponibilizadas nas plataformas digitais das instituições europeias e dos partidos políticos e em artigos jornalísticos.

No que diz respeito à recolha de dados, foram utilizadas uma diversidade de fontes primárias e secundárias, designadamente a) literatura científica sobre a temática do objeto de estudo; b) discursos de decisores políticos europeus e italianos; c) dados estatísticos de organizações não-governamentais e de outras entidades relevantes para a análise; d) artigos

jornalísticos e de opinião sobre temas relacionados com o objeto de estudo, oriundos de diversos meios de comunicação social.

Devido à relação entre o populismo e as crises (económicas e humanitárias), focamos a nossa análise num limite temporal que compreende os anos de 2015 a 2020, de modo a analisar os efeitos do auge da crise dos refugiados juntamente com a ascensão do M5S e o partido Lega, porém, tendo o aspeto económico um papel relevante na análise do objeto de estudo, efetuamos um estudo introdutório do contexto da crise económica de 2008, uma vez que os seus efeitos ainda se fazem sentir na atualidade.

3. Enquadramento teórico e conceptual

A investigação encontra enquadramento sob a lente do liberalismo das Relações Internacionais, mais especificamente na corrente do internacionalismo liberal marcado pela teoria da paz democrática. O internacionalismo liberal, concebido como uma das grandes tradições nas relações internacionais, defende a ideia da criação de uma ordem internacional fundamentada em instituições e organizações de cooperação multilaterais tendo em vista a promoção da democracia, da liberdade, da segurança coletiva, do Estado de Direito ou do livre comércio (Tomé, 2023). Esta tradição emergiu da ascendência das democracias liberais, entre os séculos XVIII e XIX, sendo que, atualmente, revela-se como modelo dominante na análise da ordem internacional, uma vez que oferece uma visão na qual os Estados democráticos soberanos cooperam para vantagens mútuas e proteção no sistema internacional (Ikenberry G. J., 2020; Jahn, 2013). Neste sentido, “internacionalistas liberais acreditam que as democracias liberais – e até certo ponto o mundo mais amplo de povos e Estados – têm interesses comuns em estabelecer uma ordem internacional cooperativa organizada em torno de princípios de restrição, reciprocidade e igualdade soberana” (Ikenberry G. J., 2020, p. 33).

Um dos aspetos principais do internacionalismo liberal é a existência de várias entidades no palco internacional, isto é, a crença de que tanto os Estados como atores transnacionais, por exemplo organizações internacionais, e outros atores não-governamentais, como por exemplo corporações multinacionais e grupos de direitos humanos, são vistos como entidades importantes para o sistema político internacional, uma vez que exercem um papel substancial na política mundial (Viotti & Kauppi, 2012, pp. 129-130). Deste modo, de uma perspetiva liberal, o processo de globalização crescente tende a provocar uma redução do poder soberano dos Estados e a aumentar o papel dos atores não-estatais na configuração das relações internacionais (Rato, 2020). De acordo com Jahn (2013), “os processos de globalização enfraqueceram a posição do Estado e oferecem uma oportunidade para introduzir formas democráticas de tomada de decisão nos níveis transnacional e supranacional” (p. 26).

Para além de se basearem numa linha de cooperação internacional, os liberais defendem que esta multiplicidade de atores acaba por moldar as políticas e preferências dos Estados. Para muitos cidadãos de Estados liberais, os princípios carregados por esta teoria absorveram a política interna de uma forma tão plena que a sua influência em política externa

tende a ser ignorada ou amplificada (Doyle, 2012). É desta linha de extremos que inserimos o populismo como reação ao processo de globalização defendido pelos liberais. Sendo o populismo considerado uma corrente anti-pluralista, isto é, não aceita a presença de múltiplas entidades com perspectivas políticas diferenciadas terem influência no espaço doméstico, acaba por surgir como uma oposição à globalização. Tal como afirmam Keohane e Nye (2012): “enquanto a globalização continuar, os Estados e outros atores descobrirão que os seus próprios valores são cada vez mais afetados pelas ações dos outros” (p.254).

Tanto no realismo como no liberalismo, o Estado é considerado o ator principal no sistema internacional. Porém, para os realistas, o Estado age de modo a garantir primariamente, a sua segurança, sendo que para o alcançar entra numa busca pelo poder em relação aos outros Estados, através da força militar ou material. Logo, veem no sistema internacional uma balança de poderes que poderá explicar a competição e outros conflitos em relações internacionais. Para os liberais, a busca pelo poder não ocupa um lugar central na sua ação, mas sim na importância da diplomacia e na forma como as instituições internacionais impulsionam um ambiente enraizado na cooperação, ou seja, os liberais focam o seu estudo na cooperação internacional entre Estados e outros atores. Como tal, defendem a existência de uma interdependência no sistema internacional onde ganha particular relevância a análise de fatores de menor importância para o realismo, como a relação entre o Estado e a sociedade. Deste modo, a interdependência é considerada fundamental para a sociedade moderna, sendo que convoca as agendas internacionalistas liberais para a cooperação e estimula os Estados a criarem instituições internacionais como ferramentas para administrar e partilhar a soberania e a interdependência (Ikenberry, 2020; Siacotos, 2021; Viotti & Kauppi, 2012).

No entanto, a interdependência entre Estados não é necessariamente um aspeto positivo. O efeito de interdependência presente tanto na política, como na economia ou na cultura, é visto pelos liberais como uma tendência para moderar o comportamento dos Estados ou até mesmo para contribuir para a sua pacificação. Segundo Viotti e Kauppi (2012), o crescimento desta rede transnacional orientada em torno de estratégias e objetivos comuns acaba por originar uma sociedade civil global (p. 130). No entanto, tal também significa que as ameaças a um Estado podem afetar outros atores, tanto direta como indiretamente, algo mais notável quando se trata de crises económicas ou humanitárias.

Além disso, a interdependência, frequentemente, retrata uma relação de *dominance-dependence*, onde a parte dependente se encontra vulnerável e a única maneira de diminuir a sua condição é minimizar a dependência, que não afeta os Estados de forma igual (Viotti & Kauppi, 2012, pp. 71-72). A vulnerabilidade pode ser definida como a responsabilidade de um ator sofrer custos impostos por eventos externos, sendo que, face à interdependência, se encontra constricto, isto é, os agentes dominantes possuem capacidades de manipular essas restrições e, conseqüentemente, aumentar o seu próprio poder na relação de *dominance-dependence* (Keohane & Nye, 2012, p. 11). Neste sentido, Jahn (2013) afirma que “a crescente interdependência enfraquece a capacidade dos Estados individuais de controlar o seu ambiente político, económico, cultural e até mesmo natural – e isso, por sua vez, debilita a autonomia política dos cidadãos que não têm voz em muitas decisões que afetam diretamente as suas vidas” (p. 137), acabando por contribuir para um aumento das desigualdades.

Nesta ótica de expansão de liberalismo, inserimos a teoria da paz democrática de Immanuel Kant, recuperada e atualizada por Doyle. Esta pretende demonstrar como a cultura política, valores e estruturas políticas domésticas influenciam a perspectiva de paz internacional. Neste sentido, Immanuel Kant antecipou uma era “global cosmopolita na qual os Estados abririam mão de algumas liberdades, vincular-se-iam ao direito público e estabeleceriam uma ordem internacional pacífica que acabaria por abranger o mundo” (Ikenberry G. J., 2020, p. 30). Os defensores da paz democrática afirmam que, com a democratização de cada país, a paz se espalhará pelo mundo e será possível construir uma ordem democrática, livre, próspera e pacífica. Para os liberais, a probabilidade de conflito é reduzida, não só pela abertura de fronteiras para um comércio livre, mas também pela democracia, uma vez que os regimes demoliberais tendem a não entrar em guerra uns contra os outros (Doyle, 1986; Oneal & Russett, 1999).

O ensaio de Immanuel Kant intitulado Paz Perpétua (1795), foi uma resposta direta e alternativa para tanto ao Estado-nação autárquico como à ideia de um governo mundial soberano. O seu principal argumento recai sobre a alegação de que, ao estabelecer a liberdade doméstica, a participação política e as trocas de mercado, é possível alcançar a paz. No que diz respeito à implementação de uma governança global, a paz liberal defendida por Kant é caracterizada como a combinação ideal, pois é a que possui uma menor renúncia à liberdade e

independência, em prol da prosperidade global ou paz democrática (Doyle, 2012; Oneal & Russett, 1999).

De acordo com Michael Doyle (2012), o argumento de Kant pode ser dividido em três condições necessárias à paz. Em primeiro lugar, os Estados deveriam adotar um regime de governo liberal constitucional, representativo e republicano, em que o controlo do Estado seria mínimo e o soberano seguiria o interesse da maioria. Em segundo lugar, os cidadãos desta república liberal devem afirmar um compromisso com os direitos humanos. Deste modo, os Estados democráticos liberais respeitam tanto o seu povo como o de outros Estados democráticos pois todos são considerados cidadãos livres e iguais. É desta condição que emerge a confiança e tolerância, assim como a paz entre as repúblicas liberais. Em terceiro lugar, perante a confiança estabelecida entre Estados, as ameaças de invasão e a competição pelo equilíbrio de poder cessam de existir. Tal permite um crescimento de formas de contacto transnacional que fomenta a prosperidade, como o comércio e o turismo, e um reforço do entendimento mútuo, cuja intensificação através de uma multiplicidade de contactos compensa as fontes ocasionais de conflito (Doyle, 2012, p. 167).

Porém, a paz liberal de Kant não reflete uma combinação ideal pois possui duas grandes limitações. A primeira é que, apesar dos esforços da paz, esta está limitada apenas a repúblicas liberais, ou seja, “o respeito internacional só é estendido a outros Estados liberais republicanos semelhantes” (Doyle, 2012, p. 168). Deste modo, o princípio de confiança que prospera entre democracias contribui para a degradação de qualquer tentativa de cooperação com Estados autocráticos (Doyle, 2012, p. 167).

A segunda limitação encontra-se associada à interdependência. Tal como vimos anteriormente, a interdependência é algo essencial à sociedade moderna, sendo que, na lógica de Kant, para que as repúblicas liberais se mantivessem soberanas e permitissem que os cidadãos governassem, as relações com outros Estados liberais têm de ser limitadas. Immanuel Kant assumiu que esta interdependência se restringia ao livre comércio e à segurança coletiva, porém, perante a evolução da sociedade e intensificação da globalização vivemos num cenário onde não é possível manter uma interdependência “leve” entre Estados, pois estão intrinsecamente conectados na sociedade global (Doyle, 2012, p. 168).

Podemos afirmar que a ideia de expansão mundial da democracia necessita de um equilíbrio para ser bem-sucedida, porém, perante a crescente globalização, as suas limitações foram expostas. Isto é, embora a globalização sustente elementos da paz democrática de Kant, também cria obstáculos, tornando-a menos sustentável e prejudicando a democracia em que se baseia (Doyle, 2012).

As falhas no modelo democrático liberal resultam em movimentos, como o populismo, que oferecem uma visão de oposição a esta concepção. Para além de criticarem a interdependência proporcionada pelo liberalismo, centram o seu discurso em medidas protecionistas e de teor nacionalista. Para líderes populistas, “a globalização é uma ameaça para a integridade cultural e para a prosperidade dos vulneráveis, é uma ameaça para com a democracia e o nosso modo de vida” (Doyle, 2012, p. 174).

Deste modo, o internacionalismo liberal pode ser visto como um conjunto de ideias e projetos para organizar o mundo das democracias liberais, sendo que a reforma da ordem internacional, nas palavras do presidente Woodrow Wilson, visa tornar o mundo seguro para a democracia (“Make the world safe for democracy” (Wilson como citado em Ikenberry, 2020, p. 127). Como tal, à medida que as democracias liberais se foram desenvolvendo, perante as transformações contínuas da sociedade e das relações internacionais, o internacionalismo liberal evoluiu. Neste sentido, John Ikenberry (2020) identificou quatro momentos da transformação do internacionalismo liberal da sociedade moderna, são eles: a ascensão e evolução da democracia liberal, a transição de um mundo de império para Estados-nação, a intensificação da interdependência económica e securitária e a ascensão e declínio da hegemonia britânica e americana (pp. 44-65).

As eras da hegemonia anglo-americana possuíram um papel muito relevante no que diz respeito ao internacionalismo liberal, pois criaram um ambiente propício à sua agenda. Para além de interligarem os ideais do internacionalismo à política externa de Estados democráticos, forneceram uma visão de como Estados emergentes se podem adaptar à ordem internacional. Porém, também foram responsáveis por criar restrições e dilemas no projeto liberal internacional, pois tanto os EUA como o Reino Unido foram impulsionados por incentivos e imperativos que os afastaram das visões liberais internacionais da ordem, sendo

que a eleições dos líderes populistas Donald Trump, em 2016, e de Boris Johnson, em 2019, vieram comprovar esta conceção (Ikenberry G. J., 2020; Rato, 2020).

De acordo com, Silva-Leander (2020) a qualidade da democracia diminui quando partidos populistas sobem ao poder, o que evidencia uma conexão entre ambos os acontecimentos (p. 7). Numa perspetiva semelhante, Inglehart (2018) afirma que “países marginalmente democráticos se tornaram cada vez mais autoritários. E os movimentos populistas autoritários e xenófobos tornaram-se suficientemente fortes para ameaçar a saúde da democracia a longo prazo em várias democracias ricas e estabelecidas” (p. 20).

Como tal, podemos afirmar que o retrocesso democrático a que assistimos é causado, em parte, pela globalização. Mansbach e Ferguson (2021), relembram que várias instituições transnacionais, como por exemplo o Banco Mundial, tomam decisões sem consultar os cidadãos dos Estados-membros (pp. 59-60). O que mostra que os seus líderes políticos são responsáveis perante o Estado, mas não perante a soberania popular, criando um défice democrático. Já os líderes populistas contornam as instituições democráticas e preferem uma via mais direta aos cidadãos, através de referendos para justificar a sua democracia iliberal.

Por conseguinte, a temática em estudo será analisada à luz da teoria do liberalismo internacionalista marcado pela teoria da paz democrática, com particular foco no populismo como vetor da resistência à globalização e, logo, ao liberalismo. Debruçar-nos-emos sobre a influência da globalização, mais especificamente na hiperglobalização e crises globais, cujos efeitos fornecem fatores para provocar uma reação de oposição traduzida na ascensão do populismo na Europa.

Globalização

O fenómeno da globalização está presente na história desde a Época dos Descobrimentos, podendo ser vista como uma crescente conexão entre pessoas, economias, culturas, governos e ambientes (Brown & Labonté, 2011). Como tal, a globalização não é apenas um processo relacionado com a economia, como vimos anteriormente. Tem presente uma multiplicidade de atores que se traduz na sua presença numa pluralidade de dimensões, acabando por assumir uma maior complexidade. Ao longo dos anos, assistimos à expansão de

uma transnacionalização de várias áreas da sociedade. Nas palavras de Anthony Giddens (2013) “a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto económica” (p. 1).

O termo “globalização” foi cunhado por Theodore Levitt em 1983, sendo que vários académicos determinam a sua origem aquando do advento da Segunda Revolução Industrial no século XIX (Britannica, s.d.; Davies, 2005; Williamson, 2005). Tratando-se de um conceito complexo, possui várias interpretações e perspetivas.

Como vimos anteriormente, para Anthony Giddens (1990) a globalização pode ser definida como a “intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes, de tal forma que acontecimentos regionais são moldados por eventos que ocorrem a vários quilómetros de distância” (p. 60). Já para Held et al. (2000) a globalização é vista como “um processo (ou conjunto de processos) que incorpora uma transformação na organização espacial das relações e transações sociais, gerando fluxos transcontinentais ou inter-regionais e redes de atividade, interação e poder” (p. 15) , sendo caracterizada por quatro tipos de mudança: 1) uma extensão das atividades sociais, políticas e económicas através das fronteiras políticas; 2) uma intensificação na magnitude da interligação e dos fluxos de comércio, migração, etc; 3) A crescente extensão e intensidade da interconectividade global que pode estar ligada a uma aceleração das interações e processos globais, isto é, com a evolução do setor dos transportes e comunicação também aumenta a velocidade de difusão de ideias, bens e capitais; 4) A intensidade e velocidade crescentes das interações globais podem estar associadas ao seu impacto cada vez mais profundo, de modo que, por um lado, os efeitos de acontecimentos distantes podem ser altamente significativos noutros locais e, por outro lado, os desenvolvimentos locais podem vir a ter enormes consequências globais (Held et al., 2000, p. 15).

Assim, em termos gerais, a globalização é considerada um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, religiosas e jurídicas interligadas, resultante da inovação e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, sendo que desta interligação existe uma tendência para a homogeneização (Santos, 2022; Stiglitz, 2004).

No que diz respeito às dimensões da globalização, é possível identificar três parâmetros: a globalização económica, a globalização cultural e a globalização política (Dreher, 2006; Fotopoulos, 2001).

A globalização económica refere-se à “crescente interdependência das economias mundiais como resultado da escala crescente do comércio transfronteiriço de mercadorias e serviços, do fluxo de capital internacional e da ampla e rápida disseminação de tecnologias” (Shangquan, 2000, p. 1). Deste modo, reflete o desenvolvimento contínuo e a integração das fronteiras do mercado sendo considerada uma “tendência irreversível para o desenvolvimento económico em todo o mundo” (Shangquan, 2000, p. 1).

A globalização cultural é caracterizada pela disseminação de ideias, informações e pessoas entre países. Esta é marcada pelo consumo comum de culturas que foram divulgadas e difundidas pela Internet e os *media*. Como tal, envolve a formação de normas e conhecimentos partilhados com os quais as pessoas associam as suas identidades culturais individuais e coletivas, impulsionando, de certa forma, a homogeneização da cultura (Steger & James, 2010).

E, por último, a globalização política é definida por uma difusão de políticas governamentais entre países, ou seja, a intensificação e expansão das inter-relações políticas no mundo. Como tal, é refletida pelo número e variedade de organizações internacionais e de tratados e acordos multilaterais, particularmente os que visam lidar com problemas globais ou regionais (Mansbach & Ferguson, 2021). Segundo Steger (2003), a dimensão política da globalização leva-nos a questionar a soberania do Estado-nação e se este sobreviverá à globalização, uma vez que a crescente interligação permeou fronteiras e colocou pressão sobre as formas tradicionais de governação global (pp. 59-61).

De forma concisa, podemos identificar três abordagens da natureza e padrão de integração da globalização, são elas: o ceticismo, o transformacionismo e a hiperglobalização. (Balão, 2014; Held, McGrew, Goldblatt, & Perraton, 2000).

O ceticismo sugere que a globalização é sobrestimada e um mito que “dissimula a realidade de uma economia internacional cada vez mais segmentada em três grandes blocos regionais no seio dos quais os governos nacionais permanecem muito poderosos” (Balão, 2014, p. 205) Como tal, os teóricos céticos argumentam que os Estados são os “principais arquitetos da internacionalização” (Balão, 2014, p. 205).

O transformacionismo defende que a globalização cria circunstâncias que, embora desiguais, transformam os poderes estatais e a forma como estes são usados, argumentando

que a política não pode ser baseada unicamente em Estados-nação. Como tal, “a regulação da ordem global tem que ser assegurada com base numa parceria com os novos atores das relações internacionais, assumindo um princípio de partilha da soberania” (Balão, 2014, p. 210).

Por fim, a hiperglobalização defende que a globalização representa um triunfo dos valores liberais e mercados globais baseada na integração dos Estados e pessoas, que estão sujeitos a processos maciços de mudança, acabando na sua fragmentação e diminuição de poder, ou seja, a globalização é considerada a fase de supressão do Estado soberano face à criação de uma sociedade global (Held, McGrew, Goldblatt, & Perraton, 2000; Slaughter, 2011). Deste modo, “(...) a ascensão da economia global, a emergência de instituições de governança (ou governação) global, a par da difusão global e hibridismo das culturas, são vistos como prova de uma *nova ordem global* (...) onde se pré-figura a *morte* do Estado-nação” (Balão, 2014, p. 203).

Trilema político da economia mundial

Neste sentido, consideramos pertinente discutir o trilema político da economia mundial desenvolvido por Dani Rodrik que nos permite compreender os desafios apresentados pela hiperglobalização. Este foi estruturado a partir de três elementos: a hiperglobalização, o Estado-nação e as políticas democráticas, destacando as tensões inerentes que surgem quando as nações procuram um elevado nível de globalização, ao mesmo tempo que pretendem manter o controlo sobre as suas políticas domésticas e a preservar os princípios democráticos.

Seguindo a figura 2 em anexo, Rodrik (2012) conclui que apenas podemos atingir dois dos três vértices apresentados, ou seja, uma nação pode ser democrática e soberana, porém não pode ser hiperglobalizada; pode ser hiperglobalizada e democrática, mas teria de ceder a sua soberania nacional a um governo global, ou pode ser soberana e hiperglobalizada, mas teria de abandonar a democracia (p. 200). Tal significa que “podemos restringir a democracia no interesse de minimizar os custos de transacção internacional, desconsiderando as consequências económicas e sociais que a economia global produz ocasionalmente. Podemos

limitar a globalização, na esperança de construir legitimidade democrática a nível interno. Ou podemos globalizar a democracia, à custa da soberania nacional” (Rodrik, 2012, p. 200).

Partindo da conexão entre os elementos, Rodrik identificou três situações (figura 2). A primeira denomina-se “*Golden Straitjacket*”, um termo cunhado por Thomas Friedman (1999), que o descreve como um estado onde “duas coisas tendem a acontecer: a economia de um país cresce e a sua política (democrática) encolhe” (p. 87). Neste, os Estados aderem à globalização e reforçam a ideia de Estado soberano. Para tal, implementam regras e estruturas que se alinham com os padrões internacionais, no entanto, não seguem um processo democrático na elaboração dessas políticas. Isto é, as regras e estruturas nacionais não se baseiam em políticas democráticas, mas na de empresas multinacionais, organizações internacionais ou tratados celebrados por órgãos administrativos. De acordo com Rodrik (2012), “uma vez que as regras são ditadas pelas exigências da economia global, o acesso dos grupos nacionais e o seu controlo sobre a elaboração da política económica nacional devem inevitavelmente tornar-se restritos” (p.202).

A segunda situação denomina-se “*Global Governance*” e, como podemos observar na figura acima, destaca a ligação entre a hiperglobalização e as políticas democráticas acabando por implicar uma diminuição da soberania nacional, tal como Rodrik (2012) indica: “Os governos nacionais não desapareceriam, mas os seus poderes seriam severamente circunscritos pela regulamentação supranacional e por órgãos de aplicação do poder (e limitados) pela legitimidade democrática.” (p. 203). De certa forma, este modelo envisionsa um federalismo global no qual instituições globais regulatórias alinham as suas políticas “(...) com o alcance dos mercados e eliminariam os custos de transação associados às fronteiras nacionais” (Rodrik, 2012, p. 202). Tal como Rodrik (2012), Aizenman e Ito (2020) indicam o caso da UE como um dos exemplos deste modelo, uma vez que se trata de um conjunto de Estados-membros onde cada possui instituições democráticas e se demonstram abertos ao mercado global, porém, a sua capacidade de prosseguir em prol do seu interesse nacional revela-se limitado pelas instituições regulatórias da União Europeia, impedindo-os de atingir uma soberania plena.

A terceira e última situação denomina-se “*Bretton Woods compromise*”. Tal como o nome indica baseia-se no acordo de gestão monetária estabelecido com o Acordo de Bretton

Woods, onde se estabeleceram regras de relações comerciais entre vários países e restrição de capitais era encorajada, como tal, valorizou as políticas democráticas e a soberania nacional e conteve a globalização. No entanto, este foi abandonado face ao crescimento exponencial da liberalização da economia e dos movimentos dos capitais (Rodrik, 2012, pp. 203-204).

Para Rodrik (2021), a globalização destaca-se nas discussões sobre o populismo, particularmente na variante denominada hiperglobalização, na qual a integração económica internacional parece ter provocado uma desintegração doméstica, resultando num aprofundamento das desigualdades (p. 134). Com base no trilema, os Estados desenvolveram estratégias de adaptação face à evolução da globalização que, por sua vez, acabou por provocar reações adversas, como as crises globais (económicas e de imigração). De acordo com o autor, a globalização deteriorou a capacidade do governo agir e de proteger os grupos sociais mais afetados pela mesma (Rodrik, 2018, pp. 16-17). Em vários casos, o populismo tem surgido como alternativa aos impactos negativos da globalização, acabando por afetar tanto a integração europeia como, possivelmente, o futuro da ordem internacional.

Bolotnikova (2019) argumenta que os benefícios da globalização só podem ser realizados se esta não for levada ao extremo. A hiperglobalização só seria viável caso todos os países adotassem um conjunto uniforme de regras supervisionadas por um governo global responsável. No entanto, esse nível de integração é impossível, uma vez que as nações possuem preferências distintas em relação aos tipos de instituições e regulamentações que desejam. Assim como, Rodrik (2012) insiste que as nações devem ter o direito a essas preferências, permitindo-lhes tomar decisões democraticamente responsáveis dentro de suas fronteiras. (pp. 240-241).

Atualmente a globalização demonstra-se como um dos fatores responsáveis pelo crescimento do populismo, emergindo como resposta aos fracassos da globalização e privilegiando a soberania nacional. Neste sentido, Carrasco (2020) especifica o exemplo da governação de Trump nos EUA destacando a fragilidade de apoio ao comércio livre num dos Estados mais poderosos que se impôs à globalização económica, e também da crise de 2008 que demonstrou como a desregulamentação e a democracia podem contribuir para a fragilização do mercado financeiro global.

Populismo

O termo populismo foi inicialmente usado no final do século XIX nos EUA para designar os membros do *People's Party*, também conhecido pelo *Populist Party*. Desde então, a definição de populismo tem sido alvo de debate, porém, é possível observar três características principais comuns: antissistema, autoritarismo e nativismo. É considerado como antissistema, uma vez que se revela contra as instituições oficiais, mais especificamente, uma “elite” (políticos, classe rica, elites económicas ou intelectuais); autoritário, pois, as lideranças de cariz populista defendem que o poder seja exercido por um líder forte que manifesta a vontade geral; e por fim, é marcado pelo nativismo, na sua posição de defesa dos interesses nacionais, entrando em discordância com as instituições internacionais liberais, pelo que, favorece o monoculturalismo. Assim, existe um acordo geral no que diz respeito aos atributos de populismo, sendo eles, a presença de uma “elite” e de um “povo” (Mudde & Kaltwasser, 2017; Albertazzi & McDonnell, 2008).

Tratando-se de um conceito imensamente debatido, possui várias interpretações, sendo de ressaltar que as suas concepções variam conforme a análise do autor. Deste modo, podemos identificar três concepções do populismo: a) retórica política, b) ideologia, c) estratégia política.

Enquanto forma de retórica, o populismo é considerado uma estratégia discursiva marcada pela persuasão das massas, pelo que, através do uso e instrumentalização dos sentimentos gerais de ansiedade, apela ao poder da população para desafiar a legitimidade do governo em exercício (Betz, 1993, p. 413). Neste sentido, Ernesto Laclau (1997) definiu populismo como “um discurso que articula interpelações democráticas populares como antagónicas à ideologia dominante” (p. 172).

Para o autor, o populismo não é algo que possa ser positivo ou negativo, mas sim um método de construção do político. Situando-se no pensamento pós-marxista, Laclau defende que “o populismo pressupõe a construção retórica de uma noção de “povo” que se opõe a determinado inimigo” (Rodríguez, 2018, p. 71), onde o proletariado poderá ou não ser considerado o “povo”, ou seja, a retórica de “nós” contra “eles” poderá assumir mais faces para além da guerra entre classes. Como tal, a formação do “povo” dependerá das demandas sociais, podendo ser atribuídos a vários grupos sociais conforme o momento histórico, por

exemplo, nacionalistas contra imigrantes ou progressistas contra conservadores (Laclau, 2013). Tal como Rodriguês (2018) afirma “em Laclau e mouffe (...) o sujeito que conforma o “povo” pode ser construído a qualquer momento pela união de diferentes demandas, podendo ou não a classe ser uma delas” (p. 72).

Laclau observou que, embora diferentes, as demandas possuem uma lógica de equivalência: “o facto de não serem atendidas pelo *establishment*” (Laclau citado por Rodriguês, 2018, p. 71), no entanto, para que se consolidem é necessária uma representação simbólica das mesmas, designada como o “significante vazio”. No contexto populista, este “significante vazio” pretende “(...) trazer à homogeneidade equivalente uma realidade altamente heterogénea, portanto, reduzindo ao mínimo o seu conteúdo particular” (Laclau citado por Bull, 2016, p. 216). Isto é possível considerando que os “significantes vazios” clamam representar toda a nação, quando na realidade representam apenas uma fração, uma vez que o populismo “envolve a divisão da cena social em dois campos” onde “a presença de alguns significantes privilegiados condensam em si o significado de todo um campo antagónico (para o inimigo, o “regime”, a “oligarquia” (...)) e para a massa oprimida, o “povo”, a “nação” (Laclau, 2013, p. 142). Deste modo, não possuindo um conteúdo específico, o populismo pode ser considerado de direita ou de esquerda, dependendo da construção do “povo”.

Para Laclau, o discurso populista centra-se no campo social, e com a ascensão global do neoliberalismo o debate público foi encerrado e substituído pela imposição de especialistas. Portanto, com a aceitação do neoliberalismo e o domínio de uma elite, os cidadãos viram-se obrigados a seguir o caminho pré-definido pois não puderam escolher entre outras alternativas. Neste sentido, Laclau argumenta que o populismo implica o renascimento da política, sendo entendido como uma revolta contra a entrega da soberania nacional às instituições supranacionais e da vontade popular às elites políticas neoliberais (Bull, 2016; Laclau, 1997; Torre, 2019).

O populismo enquanto ideologia pode ser entendido como “um sistema de crenças, valores e ideais característicos de um determinado grupo” (Albertazzi & McDonnell, 2008, p. 11), sendo definido como “uma ideologia que opõe um povo virtuoso e homogêneo a um conjunto de elites e “outros” perigosos que, em conjunto, são descritos como privando (ou

tentando privar) o povo soberano dos seus direitos, valores, prosperidade, identidade e voz” (Albertazzi & McDonnell, 2008, p. 3). Segundo Albertazzi e McDonnell (2008), esta perspetiva evita o concebimento do populismo no que diz respeito a bases sociais específicas, programas económicos e eleitorados. Neste sentido, Kaltwasser e Mudde (2017) definem o populismo como uma “ideologia de baixa densidade que considera a sociedade dividida em dois grupos homogéneos e antagónicos, “o povo puro” e a “elite corrupta”, e que defende que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (p.6), sendo que a vontade geral do povo é vista como um aspeto que permite aos líderes políticos perpetuar a noção do “nós contra eles”. Esta conceção é partilhada com vários autores, tais como Destradi e Plagemann (2019) e Caiani e Graziano (2016). Nesta aceção, o populismo é frequentemente agregado com outras ideologias mais estruturadas (por exemplo, fascismo, liberalismo ou socialismo). Segundo Stanley (2008), devido à sua natureza de baixa densidade, o populismo por si só revela-se insuficiente para funcionar como uma ideologia política prática, pois não possui a capacidade de resolver questões políticas cruciais e concretizar um programa político fixo e coerente (p. 95). Esta é a maior crítica do populismo, pois acaba por se poder aplicar a todos os atores políticos, tanto de esquerda como de direita (Torre, 2019).

Enquanto estratégia de política, o populismo é caracterizado pela concentração do poder num líder carismático, marcando a personalização do poder dentro do partido. Esta perspetiva é defendida por Weyland (2001) que define populismo como: “uma estratégia política através da qual um líder personalista procura ou exerce o poder governamental com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores, na sua maioria não organizados.” (p. 14), ou seja, a concentração do poder no líder permite-lhe estabelecer uma relação direta com o eleitorado, acabando por contornar as organizações intermediárias ou até submetê-las à sua vontade.

Por fim, como estilo de comunicação, o populismo transparece uma linguagem informal e direta (sem intermediários) e oferece soluções simples para problemas complexos. Deste modo, a presença de um líder carismático e o uso de uma retórica simples e dinamizadora é tida como um aspeto crucial do populismo (Pasquino, 2008; Torre, 2019).

O desenvolvimento do populismo a que assistimos atualmente foi designado por Paul Taggart (1995) como o *Novo Populismo*. Este refere-se à “emergência de partidos e

movimentos, maioritariamente à direita no espectro político, em democracias liberais, que desafiam os partidos existentes e as políticas dominantes” (Cannovan, 2006, p. 242). Estes partidos afirmam representar a vontade do “povo” que, por sua vez, é visto como aqueles cujos interesses têm sido ignorados pela “elite” representada pelos políticos corruptos (Cannovan, 2006, p. 242). Deste modo, considerando-se na posição de verdadeira representação do “povo”, os populistas argumentam que o sistema político em prática foi desenhado para manter a “elite” no poder e assumem uma missão de erradicação do mesmo.

De modo a facilitar a análise, iremos adotar a definição de Mudde e Kaltwasser (2017) pois demonstrou-se a mais compreensiva e preferida entre os académicos.

4. Globalização

4.1. A crise da ordem liberal

A ordem liberal internacional é vista como uma ordem global na qual os valores da democracia liberal e do capitalismo regem o seu desenvolvimento, operando sob um quadro multilateral de leis e instituições. Atualmente, esta ordem está em crise e a maior ameaça advém dos próprios Estados responsáveis pela sua implementação, designadamente os EUA e o Reino Unido.

Uma ordem internacional pode ser definida como “um grupo organizado de instituições internacionais que ajudam a governar as interações entre os Estados-membros” (Mearsheimer, 2019, p. 9), sendo que a ordem liberal internacional está “organizada em torno da abertura, das regras e da cooperação multilateral” (Ikenberry J. , 2018, p. 18). Deste modo, possui um papel central no sistema internacional moderno, pois, é através desta que se estabelecem regras e instituições que regulam as relações interestatais do modo a torná-las mais eficientes.

Esta coordenação reflete a interdependência do sistema internacional, uma vez que abrange todo o tipo de áreas (económica, ambiental, militar, ...), permite que as grandes potências possam regular o comportamento de Estados mais fracos em prol dos seus interesses. Tal resulta numa limitação de ações por parte dos Estados com menos recursos, que se viram obrigados a pertencer às instituições regulatórias internacionais controladas pelos Estados mais poderosos (Mearsheimer, 2019, pp. 10-11).

Após o fim da Guerra Fria assistimos à emergência de uma nova ordem internacional. Perante o colapso da União Soviética, os EUA emergiram como a única potência mundial, representando o mundo unipolar, espalharam o modelo ocidental pelo globo e foi assim criada a ordem liberal internacional. A construção da nova ordem faseou-se em três tarefas principais. Primeiro, era necessário a criação de uma rede de instituições internacionais. Em segundo lugar, era necessária a formação de uma economia internacional aberta que promovesse o comércio livre. E, por último lugar, era crucial a expansão da democracia liberal pelo mundo, algo que Francis Fukuyama (1989) designou como “o fim da história” (p. 4). Esta missão não foi apenas adotada pelos EUA, mas também pela UE, estando inerentemente

ligada a princípios liberais (institucionalismo liberal, interdependência económica e a teoria da paz democrática) (Jahn, 2013; Mearsheimer, 2019).

Durante a década de 90, presenciamos o crescimento da democracia, assim como, o fortalecimento da economia mundial através da criação de regras e instituições de cariz internacional, tais como, o Acordo de Comércio Livre da América do Norte, a Cooperação Económica Ásia-Pacífico e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Este foi um período no qual as relações com a China e a Rússia se apaziguaram, pois, ambos demonstraram a sua disposição em fazer parte deste modelo internacional com a adesão à OMC e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), respetivamente. Para além disto, o Tratado de Maastricht de 1992 e, mais tarde, a criação do Euro em 1999, consolidaram o projeto de integração política e económica europeia e contribuíram para o reforço da ordem (Ikenberry G. J., 2020; Mearsheimer, 2019).

Embora a globalização da ordem liberal tenha sido um sucesso para as democracias liberais, este revelou-se apenas como um momento efémero de prosperidade. Ikenberry (2020) argumenta que esta globalização foi a fonte daquilo que, mais tarde, seriam as crises globais. Por um lado, porque derrubou os fundamentos políticos da ordem liberal. Os antigos acordos e instituições que proporcionavam estabilidade foram ultrapassados face à entrada de novos Estados no sistema, o que desencadeou uma crise de autoridade que continua até hoje. Por outro lado, a globalização da ordem liberal prejudicou a sua capacidade de servir como uma comunidade de segurança. Este foi o seu objetivo inicial, após a Guerra Fria, ao fortalecer as políticas de proteção económica e social, porém, à medida que o internacionalismo liberal se tornou mais amplo enquanto ordem global, este propósito extinguiu-se (Ikenberry, 2020, p. 257).

Neste sentido, Mearsheimer (2019) constata que a tendência da ordem liberal em privilegiar as instituições internacionais em detrimento das preocupações locais tem consequências negativas dentro dos próprios Estados liberais. Tal acontece, pois, as políticas ditas internacionais são colocadas em confronto com o nacionalismo acerca de questões cruciais, como a soberania e a identidade nacional, demonstrando que o nacionalismo, enquanto ideologia política, triunfa sobre o liberalismo. Similarmente, Held e McGrew (1998), concluem que tanto a regionalização como a globalização cruzaram fronteiras territoriais e

políticas, “(...) desafiando a ordem internacional baseada no princípio vestefaliano de soberania do domínio exclusivo sobre um território delimitado” (p. 220).

Deste modo, após duas décadas de sucesso, a democracia liberal e o internacionalismo liberal estavam em retrocesso e os valores pelos quais lutavam foram ameaçadas pela reafirmação de autocracias, nacionalismos e protecionismos. Tanto a China como a Rússia, que demonstraram um apoio à ordem liberal internacional, fortaleceram o seu caráter autoritário e quebraram as normas liberais e até os países considerados os maiores defensores, EUA e Reino Unido, também demonstraram um recuo do liberalismo com a eleição de líderes populistas (Ikenberry G. J., 2020, pp. 1-2). Pela primeira vez desde a 2ª Guerra Mundial, os EUA, vistos como os líderes da ordem internacional, elegeram um presidente que se demonstrou ativamente hostil para com as bases ideológicas do internacionalismo liberal. Este acontecimento marcou o início da emergência de regimes nacionalistas e populistas responsáveis por gerar um ambiente antidemocrático que, consequentemente, conduzem à crise da ordem liberal internacional.

Como tal, o ideal de promoção da democracia revelou-se extremamente complexo e propenso a conflitos. À medida que vários tipos de autoritarismo ganharam popularidade, a democracia liberal ficou em perigo, sendo que atualmente, a proliferação de políticas de reação populistas, nacionalistas e xenófobas ocorre em todo o mundo democrático liberal (Ikenberry, 2020; Kagan, 2018).

Podemos afirmar que, a dinâmica de globalização que uniu vários Estados através da ordem liberal, transformou-a num conjunto de instituições aos quais os governos se podem ligar de várias maneiras. Ao mesmo tempo, a capacidade de os governos atingirem os objetivos sociais de segurança económica e social foram prejudicados pela estagnação dos rendimentos e pelo aumento da desigualdade nas economias industriais do Ocidente. Sendo que, potências “externas”, como a China, escolhem integrar-se apenas parcialmente na ordem, uma vez que, não há necessidade de aderir por completo (Ikenberry G. J., 2020).

A posição dos EUA face à ordem liberal internacional também dita o futuro da mesma. Segundo Haass (2017), embora os “EUA permaneçam como a entidade mais poderosa do mundo, a sua parte de poder global está a diminuir” (p. 22). Neste sentido, Kagan (2018) argumenta que sem os recursos e a capacidade de manter a segurança, providenciados pelos

EUA, a ordem liberal internacional não poderá sobreviver, assim como a eleição de Trump representa o sucumbimento da mesma (pp. 155-156). Porém, autores como Ikenberry (2018) defendem que a ordem é um processo complexo estruturado em torno de regras, instituições e acordos multifacetados, sendo possível perdurar para além do declínio da hegemonia americana, uma vez que é moldada por mais do que um Estado (pp. 19-20).

Embora a ordem liberal internacional esteja em crise, não significa que caiu por completo. Esta permanece como um modelo resiliente no sistema internacional, sustentada pelos seus valores basilares de paz, cooperação e adaptabilidade, sendo que para perdurar é necessária a adoção de uma abordagem prática e orientada para a reforma, reconhecendo os seus limites, uma vez que prevalece como a “única resposta viável aos perigos coletivos do séc. XXI” (Ikenberry, 2020, p. 12).

4.2. Os choques da globalização e consequências

Como vimos anteriormente, a globalização foi responsável pela crescente interdependência entre Estados. No entanto, embora esta interdependência tenha contribuído para a disseminação da democracia, também contribuiu para o seu retrocesso. Segundo Guiso et al. (2017), o sucesso dos partidos políticos populistas na UE pode ser atribuído aos choques de globalização (pp. 2-4).

Para Rodrik (2020) “os choques da globalização influenciam as divisões culturais e de identidade latentes na sociedade, ativando-as e ampliando-as” (p. 162) tendo um papel importante na promoção do populismo, principalmente de movimentos de direita. Estes defendem que a globalização se apresenta como uma ameaça tanto para a economia como para a identidade nacional.

Neste sentido, Rodrik (2020) apresenta um quadro conceitual onde discute o vínculo entre a globalização e o populismo, no qual divide os lados da oferta e da procura política (figura 3). Focando-se na condição económica, o autor sugere que os choques da globalização provocam uma deslocação económica que, por sua vez, possui um efeito direto do lado da procura para exigências de políticas redistributivas. Este efeito também poderá ser feito indiretamente através da amplificação das divisões culturais e de identidade, sendo que

ambos irão ditar as preferências políticas individuais. É desta procura que surge uma oferta de resposta aos choques, particularmente, através da sua “adoção por candidatos políticos de plataformas mais populistas” (p. 140), o que resulta noutro efeito do lado da oferta onde os candidatos políticos se focam deliberadamente nas tensões culturais e de identidade, “a fim de desviar a atenção dos eleitores das questões económicas” (p. 140). Deste modo, consideramos que os choques da globalização, como por exemplo a crise de refugiados ou a crise económica, podem enquadrar-se como uma das consequências globais que contribuem para a ascensão do populismo.

Consideramos que a desigualdade também seja uma das consequências da globalização, particularmente da hiperglobalização. Segundo Rodrik (2012), a hiperglobalização corresponde ao período no qual a globalização sofreu várias alterações no que diz respeito ao seu tamanho e velocidade, tendo atingido recordes ao nível de fluxos de bens, capital, informação e pessoas (pp.76-78). Esta nova forma de globalização iniciou-se na década de 80, sendo que na década de 90 foi reforçada com a criação do Consenso de Washington. O desfecho da hiperglobalização é algo contestado pelos académicos, segundo Cox (2018) esta terminou com a crise de 2008, uma vez que provou que o modelo económico de mercado era disfuncional, já Brusuelas (2022) defende que findou com a pandemia de 2020 e Wong e Swanson (2022) afirmam que a guerra na Ucrânia foi o catalisador para o término da hiperglobalização.

Apesar disto, vários autores concordam que embora a hiperglobalização tenha sido benéfica para “minimizar as barreiras ao comércio e ao investimento globais, resultou na perda de empregos, na diminuição dos salários e no aumento da desigualdade de rendimentos em todo o mundo liberal” (Mearsheimer, 2019, p. 9). Esta desestabilização do sistema internacional liberal acabou por originar e intensificar o impacto e regularidade das crises globais (Cox, 2018; Mearsheimer, 2019; Rodrik, 2012). Deste modo, a globalização tem vindo tornar-se um sinal das crescentes desigualdades, nomeadamente na crescente fragmentação entre os níveis de riqueza superiores e inferiores, as políticas de imigração europeias e o processo de integração europeia (Doyle, 2012, Cox 2018).

Para além da desigualdade crescente, consideramos que a crise da democracia se revela como uma das principais consequências da globalização. Segundo Yuval-Davis (2019),

“a crise de governabilidade é o resultado do facto de que, no tempo da globalização neoliberal, os governos não podem continuar a representar principalmente os interesses dos seus cidadãos” (p. 71). Neste sentido, Rodrik (2012) afirma que “A agenda da hiperglobalização, centrada na minimização dos custos de transacção na economia internacional, entra em conflito com a democracia pela simples razão de que não procura melhorar o funcionamento da democracia, mas sim acomodar interesses comerciais e financeiros que procuram acesso ao mercado a baixo custo para o mundo” (p. 206).

Através da abertura de fronteiras e da livre circulação, a globalização levou ao enfraquecimento dos governos nacionais, segundo Balão (2014) “(...) uma vez que a economia nacional é cada vez mais, um local de trocas globais e transnacionais (...) a autoridade e legitimação do Estado-nação são desafiadas: os governos nacionais têm vindo a tornar-se progressivamente incapazes quer de controlar o que se passa dentro das suas próprias fronteiras quer de responder autonomamente às exigências dos seus próprios cidadãos” (p. 203). Tal acontece devido ao surgimento de exigências de uma nova resolução política por parte da população que, por sua vez, procura alternativas ao governo liberal. Acabando por prejudicar a “legitimidade da ordem liberal internacional nos Estados que constituem o núcleo desse sistema” (Mearsheimer, 2019, p. 39). Deste modo, a crise da globalização a que assistimos “representa um pré-requisito para colocar em movimento o processo de identificação populista” (Torre, 2019, p. 36). Isto é, a existência de uma crise de representação profunda, poderá resultar na interrupção da política representativa tradicional e viabilizar uma entrada do populismo no sistema político.

5. Globalização e populismo

5.1. A emergência do populismo

A emergência do populismo baseia-se na rejeição da globalização, assim como, da ordem liberal. As consequências da hiperglobalização entre as classes média e baixa aglomeradas ao ressentimento nacionalista e à perda da soberania geraram uma reação populista contra os princípios da ordem liberal. Para além de provocarem divisões políticas significativas nas democracias ocidentais, traduziram-se numa sucessão de eventos que alteraram a ordem internacional, desde o Brexit à eleição de Trump e ao início de uma onda de apoio a líderes populistas (Mearsheimer, 2019, p. 30).

Na busca pelo poder, os populistas politizam questões e indicam problemas a resolver, desde as desigualdades à perda de soberania face à globalização. Desde a década de 70, assistimos ao desenvolvimento exponencial da globalização, assim como, à eclosão do debate entre grupos que argumentam em favor da mesma e os que argumentam contra. Os defensores afirmam que a globalização levou à criação de empregos e à melhoria da qualidade de vida. No entanto, os opositores argumentam que, para além de contribuir para o aprofundamento das desigualdades, a globalização é, parcialmente, responsável pela erosão da democracia e, consequentemente, pela emergência do populismo (Preble, 2010, pp. 335-338).

Um dos líderes populistas mais conhecidos por condenar a globalização política, económica e cultural foi Donald Trump. Num discurso nas Nações Unidas, o antigo presidente americano afirmou que “A América é governada por americanos (...) Rejeitamos a ideologia do globalismo e abraçamos a doutrina do patriotismo” (UN Affairs, 2018). O surpreendente sucesso eleitoral de Donald Trump, em 2016, acelerou um renascimento global do populismo e reverteu as políticas internas americanas e europeias de longo prazo. Para além disto, o ex-presidente americano prestou apoio a outros políticos populistas, tais como, a Viktor Orbán da Hungria, a Jair Bolsonaro do Brasil e a Matteo Salvini da Itália. Todos eles partilham semelhanças, apoiados por uma maioria cristã, opõem-se aos imigrantes, especialmente aos muçulmanos, e para o seu triunfo apelaram a momentos históricos, de modo a obter o apoio eleitoral dos que se sentiam ignorados (Hah, 2020; Pástor & Veronesi, 2021).

5.2. A ameaça à identidade nacional

Uma das principais características do populismo é o seu caráter nativista. Os ideais de nação e qualquer ameaça à identidade nacional demonstram-se assuntos de importância para com os populistas. Como vimos anteriormente, o processo de globalização contribui para uma homogeneização da sociedade, porém, é também graças a este comportamento que assistimos ao reforço das identidades nacionais, face à sua resistência à globalização (Hall, 2006, p. 49).

Com a evolução das redes de comunicação, transporte e tecnologia, assistimos à ascensão de novas formas de identidade cultural e, concomitantemente, ao reforço e intensificação de identidades antigas. De acordo com Held (1995), “estes processos podem enfraquecer a hegemonia cultural dos Estados-nação e estimular novamente os grupos étnicos e culturais que os compõem” (p. 126), ou seja, face ao enfraquecimento do Estado-nação, surge uma reação de reforço da identidade nacional.

Esta ameaça à identidade nacional, onde os “outros” são considerados uma animosidade e agravada pela situação de instabilidade económica, proporciona um ambiente propício à ascensão de partidos populistas que se erguem com a promessa de uma representação verdadeira do povo, apresentando-se como alternativa aos partidos tradicionais. É a partir desta convicção de invocação da soberania popular e de uma representação política “autêntica” que o populismo desafia a democracia liberal e, consequentemente, a globalização (Roberts, 2019).

Para Laclau (2013), as ondas de populismo refletem o modo como os populistas ampliam as crises de representação política, sendo que possuem uma lógica política que rejeita a autoridade existente (p. 137). Deste modo, “até formações de identidade relativamente estáveis quando se deparam com um acontecimento perturbador ou num estado de crise, muitas vezes perdem a aparência de estabilidade e plenitude. Sob tais condições, podem apenas tentar manter o seu estatuto hegemónico culpando outra pessoa” (Stavrakakis 2007, citado por Sandrin, 2021, p. 14).

Como tal, podemos interpretar a crise de 2008 e a crise de refugiados como acontecimentos que tornaram visível o caráter contingente de realidades sociopolíticas,

outrora tidas como certas, uma vez que são momentos em que surgem novas identidades e onde as identidades antigas se reforçam, visando o restauro do passado.

5.3. Crises globais

5.3.1. Dimensão económica

5.3.1.1. *A crise económica de 2008*

A crise económica global de 2008 foi considerada a maior crise global desde a Grande Depressão de 1929, embora tenha terminado oficialmente, os seus efeitos ainda se fazem sentir na atual economia mundial. Segundo Tathyer (2017), o fracasso da mudança da produção extensiva para a produção intensiva, a ascensão do neoliberalismo e o papel das instabilidades globais são três características que explicam a origem da crise (p.3).

Na década de 70, a ordem económica e financeira global, estabelecida através do Acordo de Bretton Woods, no pós-Segunda Guerra Mundial, colapsou e deu lugar à era do neoliberalismo e da globalização. Embora se tenha iniciado como uma ideologia política, rapidamente se espalhou para a regulação dos mercados, marcada pelo ideal de que o melhor governo seria o mais liberal, ou seja, cuja economia não possuísse restrições. Na década seguinte, impulsionadas por instituições financeiras como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, várias indústrias aderiram ao processo de desregulação do sistema financeiro. No final da década de 90, a indústria financeira dos EUA foi desregulada com sucesso e os países em desenvolvimento foram incorporados na economia mundial.

Porém, face a uma ordem sem restrições, a economia mundial tornou-se muito mais instável. Os movimentos internacionais foram liberados e vários países adotaram o regime de câmbio flutuante, o que resultou numa desordem monetária internacional. Ao contrário da era anterior, na qual se sucederam apenas 38 crises financeiras entre 1945 e 1971, na era do neoliberalismo sucederam-se mais de 100 crises financeiras em menos de 30 anos. Segundo Tathyer (2017), nesta época “uns países acumularam cada vez mais déficits em conta corrente e outros acumularam cada vez mais reservas (...) e os EUA permanecem o país com maior déficit no mundo.” (p. 9).

Apesar disto, o dólar americano manteve a sua posição como moeda principal internacional de investimento. Sendo que a eliminação das restrições aos movimentos internacionais de capital e do processo de desregulamentação, contribuiu para o fortalecimento do dólar americano e para um crescimento sem precedentes da indústria americana. À medida que a importância da indústria financeira aumentou, também aumentou o seu poder de lobby pelo mundo, o que resultou num exacerbamento de lucros sem restrições. De tal modo que, esta estrutura económica acabou por provocar uma explosão da bolha imobiliária que impulsionou a crise financeira global de 2008.

Na era neoliberal, as empresas financeiras assistiram ao seu crescimento ilimitado, no entanto, subestimaram e ignoraram os riscos a que ficaram expostas, como tal, estes multiplicaram-se. Por um lado, a imprudência da indústria financeira minimizou os riscos que a ameaçavam, por outro lado, os atores responsáveis pela supervisão da indústria financeira e da economia não tomaram as medidas necessárias para combater estes riscos, tendo incentivado as empresas a aproveitar, tornando-as mais suscetíveis à crise. Em 2004, a bolha imobiliária rebentou progressivamente devido às pressões inflacionistas da economia, mas foi em 2008 que o cenário agravou, devido à falência do banco Lehman Brothers. Desde então, a crise financeira englobou toda a indústria, uma vez que só em 2008 é que o mundo se apercebeu da gravidade da crise financeira global.

Nos anos seguintes, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou a sua própria flexibilização quantitativa, com o objetivo de tirar a economia europeia da recessão e impulsionar a economia. Como vimos anteriormente, esta crise financeira provocou recessões económicas em todo o globo, onde os países mais industrializados foram os mais afetados. É de notar que o continente europeu também foi alvo de efeitos sucessivos da crise financeira, que resultaram na crise da dívida europeia.

Atualmente, embora a recessão económica mundial tenha terminado, a sua recuperação revelou ser um processo lento, tanto que os seus vestígios ainda prevalecem na economia europeia e mundial. Tal acontece, uma vez que, as respostas à crise visaram apenas causas próximas, e as causas fundamentais que levaram à crise financeira global permanecem totalmente intactas e até foram agravadas pela forma como as causas próximas foram tratadas.

5.3.1.2. Insegurança económica

A crise financeira e económica de 2008 aumentou a perceção das desigualdades económicas, tanto nacionais como globais, que contribuíram para a propagação do populismo. Como tal, a globalização económica demonstra-se como uma das principais explicações no que diz respeito ao crescimento do populismo no Ocidente (Bergh & Kärnä, 2020; Eichengreen, 2018; Funke & Trebesch, 2017; Gros, 2017), sendo que vários autores notam que o aumento do populismo se encontra ligado a uma intensificação da globalização económica (FMI, 2008; Hah, 2020; Mansbach & Ferguson, 2021).

Embora o fenómeno da globalização face ao comércio mundial tenha contribuído para a diminuição da pobreza, também foi responsável pelo agravamento das desigualdades económicas. Cada vez mais, o comércio mundial atinge padrões desigualitários de maior número, o que se reflete no comportamento intraestatal. Estados que detêm uma melhor capacidade económica agem de forma seletiva perante a liberalização dos mercados, isto é, acabam por selecionar que países serão integrados no processo de globalização económica.

Este comportamento entre Estados vem realçar as relações de *dominance-dependence* que derivam da interdependência da globalização, na qual países com mais recursos possuem um maior controlo da economia mundial. Ao contrário da era de Bretton Woods, na ordem liberal internacional os Estados são considerados prejudiciais ao funcionamento da economia global. De modo que, o bom funcionamento da economia, tanto nacional como internacional, recai sobre instituições internacionais (Mearsheimer, 2019, p. 40). Tal resulta no enfraquecimento da capacidade de controlo nos países mais vulneráveis, particularmente no setor económico, uma vez que, se encontram sujeitos às regras impostas por organizações comerciais internacionais lideradas pelos países dito dominantes. Esta discrepância de poder também revela uma redução do poder soberano dos Estados, que, face à crescente globalização económica, se traduz no aumento da intervenção de atores não-estatais em políticas domésticas (Rato, 2020, p. 101), algo que o populismo rejeita enquanto corrente anti pluralista.

O atual populismo europeu é considerado como um exemplo deste cenário, uma vez que “reflete a ideia fundamental de que a soberania dos Estados individuais deve substituir o poder centralizado da UE” (Prosperi, 2020, p. 947). Por outras palavras, a ideologia populista

européia constata que a abdicação dos poderes soberanos do Estado a favor da UE é algo prejudicial ao funcionamento do governo, sendo um dos fatores que agravou a crise, e só através da recuperação dos poderes é que os governos nacionais se tornam aptos para resolver as questões em conflito. Nesta linha de pensamento, Rodrik (2012, pp. 141-145) destaca a priorização das exigências internacionais face às nacionais, isto é, as prioridades nacionais são sacrificadas em favor das exigências globais. Um exemplo disto é a forma como se valoriza a rápida abertura do mercado às empresas internacionais, acabando por prejudicar os produtores nacionais.

A crise de 2008 também aumentou a volatilidade económica ao expor as economias nacionais a choques e mudanças, acabando por gerar tanto vencedores como perdedores económicos (Bergh & Kärrnä, 2020, p. 54). De acordo com Norris e Inglehart (2019) “Os “perdedores” da globalização são pessoas cujas oportunidades de vida eram tradicionalmente protegidas por fronteiras nacionais (...) os “vencedores”, por outro lado, incluem pessoas que beneficiam das novas oportunidades resultantes da globalização e cujas oportunidades de vida são melhoradas” (p. 136).

Nos países desenvolvidos, os trabalhadores pouco qualificados são considerados os perdedores da globalização, uma vez que a sua mão-de-obra é substituída pelo comércio internacional, máquinas, imigrantes ou empresas que se deslocam para o estrangeiro e, consequentemente, demonstram um viés político para partidos e líderes populistas. Segundo Prosperi (2020, p. 950), os países mais afetados pela crise foram os que mais demonstraram um aumento no apoio por forças populistas, foi o caso de Syriza na Grécia, Podemos na Espanha e o M5S na Itália.

Através da noção de vencedores e perdedores da globalização, os populistas criam uma dicotomia entre o povo inocente (“Nós”) e a elite corrupta (“Eles”), o que torna os perdedores suscetíveis às ideias de *anti-establishment* dos partidos e líderes populistas (Norris & Inglehart, 2016, p. 17). Kurer et al. (2019) afirmam que a desigualdade afeta tanto as preferências políticas como os comportamentos eleitorais, dando ênfase a uma barreira divisória entre o emprego seguro e o emprego frágil dos trabalhadores.

Numa perspetiva semelhante, Pástor e Veronesi (2021) argumentam que as desigualdades crescentes que advêm da globalização económica, reforçam o apoio eleitoral a

partidos e movimentos populistas, concluindo que determinados países que apresentam elevada desigualdade, alto desenvolvimento financeiro e défices comerciais são vulneráveis a sentimentos antiglobalização (p. 2900). Isto é, quando a economia de um país é forte, a desigualdade é elevada, o que significa que a resistência à globalização se apresentará em padrões de votação populistas.

Deste modo, a emergência do populismo pode ser vista como uma reação a uma crise extrema que, por sua vez, leva a uma crítica crescente à elite, que se revela incapaz de lidar com as tribulações crescentes. Tratando-se do caso de uma crise económica, é de esperar que os eleitores sujeitos aos efeitos adversos, exijam mais proteção social e um aumento na redistribuição de rendimentos, acabando por recorrer a partidos e movimentos populistas, como alternativa à liderança política em funções (Rodrik, 2018; Taggart, 2004).

Tanto os partidos populistas, como os seus respetivos líderes, alimentam-se das debilidades sentidas pelos perdedores da globalização e do aumento da sua desconfiança para com as instituições políticas tradicionais, visando reunir apoio eleitoral. Para tal, os populistas culpam as elites, o seu governo e a economia mundial, sendo que, em lugar de resolução das preocupações da população, prometem uma liderança forte baseada no protecionismo e no nacionalismo, a fim de fornecer aos “perdedores” uma proteção contra a influência da globalização económica (Bergh e Karna 2020; Guiso et al., 2017; Pástor & Veronesi, 2021). O antigo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, caracterizou esta clivagem entre o grupo de “mente aberta” que “veem a globalização como uma oportunidade” e o grupo de “mente fechada” que “veem o mundo exterior como uma ameaça” (Blair citado por Mansbach & Ferguson, 2021, p. 66).

Trata-se de uma estratégia usada também por líderes populistas europeus, que posicionaram a crise como um dos pontos fulcrais da sua campanha “a fim de radicalizar a sua base política contra as abordagens institucionais e favoráveis à UE dos partidos moderados” (Prosperi, 2020). O sucesso desta tática revelou-se nas eleições europeias de 2014, onde partidos populistas ganharam um quantidade significativa de lugares, sendo que pelo menos um quarto dos assentos do Parlamento Europeu foi preenchido por partidos eurocéticos, provenientes da Hungria, da Polónia, da Suécia, de Espanha, da França e da Itália (Silver, 2022).

Seguindo o modelo teórico de Rodrik (2018; 2020), podemos concluir que, do lado da procura, a disposição económica da globalização assim como as soluções ineficazes dos partidos dito tradicionais, face à crise de 2008, proporcionaram um ambiente de apoio a movimentos que se posicionam fora da corrente política dominante. E, do lado da oferta, os movimentos populistas foram os responsáveis por fornecer as narrativas necessárias para a mobilização política em torno de problemas partilhados, tais como, a ansiedade económica e a perda de legitimidade dos governos em funções.

5.3.2. Dimensão sociocultural

5.3.2.1. *A crise de refugiados*

Na última década, “o número de refugiados mais do que triplicou, passando de quase 11,7 milhões em 2013 para 37,6 milhões em 2023” (Concern Worldwide, 2024). A crise de refugiados de 2015 é considerada a maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que cerca de 1,3 milhões de pessoas tentaram fazer a travessia pelo Mediterrâneo ou pelos Balcãs e pediram asilo a Estados-membros, e mais de 3000 não conseguiram completar a viagem. Este aumento exponencial de migrantes deveu-se a vários fatores tais como, o agravamento de vários conflitos bélicos no Médio Oriente e Norte de África (MENA) assim como à interrupção de pedidos de asilo por sírios no Líbano e no Egipto (Clayton & Holland, 2015; Concern Worldwide, 2024; Karolewski & Benedikter, 2018).

Segundo Karolewski e Benedikter (2018), o aumento de refugiados já tinha sido registado em 2013, porém, apenas em 2015 é que a crise se tornou numa preocupação política para a UE. Para além de não estarem preparados para o elevado fluxo demográfico, os Estados-membros careceram de uma coordenação eficiente entre si, resultando na distribuição desproporcional de refugiados. Países como a Itália e a Grécia foram os mais afetados pela falta de planeamento a nível europeu, em grande parte pela sua localização no Mediterrâneo, servindo como “porta de entrada” para a Europa (Karolewski & Benedikter, 2018; Peters et al., 2023). De acordo com o Connor (2016), em artigo publicado em agosto, “a Itália recebeu cerca de 90.000 migrantes nas suas costas desde o início de 2016, aproximadamente o mesmo que no primeiro semestre de 2015”.

5.3.2.2. Insegurança cultural

A instabilidade económica que perdura desde 2008, exacerbou a ansiedade sobre os refugiados, a criminalidade, a perda de cultura e os receios de terrorismo, resultando numa polarização política e no declínio da confiança na UE (Norris & Inglehart, 2019; Peters et al., 2023). Vários autores afirmam que a imigração é a principal causa para a emergência do populismo, sendo que a crise de refugiados de 2015 é considerada uma das crises globais que alimentou o populismo na Europa (Barone & Kreuter, 2020; Caselli et al., 2020; Norris & Inglehart, 2019). Campo et al. (2021) defendem que a crise dos refugiados possui um efeito positivo no apoio a forças populistas italianas (p. 39), assim como, Norris e Inglehart (2019) verificaram a existência de uma correlação positiva entre o fluxo de migrantes e o sucesso de partidos populistas na Alemanha e na Itália (pp. 179-181).

Rodrik (2021) sugere dois mecanismos através dos quais a imigração influencia o crescimento do populismo. Primeiro na dimensão económica, o fluxo de migrantes “pode gerar uma reação negativa porque cria deslocamentos económicos”, nomeadamente, perturbações na concorrência no mercado de trabalho ou no fornecimento de bens públicos, uma vez que a presença de refugiados pode contribuir para a redução dos salários e da disponibilidade de serviços públicos. Segundo, a presença de refugiados pode desencadear uma reação de xenofobia e racismo que surge “puramente de processos psicológicos e de identidade” (p. 148), resultando num sentimento de hostilidade para com grupos externos e no reforço de “identidades tradicionais e dominantes” (p. 148).

Similarmente, Norris e Inglehart (2019) identificam três fatores que influenciam o crescimento do populismo, “(1) preocupações sobre o impacto da imigração nos empregos, salários e benefícios, (2) o impacto das ansiedades sobre o impacto do multiculturalismo nas identidades, estilos de vida e símbolos europeus tradicionais, e (3) a influência das suspeitas de violência terrorista muçulmana” (p. 188). Concluindo que a ameaça à cultura e identidade prevalece sobre as consequências económicas. Do mesmo modo, ao discutir os efeitos da globalização na identidade, Hall (2006) afirma que “os fluxos migratórios podem levar ao fortalecimento das identidades” (p. 84), onde o grupo dominante, face à ameaça de “outros” no seu território reage defensivamente, causando uma polarização entre nativos e migrantes. Provando que o apoio de partidos e movimentos populistas não advém apenas da insegurança económica, mas também como reação a mudanças culturais progressivas.

A interpretação dos “perigos” dos refugiados difere entre os espectros políticos do populismo. Para os populistas de esquerda, os refugiados são apresentados como um fardo para os contribuintes, ou seja, face à escassez dos recursos do Estado, estes deviam ser exclusivamente canalizados para a população nacional e não usufruídos por grupos externos, demarcando a linha entre “nós” e “eles”. Para os populistas de direita, a presença de refugiados traduz-se na “erosão de culturas que sustentam a identidade e a coesão do estado” (Rato, 2020, p. 104).

Este sentimento anti-imigração e de reforço da identidade prevalece entre as gerações mais velhas e classe baixa, que representam a maioria dos eleitores e mantêm uma perspetiva conservativa da sociedade, como tal, tendem a votar em partidos populistas que promovem valores tradicionais em lugar de valores progressivos e liberais. De acordo com Betz (1993), os grupos desfavorecidos, são “os mais propensos a culpar as minorias étnicas e as populações migrantes pela deterioração das condições, pela perda de empregos na indústria e pelos serviços de assistência social inadequados” (p. 119).

Contudo, a perceção do público não corresponde à realidade. Devido às inúmeras publicações de movimentos populistas sobre o aumento da taxa de criminalidade, desemprego e ameaças de terrorismo, o público “tende a exagerar o número de migrantes” (Norris & Inglehart, 2019, p. 182). Sendo que, a forma como a população presencia e vê a globalização depende, em grande parte, da sua posição face à diferença laboral ou migratória. por um lado, as pessoas estão mais inclinadas a aceitar a perda do emprego devido ao envolvimento da sua empresa no comércio com outra entidade num país similarmente avançado, por outro lado são mais propensas a rejeitar a perda do emprego para outro trabalhador pouco qualificado de um país em desenvolvimento. Esta última situação leva ao crescimento de um ressentimento face ao governo em vigor, a uma rejeição das forças da globalização e, consequentemente, ao apoio dos partidos populistas.

Para além de retratarem os refugiados como ameaças à nação e à identidade nacional, visando a obtenção de apoio eleitoral, os partidos populistas advogam a restrição da circulação e da entrada de refugiados na UE e promovem a integração dos migrantes na cultura nacional, resistindo à multiculturalidade. Esta posição é, comumente, enquadrada como uma estratégia pela qual os partidos populistas pretendem recuperar e exercer a sua

soberania nacional em pleno, sem o parecer da UE, revelando o seu padrão eurocético. Para tal, apresentam uma retórica conservadora e tradicional, na qual os apelos nacionalistas ressoam entre aqueles que sentem que a sua identidade europeia está ameaçada, agravando o ressentimento em relação ao “outro” e fomentando entre os europeus a crença de que a migração é a causa profunda de muitos problemas contemporâneos (Norris & Inglehart, 2019; Prospero, 2020).

Embora muitos desses receios sejam alvos de hiperbolização, prevalecem pela Europa, conduzindo a uma mudança do panorama europeu e na intensificação da fragmentação política na UE. Nas palavras de Rodrik (2021), “este afluxo tem sido um boom para os partidos de anti-imigração na Europa” (p. 148), sendo que resultou no aprofundamento das divisões no seio da EU, acabando por impulsionar a ascensão de políticas de exclusão e reforçando o euroceticismo.

6. Caso italiano

Tal como aconteceu em vários países europeus, a globalização teve um impacto sobre o crescimento do populismo em Itália. Vários estudos revelam que, por efeito da globalização, o apoio a partidos populistas tem aumentado, o que se deve, por um lado, ao fenómeno global da migração e, por outro lado, à crise económica global. As consequências produzidas pelas crises globais resultaram num exacerbamento de valores como a identidade da nação e a preservação da cultura, particularmente pela população italiana, cuja busca por alternativas se traduziu na eleição de uma coligação de partidos populistas em 2018 (Barone & Kreuter, 2020; Bergh & Kärnä, 2020; Rodrik, 2021).

6.1. Origem e evolução da Lega e do Movimento de 5 Estrelas

Como referido anteriormente, a globalização causou uma reação ideológica, que resultou numa “diversidade de movimentos sociais que desejam combater os seus supostos efeitos negativos” (Woods, 2009, p. 161). Esta onda reacionária traduziu-se na ascensão de movimentos populistas por toda a Europa, desde partidos de extrema-direita a partidos mais à esquerda que identificam a globalização como sendo uma ameaça à sua identidade, como são os casos da *Rassemblement National* (antiga *Front National*) em França, do *Podemos* em Espanha, do *AfD* (*Alternative für Deutschland*) na Alemanha, do *FPÖ* na Áustria e da *Lega* e do *Movimento 5 Estrelas* (*M5S*) na Itália (Ivaldi, Lanzone, & Woods, 2017; Mansbach & Ferguson, 2021).

O Movimento 5 Estrelas foi fundado em 2009 pelo comediante e ativista político, Beppe Grillo, embora atualmente o seu líder seja Giuseppe Conte (antigo Primeiro-Ministro). A origem do movimento deriva de um blog de informação e denúncias denominado *beppegrillo.it*, que tinha como principal objetivo a organização de “iniciativas políticas baseadas em ações coletivas dos cidadãos”. Graças à sua popularidade na internet, Grillo, fundou oficialmente o M5S, que já possuía um número notável de apoiantes.

A referência a cinco estrelas no nome do movimento indica os seus cinco valores fundamentais – Ambiente, Água, Energia, Desenvolvimento e Transportes –, tendo como base ideológica o populismo e a política verde. Contudo, os seus membros recusam a sua categorização no espectro político esquerda-direita (Cremonesi, 2017; Goulart & Adinolfi, 2018). Segundo Goulart e Adinolfi (2018), o M5S nasceu no âmbito de um “duplo fenómeno:

o da crise económica/financeira e o das grandes ondas de protesto desencadeadas primeiro no Norte de África, as chamadas primaveras árabes” (p. 403). Apesar de ter sido o segundo partido mais votado nas eleições de 2013, o partido não superou os votos da coligação de centro-esquerda. Porém, mais tarde, conseguiu garantir a sua presença na liderança de governo, em 2018, através da coligação com a Lega, formando o governo populista de Conte.

A Lega, fundada em 1989 por Umberto Bossi, foi numa primeira instância denominada Lega Nord, uma vez que se estabeleceu através da junção de vários partidos regionais que advogavam a secessão do norte de Itália. Segundo Woods (2009), a Lega “foi dos primeiros movimentos sociais em Itália a alertar que a economia política internacional estava a sofrer algumas mudanças significativas no final da década de 1980 e que o Estado italiano estava mal equipado para lidar com elas” (p. 163).

Em 2017, após anos de Matteo Salvini na presidência do partido, o seu nome foi alterado para Lega (nome oficial: Lega para Salvini Premier), sendo considerado um partido populista de extrema-direita. Tal como na fase inicial, a imigração ilegal é um dos temas mais proeminentes, no entanto, a identidade política regional foi derrubada e “o inimigo não é Roma, mas sim Bruxelas e a ameaça à soberania nacional representada pela UE” (Brunazzo & Gilbert, 2017, p. 631). Para os líderes da Lega, a participação na UE tornou-se obsoleta contra os efeitos negativos da globalização, sendo o seu discurso baseado maioritariamente na retórica de que as oportunidades de emprego e da ação pública devem pertencer, unicamente, aos italianos (Passarelli & Tuorto, 2022; Pieroni, Salmasi, & Roig, 2022).

6.2. O impacto das crises globais na Itália

Tanto a crise económica como a crise de refugiados provocaram transformações na política italiana e na sua sociedade. Embora seja considerada a maior potência económica do sul da Europa, a Itália não conseguiu escapar aos efeitos severos da crise de 2008, a sua economia foi abatida por um aumento do desemprego e da desigualdade, que por sua vez levou a uma redução da produção e do consumo, resultando num agravamento da dívida italiana e da sua suscetibilidade às repercussões da crise da dívida europeia de 2011 (Cremonesi, 2017; Goulart & Adinolfi, 2018). Vários autores concluem que a globalização do comércio, mais especificamente, a emergência de resultados económicos desiguais, a

concorrência das importações da China e a chegada de pessoas que trabalham em posições de baixo salário contribuíram para a vitória de líderes populistas italianos nas eleições (Barone & Kreuter, 2020; Caselli, Fracasso, & Traverso, 2020).

Para além da crise económica, o fenómeno global da migração também causou danos na sociedade italiana. Mais de 60% da população considerou que a imigração se constatava como o maior problema a nível nacional, tendo a presença de refugiados ilegais aumentado as ameaças à segurança e o medo do terrorismo (Dixon et al, 2018; Kohut & Wike, 2018). Porém, não se trata somente de uma ameaça à segurança dos italianos mas também à sua identidade. Segundo o estudo efetuado por Dixon et al (2018, pp. 15, 68-73) podem ser identificados quatro grupos identitários que se sentem ameaçados pela presença de migrantes (nacionalistas hostis, defensores culturais, preocupados com segurança e deixados para trás). Para estes grupos, os migrantes são pessoas estranhas que ameaçam a identidade e o modo de vida italiano, pelo que os primeiros esperam que estes últimos se encontrem dispostos a abdicar da sua religião, cultura e tradições e adotem o estilo de vida italiano. Essa adaptação, contudo, não será possível, uma vez que, nunca se poderão tornar verdadeiramente italianos, pois apenas querem usufruir dos recursos económicos limitados e apoderarem-se dos empregos dos nativos. Neste cenário de polarização, tanto os migrantes como os refugiados são vistos como “os outros”, na retórica do “nós” (italianos) contra “eles”. Apesar disto, muitos acreditam que os efeitos da crise de refugiados foram agravados devido ao desemprego, às falhas da economia e à divisão entre as sociedades do norte e do sul.

É de notar que tanto as políticas económicas de austeridade impostas pela UE durante a crise de 2008 como a crise de refugiados não permitiram que a Itália tivesse a capacidade de exercer a determinação nacional (Kohut & Wike, 2018). Segundo o relatório de Dixon et al (2018), perante uma economia estagnada, as tensões da crise de imigração e os partidos populistas, a população italiana vê o seu país de uma forma negativa. Este cenário estende-se para a globalização, uma vez que “a maioria dos italianos acredita que a globalização é a razão de muitos problemas que hoje enfrentam” (p. 62).

Esta situação também afetou a confiança do povo italiano no governo e nos meios de comunicação. O descontentamento e a falta de confiança criaram um ambiente propício à emergência de partidos populistas, algo que se refletiu nas eleições de 2018. A análise dos

resultados eleitorais italianos revelou que fatores como o fluxo de migrantes e a competição estrangeira no comércio nacional estão associados ao descontentamento que contribuiu para o aumento de votos em partidos *alternativos*, nomeadamente partidos populistas (Barone & Kreuter, 2020; Bergh & Kärnä, 2020; Rodrik, 2021).

Pela primeira vez desde a fundação da UE, um dos Estados-membros originais elegeu um governo populista com valores eurocéticos. Embora a grande maioria da população acredite que tem de proteger a sua cultura e tradições dos migrantes, muitos também acreditam que é necessária uma melhor assistência e cooperação da UE na gestão da crise de migrantes. Foi a partir desta incerteza que a influência da Lega e do M5S se tornou numa escolha adequada para muitos italianos (Caiini & Padoan, 2021, pp. 345-346).

6.3. O caráter antiglobalização

6.3.1. Protecionismo e a retórica anti-imigração

Devido à extensão dos discursos, focámos a análise em excertos que consideramos mais relevantes para o estudo. Em termos de limite temporal, houve um foco no ano de 2018 e 2019, sendo esta delimitação justificada por duas razões. Em primeiro lugar, 2018 foi o ano em que ocorreram as eleições para o governo italiano, pelo que, a nossa amostra envolve discursos pronunciados na campanha eleitoral nacional, assim como, na campanha eleitoral para as eleições parlamentares da UE que ocorreram em 2019, de modo a observar as estratégias políticas que apelaram aos eleitores. Em segundo lugar, visto que o Primeiro-Ministro Conte não participou nas campanhas eleitorais, foram aplicados outros parâmetros de seleção, tendo sido selecionados os discursos mais memoráveis da sua carreira e que tiveram mais alcance em termos de visualizações.

6.3.1.1. Análise dos discursos de Giuseppe Conte

Até às eleições italianas de 2018, Giuseppe Conte não era uma figura muito conhecida politicamente. Contudo, desde o início do seu mandato como Primeiro-Ministro foi considerado um líder populista, embora não tão expressivo e direto como os seus colegas Luigi Di Maio e Matteo Salvini. Tendo passado grande parte da sua carreira como professor de Direito, foi apelidado “advogado do povo”, como se descreveu no seu primeiro discurso no

Parlamento. O seu mandato terminou oficialmente em 2021 e desde então é presidente do Movimento Cinco Estrelas.

6.3.1.1.1. Análise descritiva

Todos os discursos de Giuseppe Conte que analisámos podem ser considerados longos, tendo o maior cerca de 4000 palavras. Em termos lexicais possuem um vocabulário simples e formal, garantindo que a audiência compreende o tema em questão, sendo de destacar as palavras mais repetidas: “Europa”, “União Europeia”, “mudança”, “cidadãos”, “povo” e “futuro”. Em termos de figuras de estilo destacamos o uso da metáfora, considerada uma “ferramenta básica de conceito, que pode contribuir para o significado da constituição num contexto social” (Putri, 2018). Nos seus discursos, Conte refere-se várias vezes ao “vento” (“necessidade de abertura aos novos ventos”, “irá ter dificuldade em enfrentar os ventos contrários”, “os ventos da mudança estão a soprar” e “o novo vento não sopra em vão”) utilizado para descrever a onda de populismo e a mudança de um governo democrático para populista. Esta metáfora sugere uma situação de mudança, mais especificamente o recente crescimento da participação de partidos populistas no governo, tanto em Itália como noutros países europeus, e pretende assegurar à audiência que este novo cenário político irá permanecer e elevar-se para algo mais significativo.

Relativamente à linguagem corporal, é de salientar que Conte tem uma postura concisa e calma, não recorrendo a uma grande variação de gestos. Tal como na sua retórica, também os gestos foram simples e simétricos, o que demonstrou um equilíbrio na sua mensagem de mudança.

6.3.1.1.2. Análise interpretativa

O primeiro discurso proferido por Conte no parlamento italiano teve como objetivo apresentar uma frente unida entre os partidos da coligação M5S e Lega perante os cidadãos italianos e legitimar o seu mandato enquanto líder do novo governo populista. Trata-se de um discurso no qual o orador incita um desejo de mudança face às medidas do governo anterior apelando a sentimentos de conquista e prosperidade, de modo a assegurar a sua nomeação enquanto Primeiro-Ministro, após dias de negociação e desassossego, perante os eleitores.

Os discursos realizados em 2019 apresentam outra vertente. Estes foram proferidos para um público internacional, tendo como objetivo apelar à necessidade de mudança face à

incapacidade da UE em lidar com os desafios internacionais. Embora tenha sido uma mensagem subliminar no seu primeiro discurso, após incidentes como a chegada de refugiados no Mediterrâneo, como por exemplo o Diciotti e o Aquarius, Conte adota uma postura de euroceticismo e antiglobalização mais rigorosa.

Para além disto, através da retórica de “nós” contra “eles”, Conte consegue delinear-se como um italiano que trabalha para os italianos, rejeitando as políticas europeias que incidem sobre a transferência de soberania, a abertura de fronteiras aos refugiados, que afirma serem “uma ameaça à nossa própria segurança” (anexo 2, p. 91), e a economia de mercado, cujas recompensas foram geradas “apenas para alguns, não para muitos” (anexo 3, p. 96).

6.3.1.1.3. Análise explicativa

Apesar da sua inexperiência no mundo da política, Conte clarificou que estava orgulhoso por liderar um governo populista, argumentando que “as forças políticas que integram a maioria (M5S e Lega) foram acusadas de serem populistas, antissistema, (...) se antissistema significa admirar e introduzir um novo sistema que remova antigos privilégios e incrustações de poder (...) ora, ambas estas forças políticas merecem situações de celebração” (anexo 1, p. 79). O que indica que, apesar da sua subtilidade, Conte concorda e partilha dos mesmos valores que os seus ministros.

Desde o seu primeiro discurso, Conte demonstra um breve descontentamento para com a UE, considerando-a a “nossa casa”, contudo, insiste que para alcançar este estatuto em pleno terá de ser transformada de modo a prevenir o seu inevitável declínio, refletindo o aumento do euroceticismo em Itália. Esta posição de crítica foi consolidada em 2019, quando o Primeiro-Ministro acabou por demonstrar o seu carácter de antiglobalização: “O povo italiano tem sido muito paciente e disciplinado (...) Durante anos abraçaram as crenças precedidas pela chamada ordem democrática liberal, na integração do mercado global (...) a realidade revelou-se muito diferente” (anexo 3, p. 96).

Esta mensagem acaba por reforçar a narrativa populista que elogia as virtudes do povo italiano, enquanto critica indiretamente a globalização e as políticas neoliberais, vistas como responsáveis pelo sofrimento e instabilidade. Esta ideologia populista visa fortalecer o vínculo

entre o novo governo e o povo, enquanto desafia as estruturas do sistema global, sugerindo que, embora a Itália tenha seguido o caminho da globalização, as fragilidades permanecem.

Conte critica o projeto europeu pela sua incapacidade de lidar com os desafios globais, questionando a sua credibilidade e reiterando a necessidade de uma mudança. O tema de mudança foi mencionado recorrentemente nos seus discursos, (“desejo de mudança”, “mudança radical”, “projeto de mudança da Itália”) apelando a uma nova visão que se iniciou com o crescimento dos partidos populistas europeus. Nesta refere o combate à corrupção, à migração e à economia, oferecendo uma “mudança radical” que irá alterar o sistema político e socioeconómico italiano, ao devolver a soberania ao Estado e tornando-o capaz de responder aos desafios atuais (anexo 1). Podemos afirmar que esta mudança surgiu em conformidade com o novo governo populista que prometeu uma reorientação política ao rejeitar a ordem liberal internacional, colocando os interesses do povo italiano no centro da agenda política e económica.

No que diz respeito à migração, Conte assume uma posição nacionalista, defendendo o “simples encerramento das fronteiras marítimas” (anexo 2, p. 90), e mantém as críticas à estratégia europeia pela sua ineficácia, realçando a “falsa solidariedade” (anexo 1, p. 79) entre os Estados-membros que abandonaram a Itália no que diz respeito ao acolhimento da vaga de migrantes, o que indica a sua animosidade perante o sistema europeu e global.

No atinente à dimensão económica, condena várias vezes a economia liberal, considerando-a um “verme que mina as raízes do nosso sistema socioeconómico” (anexo 1, p. 82) e responsabilizando-a pelo crescimento da pobreza na Itália, particularmente após a crise de 2008 e face à austeridade europeia, defendendo a resiliência do povo que se viu obrigado a tolerar as falhas de mercado. Estas críticas mantêm-se no último discurso, naquele em que seria um momento de celebrar a interdependência da globalização. Conte veio enaltecer as fraquezas da globalização que, embora tenha sido vantajosa para “uma minoria sortuda” (anexo 3, p. 98) deu lugar a “uma visão mais sombria” (anexo 3, p. 96) do futuro, retratando o povo como vítimas de um sistema global que apenas beneficia os mais poderosos, sendo uma das formas de apresentar a ideia de povo puro contra elite corrupta.

Para além disto, condena a desigualdade de oportunidades e a distribuição irregular da riqueza proporcionadas pela globalização, em lugar do bem-estar das pessoas, famílias e

comunidades, declarando a urgência de “trazer de volta o poder para onde deveria estar” ao anunciar que “a soberania pertence ao povo e as formas do seu exercício são estabelecidas pela lei!” (anexo 3, p. 98). Neste sentido, Conte desafia o princípio da soberania partilhada favorecido pela UE, defendendo que a soberania deve refletir a vontade popular.

Podemos afirmar que a ideologia dos discursos é populista, havendo um foco no “povo italiano” como o centro da política e numa retórica de nós contra eles, que assume várias formas. Através do reforço da dicotomia central da retórica populista de povo contra elite, Conte consegue mobilizar o apoio popular face às falhas da política tradicional focada na globalização, ao propor uma visão alternativa centrada no povo, que se encontra descontente com as instituições supranacionais, e ao reforçar uma ideologia de soberania e proteção dos interesses nacionais na gestão de questões globais, como a economia e a migração.

6.3.1.2. Análise dos discursos de Matteo Salvini

Ao contrário de Conte, Matteo Salvini está presente na política italiana desde 1990, ano em que se tornou membro da Lega, e em 2013 foi eleito líder do partido. Para além de ser visto como eurocético, Salvini opõe-se, principalmente, à imigração ilegal e à gestão europeia no que diz respeito aos requerentes de asilo. Segundo Walt (2018), é considerado um dos principais líderes do movimento populista europeu, defendendo uma ideologia de direita que advoga os valores de protecionismo, nativismo e desglobalização.

A sua presença nas redes sociais atribuiu-lhe o título de “político mais influente da Itália” (Walt, 2018), sendo a partir destas que publica a sua opinião acerca de vários acontecimentos e temas que considera relevantes para a sua audiência italiana, estabelecendo uma ligação crua e direta para com os eleitores, sem o filtro dos *media*.

6.3.1.2.1. Análise descritiva

Embora Salvini tenha muita presença online, focamo-nos apenas em discursos de modo a possibilitar uma comparação justa entre os políticos em apreço. Em termos lexicais, Salvini possui um vocabulário simples e informal, transmitindo uma imagem de “amigo” e “vizinho” e garantindo a criação de uma conexão entre o orador e a audiência, sendo de destacar as palavras mais repetidas: “país”, “Itália”, “italianos”, “governo”, “futuro” e “nosso”. Em termos de figura de estilo destacamos o uso de perguntas retóricas e da anáfora. Através

da pergunta retórica, o orador pretende orientar a atenção da audiência para um tópico específico. Por exemplo, ao questionar “Onde está o governo?” (anexo 5, p. 108), Salvini pretende criticar indiretamente o governo enquanto apresenta as suas propostas. Já a anáfora serve para salientar uma ideia através da repetição, tal como podemos observar em: “Queremos defender a nossa agricultura, o nosso arroz, o nosso petróleo, o nosso leite, o nosso tempo, o nosso peixe, o nosso modo de vida” (anexo 4, p. 102), em que Salvini pretende enaltecer o seu apoio a pequenos empresários italianos e apelar a um sentimento nacionalista.

No que diz respeito à linguagem corporal, podemos observar que Salvini tem uma postura relativamente calma, de modo a transparecer a sua mensagem como um caminho de paz e segurança, no entanto, nas suas redes sociais transmite uma postura mais desafiante e revoltada, visando igualar os sentimentos de descontentamento da audiência face às ditas injustiças socioeconómicas.

6.3.1.2.2. Análise interpretativa

Num panorama geral, os discursos de Salvini tiveram como objetivo apresentar as suas motivações e mobilizar apoio para a Lega na campanha às eleições legislativas. O primeiro discurso analisado de Salvini foi proferido no Parlamento Europeu, para uma audiência internacional, onde o orador demonstrou as falhas da UE tanto no campo da migração como na economia, apelando ao protecionismo e euroceticismo de modo a apresentar a sua candidatura como a ideal nas eleições.

O segundo discurso é comparativamente mais complexo. Face às críticas de violência instigada pelo partido de extrema-direita, Salvini adota um tom de voz calmo e pacífico insistindo na “paz de diálogo de serenidade” (anexo 5, p. 103). Este realizou-se na Piazza del Duomo, onde se localiza a Catedral de Milão, o que não é um acaso, tendo em conta o histórico de Salvini no uso da religião como propaganda política. Perante uma audiência nacional, apela a sentimentos de frustração, raiva e descontentamento na crítica ao governo de Renzi e à UE, principalmente sobre a gestão da migração. Por outro lado, elogia o povo pela sua pacificidade e paciência, procurando a sua confiança para o dia de eleições.

Esta posição de povo contra a elite realça a dicotomia da retórica populista, sendo que, ao contrário de Conte, Salvini fá-lo de uma forma mais direta e provocadora, como podemos

verificar em “estão contra nós” (anexo 5, p. 118). Para além de insistir num recomeço da Itália, posiciona-se como em “primeiro pai e, em segundo lugar, cidadão italiano” (anexo 4, p. 101) reprendendo tudo o resto como uma ameaça à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

6.3.1.2.3. Análise explicativa

Como referido anteriormente, as crises globais, como a crise de refugiados e económica, proporcionaram uma abertura às narrativas populistas, particularmente as que se centravam na defesa da identidade nacional. Neste contexto, Salvini iniciou a sua campanha redefinindo a identidade política da Lega para representar toda a população e dirigindo a sua hostilidade contra os refugiados e a UE. Esta mudança de foco e a sua retórica anti-imigração e anti-UE providenciaram-lhe o destaque nas eleições, apelando com sucesso aos eleitores que se encontravam desiludidos com os partidos tradicionais (Pieroni, Salmasi, & Roig, 2022, pp. 1,2).

Através de uma retórica centrada na proteção da identidade nacional, Salvini compara-se a um “herói da pátria” (anexo 5, p. 115), afirmando que a sua posição de nacionalismo e de controlo das fronteiras, é apenas o “dever sagrado de cada cidadão” (anexo 5, p. 115). Contudo, esta narrativa expande-se para o perigo dos refugiados em Itália, argumentando que “em vez de fugirem da guerra, trazem a guerra para as nossas cidades”, e salienta o aumento de crimes cometidos por estrangeiros. É a partir deste ponto que o orador pretende apresentar a imigração como uma ameaça à cultura, história e tradição italianas que perturba a coesão da sociedade.

Apesar da austeridade da sua ideologia, Salvini apela à sua pacificidade e honestidade, enquanto promete “devolver o sorriso e a esperança” (anexo 5, p. 117) ao povo, afirmando que serão eles os “protagonistas da mudança” (anexo 5, p. 113). Esta mensagem critica indiretamente a globalização e as políticas neoliberais, uma vez que apela à aplicação de limites rigorosos à imigração e ao regresso às políticas económicas em vigor antes do impacto das crises globais.

Esta opinião é consolidada com a afirmação “Primeiro Itália, primeiro os italianos” (anexo 5, p. 110), que alude à desvalorização de assuntos globais e apela à priorização da política interna italiana. Esta ideologia antiglobalização é agravada pela instabilidade

económica e pelo aumento do desemprego, criando as condições ideais para narrativas sociais divisivas e uma redefinição nacional baseada na exclusão (Dixon et al., 2018, pp. 70,71).

Esta indignação também é partilhada para com a UE. Tal como Conte, Salvini é considerado eurocético e nos seus discursos critica a UE pela sua inação face à questão migratória e pela imposição de regras rigorosas durante a crise económica, afirmando que as políticas financeiras ditadas pela UE “causaram mais danos do que nas duas guerras mundiais anteriores” (anexo 5, p. 115), e acusando a Comissão Juncker de construir “uma jaula adaptada às suas necessidades para prejudicar a economia italiana” (anexo 5, p. 112) e de massacrar “os pequenos artesãos” (anexo 4, p. 100). Face a este cenário, Salvini demonstra a sua recusa em seguir as regras europeias na gestão dos recursos italianos, apresentando duas soluções, “ou mudo estas regras europeias ou rasgo-as” (anexo 5, p. 107).

Através das críticas à UE, Salvini pretende refletir as frustrações do povo italiano face às medidas de austeridade europeias durante a crise económica, que prejudicaram, maioritariamente, a classe média e as pequenas empresas, enquadrando a Itália como vítima da globalização e do sistema europeu. Ao mencionar as guerras mundiais evoca emoções fortes de luta e dificuldade de modo a mobilizar o ressentimento público, e ao desafiar as regras europeias, posiciona-se como um salvador da soberania italiana, isto é, como um membro do povo que tem como prioridade a defesa do interesse nacional.

No que diz respeito ao uso de religião, Salvini faz várias menções à *Madonna*, sendo de realçar que no fim do seu último discurso da campanha eleitoral, enquanto se encontrava à sombra da *Madonnina* (estátua da Virgem Maria) e segurava uma Constituição e um Evangelho, encenou um juramento como Primeiro-Ministro no palco, demonstrando a sua certeza de que a Lega iria ganhar as eleições.

Em síntese, tanto Conte como Salvini exibem características populistas nos seus discursos, que variam desde uma apreensão em relação às crises globais até à crítica do funcionamento da UE. Face ao contexto social que decorria na Itália, ambos implementaram estratégias discursivas que mobilizaram o povo com sucesso, sendo de destacar a ênfase do povo contra um grupo externo – consoante o contexto, os “outros” podem ser os refugiados, a UE ou o anterior governo de Renzi– assim como uma ideologia baseada na defesa da identidade nacional, onde a imigração e as forças homogeneizadoras da

internacionalização se integram como ameaças à cultura. Através desta retórica, legitimaram a sua posição no governo provando que as falhas da globalização e a forma como são apresentadas podem ser consideradas como um catalisador para a ascensão do populismo (Swank & Betz, 2002, pp. 220-223).

Embora o governo de Conte tenha terminado em 2020, devido à crise pandémica, nas eleições legislativas de 2022, o partido populista Fratelli d'Italia, liderado por Giorgia Meloni, formou uma coligação com outros partidos de centro-direita, um deles a Lega, tornando-se a primeira Primeira-Ministra de Itália, assumindo um mandato marcado por uma administração populista.

6.4. Impactos na cooperação e integração europeia

Como foi mencionado anteriormente, tanto a crise económica como a crise de refugiados fomentaram o surgimento de partidos populistas em países europeus, sendo que, na sua maioria, face à gestão ineficaz da União Europeia em situações vulneráveis, colocaram o euroceticismo como uma questão central na sua agenda política (Cremonesi, 2017, p. 245). Contudo, trata-se de uma situação que não afeta somente o nível nacional, mas que também poderá pôr em causa a cooperação e integração europeia e, consequentemente, a ordem liberal. Segundo Friedman (2018), “o pilar europeu desta comunidade de democracias (ocidentais) nunca esteve tão sob ataque – tanto que, pela primeira vez, me pergunto se este pilar europeu irá realmente desmoronar”.

Uma das grandes preocupações em relação ao crescimento do populismo é a de que este irá produzir um enfraquecimento da ordem internacional estabelecida com as suas instituições internacionais e governação global (Destradi & Plagemann, 2019, pp. 10-11), seja pela rejeição de políticas, isto é, a falta de cooperação, ou pela ameaça de não cumprimento e abandono de acordos ou organizações internacionais (Siacotos, 2021, p. 38). Trata-se de um cenário presente na Itália, principalmente após as eleições de 2018, de acordo com Mansbach e Ferguson (2021), para quem “o cisma entre os governos liberais na Europa e os populistas em Itália ameaçou a unidade da UE” (p. 256). Para além de dificultar a negociação de acordos, a presença de populistas na UE agravou o desejo de soberania plena e aprofundou as divisões

norte-sul entre os Estados-membros, corroendo a coesão europeia e a ordem liberal e resultando num abrandamento da globalização.

As tensões sentidas devido às crises, juntamente com o Brexit, desafiaram a globalização política e económica europeia provocando um declínio na integração, e a priorização dos interesses nacionais afetou a cooperação internacional, visto que os Estados com governos populistas (pe. Itália e EUA) colaboraram seletivamente com as instituições globais visando os seus próprios objetivos internos, demonstrando um afastamento das normas de cooperação internacional e europeia (Mansbach & Ferguson, 2021; Siacotos, 2021).

As eleições parlamentares da UE de 2019 espelharam este cenário, com a criação de uma nova coligação de diversos partidos populistas europeus denominada Aliança Europeia dos Povos e das Nações (atual Identidade e Democracia), por Salvini. Além de incluir a Lega, possui representantes do FPÖ, da Frente Nacional, da AfD, entre outros, tendo conseguido eleger 73 deputados europeus, o que demonstra que a influência populista se alargou para o sistema europeu. Contudo, de acordo com Destradi e Plageman (2019), embora os líderes populistas possuam poder e capacidades para transformar o rumo da sua política externa, não o fazem necessariamente. Em vez disso, expressam-na de forma mais radical tendendo a reforçar as tendências pré-existentes quanto aos assuntos externos de forma imprevisível (pp. 17-18).

Conclusão

A dissertação teve como objetivo principal analisar o impacto da globalização no crescimento do populismo em Itália, mais especificamente, através da lente de crises globais como a crise económica de 2008 e a crise de refugiados de 2015. Estes acontecimentos lançaram as bases para movimento populistas, intensificando as dificuldades económicas e suscitando preocupações em torno da identidade cultural – elementos identificados como principais catalisadores da dinâmica populista em Itália. Ao analisar estes fatores, abordámos a questão central: de que forma a globalização influencia a ascensão do populismo em Itália?

A análise também se centrou na forma como a globalização se cruza com os desafios atuais à ordem liberal internacional, especialmente na forma como contribuiu para a desigualdade e insatisfação política. Deste modo, tanto os fatores de insegurança económica como de insegurança cultural, resultantes da globalização, demonstram-se relevantes para a análise do crescimento do populismo. Porém, não se trata apenas de aferir qual das perspetivas é a mais adequada, mas sim de como ambas interagem entre si.

Os resultados indicam que a instabilidade financeira que derivou da crise de 2008 revelou vulnerabilidades nas economias nacionais não só através de medidas de austeridade impostas pela UE, que se traduziram numa perda de soberania, mas também ao expor as economias nacionais às debilidades da economia de mercado. Por sua vez, a reação à crise de refugiados desencadeou um fortalecimento da identidade, que se viu ameaçada face à chegada incontável de refugiados em território nacional. Este acontecimento acaba também por refletir os perigos da ideologia populista e a sua ameaça para com a ordem liberal internacional, que promove a democracia.

Os objetivos secundários incluíram identificar a origem e o desenvolvimento dos movimentos populistas italianos, revelando como as crises globais não só perturbaram a economia, mas também como provocaram uma reação protetora em relação à identidade cultural. Assim, a polarização entre nativos e migrantes e povo e elite económica reforçou o paradigma de vencedores e perdedores da globalização, que tem sido fomentado pela crescente relevância política das clivagens culturais, baseadas na identidade, e pela diferenciação socioeconómica dos grupos sociais, refletindo um retrocesso democrático.

O contexto italiano clarifica a forma como a globalização impulsiona movimentos populistas, uma vez que os partidos populistas italianos canalizaram eficazmente estas questões, posicionando-se em oposição ao quadro liberal tradicional ao promoverem uma retórica baseada em posturas de protecionismo económico e cultural, ilustrando como a globalização pode desestabilizar os sistemas políticos existentes, ao aprofundar as divisões económicas, acentuar a unidade cultural e desafiar a autonomia nacional. Partidos como a Lega e o M5S centraram a sua agenda na recuperação da soberania nacional, sugerindo que o crescimento do populismo não reflete apenas uma reação à dimensão económica da globalização, mas também o seu impacto na coesão social. Deste modo, o exemplo italiano fornece uma visão sobre a forma como a globalização influencia tanto as estruturas económicas como as atitudes públicas, permitindo analisar os padrões populistas regionais e europeus.

O estudo explorou também as implicações das posições populistas de Itália na relação do país com a UE, referindo que a ênfase do populismo na soberania nacional proporciona potenciais desafios à cooperação e integração europeia. O caso italiano permite-nos observar como os movimentos populistas podem ganhar mais apoio em toda a Europa, especialmente nas regiões do sul que enfrentam desafios económicos e preocupações culturais. Esta interação entre globalização e populismo sublinha uma tensão persistente entre a integração global e a preservação da soberania nacional, tratando-se de uma questão que a UE deve gerir para manter a coesão e a adaptabilidade no meio de divisões crescentes.

Podemos concluir que a ligação entre a globalização e o populismo tem vindo a tornar-se um ponto de viragem para a manutenção da ordem liberal no quadro das relações internacionais, onde a ascensão do populismo marca o início de uma nova época no sistema internacional, os sistemas partidários tradicionais se fragmentam, e na qual a democracia tem de ser reinventada face à sua adaptação na era global.

Será também oportuno realçar que outros Estados-membros do Sul, tais como, Portugal, Grécia e Espanha, poderão constituir-se como casos de estudo relevantes para futura análise comparativa de modo a alargar o foco da investigação, uma vez que foram igualmente afetados pela globalização, o que permitirá realçar a distinção entre os padrões populistas regionais.

Bibliografia

- Agnew, J., & Shin, M. (2017). Spatializing Populism: Taking Politics to the People in Italy. *Annals of the American Association of Geographers*, 107(4), 915-933.
- Albertazzi, D., & McDonnell, D. (2008). *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. Palgrave Macmillan.
- Anelli, M., Colantone, I., & Stanig, P. (julho de 2019). We Were the Robots: Automation and Voting Behavior in Western Europe. (12485).
- Athens Institute. (30 de janeiro de 2024). *The Political and Media Landscape in Greece and Italy: Populism and the Public Sphere*. Obtido em 29 de janeiro de 2024, de Athens Institute for Education & Research (A World Association of Academics and Researchers): <https://www.athensjournals.gr/reviews/2024-5768-AJMS-CBC.pdf>
- Balão, S. M. (2014). *A Matriz do Poder, uma visão analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Edições MGI.
- Barone, G., & Kreuter, H. (2020). Low-wage import competition and populist backlash: The case of Italy. *European Journal of Political Economy*, 67(101970).
- Bergh, A., & Kärnä, A. (2020). Globalization and populism in Europe. *Public Choice*, 189, 51-73.
- Betz, H. G. (1993). The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populism in Western Europe. *Comparative Politics*, 25(4), 413-427.
- Bobba, G., & Legnante, G. (2018). Italy: A Breeding Ground for Populist Political Communication Populist. Em T. Aalberg, F. Esser, C. Reinemann, J. Strömbäck, & C. Vreese, *Populist Political Communication in Europe*. Routledge.
- Bobba, G., & McDonnell, D. (2015). Italy – A Strong and Enduring Market for Populism. Em H. Kriesi, & T. Pappas, *European Populism in the Shadow of the Great Recession* (pp. 159-174). ECPR Press.
- Bobba, G., & Seddone, A. (2022). Between the Ideological and Communicative Approaches: Hard and Soft Populism in France and Italy. *Journal of Representative Democracy*, 58(1), 49-66.
- Bolotnikova, M. N. (agosto de 2019). *Harvard Magazine*. Obtido em 2 de novembro de 2023, de The Trilemma: <https://www.harvardmagazine.com/2019/06/rodrik-trilemma-trade-globalization>
- Bracciale, R., & Mazzoleni, G. (24 de abril de 2018). *Socially mediated populism: the communicative strategies of political leaders on Facebook*. Obtido em 3 de novembro de 2023, de Palgrave Communications: <https://d-nb.info/1161876693/34>
- Bracciale, R., Andretta, M., & Martella, A. (2021). Does populism go viral? How Italian leaders engage citizens through social media. *Information, Communication & Society*, 24(10), 1477-1494.
- Britannica. (s.d.). *Globalization*. Obtido em 4 de novembro de 2023, de Britannica: <https://www.britannica.com/money/topic/globalization>

- Brown, G., & Labonté, R. (2011). *Globalization and its methodological discontents: Contextualizing globalization through the study of HIV/AIDS*. Obtido em 24 de julho de 2023, de BMC: <https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1744-8603-7-29#citeas>
- Brunazzo, M., & Gilbert, M. (2017). Insurgents against Brussels: Euroscepticism and the right-wing populist turn of the Lega Nord since 2013. *Journal of Modern Italian Studies*, 22(5), 624-641.
- Brusuelas, J. (28 de novembro de 2022). *The post-pandemic era and the end of hyper-globalization*. Obtido em 26 de março de 2024, de The Real Economy Blog: <https://realeconomy.rsmus.com/the-post-pandemic-era-and-the-end-of-hyper-globalization/>
- Bull, A. (2010). Addressing contradictory needs: the Lega Nord and Italian immigration policy. *Patterns of Prejudice*, 43(2), 411-431.
- Bull, A. (2016). The role of memory in populist discourse: the case of the Italian Second Republic. *Patterns of Prejudice*, 50(3), 213-231.
- Caiaini, M., & Padoan, E. (2021). Populism and the (Italian) crisis: The voters and the context. *Politics*, 41(3), 334-350.
- Caiani, M., & Carvalho, T. (2021). The use of religion by populist parties: the case of Italy and its broader implications. *Religion, State and Society*, 49(3), 211-230. Obtido de Taylor & Francis.
- Caiani, M., & Graziano, P. (2016). Varieties of populism: insights from the Italian case. *Rivista Italiana di Scienza Política*, 46(2), 243-267.
- Campo, F., Giunti, S., & Mendola, M. (2021). *The Refugee Crisis and Right-Wing Populism: Evidence from the Italian Dispersal Policy*. IZA - Institute of Labor Economics.
- Cannovan, M. (2006). Populism for political theorists? *Journal of Political Ideologies*, 9(3), 241-252.
- Carrasco, G. (1 de outubro de 2020). *Rodrik's Trilemma and its Consequences*. Obtido em 29 de março de 2023, de Project State Think Tank: <https://www.projectstatecraft.org/post/rodrik-s-trilemma-and-its-consequences>
- Caselli, M., Fracasso, A., & Traverso, S. (2020). Globalization, robotization, and electoral outcomes: Evidence from spatial regressions for Italy. *Journal of Regional Science*, 61(1), 87-111.
- Cavatorta, F. (2001). The role of the Northern League in transforming the Italian political system: from economic federalism to ethnic politics and back. *Contemporary Politics*, 7(1), pp. 27-40.
- Cavazaa, N., Colloca, P., Roccato, M., & Russo, S. (2020). Three Roads to Populism? An Italian Field Study on the 2019 European Electio. *Social Science Quarterly*, 101(4), pp. 1223-1235.
- Clayton, J., & Holland, H. (30 de dezembro de 2015). *Over one million sea arrivals reach Europe in 2015*. Obtido em 3 de dezembro de 2023, de UNHCR: <https://www.unhcr.org/news/stories/over-one-million-sea-arrivals-reach-europe-2015>

- Concern Worldwide. (18 de junho de 2024). *The global refugee crisis, explained*. Obtido em 12 de agosto de 2024, de Concern Worldwide: <https://www.concern.net/news/global-refugee-crisis-explained>
- Connor, P. (2 de agosto de 2016). *Number of Refugees to Europe Surges to Record 1.3 Million in 2015*. Obtido em 11 de agosto de 2024, de Pew Research Center: <https://www.pewresearch.org/global-migration-and-demography/2016/08/02/number-of-refugees-to-europe-surges-to-record-1-3-million-in-2015/>
- Cox, M. (12 de fevereiro de 2018). *Understanding the Global Rise of Populism*. Obtido em 6 de fevereiro de 2023, de LSE Ideas: <https://lseideas.medium.com/understanding-the-global-rise-of-populism-27305a1c5355>
- Cremonesi, C. (2017). Populism and Euroscepticism, the case of the Italian Five Star Movement in 2013: an analysis of party direct communication and media coverage. Em A. Bârgăoanu, R. Buturoiu, & L. Radu, *Why Europe? Narratives and Counter-narratives of European Integration* (pp. 245-267). Peter Lang.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage Publications.
- Curran, G. (2004). Mainstreaming populist discourse: the race-conscious legacy of neo-populist parties in Australia and Italy. *Patterns of Prejudice*, 38(1), 37-55.
- Davies, C. (2005). *The Rise and Fall of the First Globalisation*. Obtido em 10 de março de 2024, de ZBW - Digitales Archiv: <https://www.zbw.eu/econis-archiv/handle/11159/565394>
- Destradi, S., & Plagemann, J. (2019). Populism and International Relations: (Un)predictability, personalisation, and the reinforcement of existing trends in world politics. *Review of International Studies*, 45(5), pp. 1-20.
- Dieckhoff, A., & Portier, P. (2023). Populist Movements and the Religious: Toward a Return of the Theo-Political? *Journal of Religion in Europe*, 16(2), 113-124.
- Dijk, T. V. (2015). Critical Discourse Analysis. Em D. Tannen, H. Hamilton, & D. Schiffrin, *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 466-485). Wiley Blackwell.
- Dixon, T., Hawkins, S., Heijbroek, L., Juan-Torres, M., & Demoures, F.-X. (2018). *Attitudes towards National Identity, Immigration and Refugees in Italy*. Ipsos.
- Doyle, M. (1986). Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, 80(4), 1151-1169.
- Doyle, M. (2012). *Liberal peace: selected essays*. Routledge.
- Dreher, A. (2006). Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. *Applied Economics*, 38(10), 1091-1110.
- Eichengreen, B. (2018). *The Populist Temptation: Economic grievance and political reaction in the modern era*. Oxford University Press.

- Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. Longman Group.
- Fairclough, N. (2012). Critical Discourse Analysis. Em J. P. Gee, & M. Handford, *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 9-20). Routledge.
- Flew, T. (2020). Globalization, neo-globalization and post-globalization: The challenge of populism and the return of the national. *Global Media and Communication*, 16(1), pp. 19 - 39.
- FMI. (maio de 2008). *Globalization: A Brief Overview*. Obtido em 12 de janeiro de 2024, de International Monetary Fund: <https://www.imf.org/external/np/exr/ib/2008/053008.htm>
- Fotopoulos, T. (2001). Globalization, the reformist Left and the Anti-Globalization 'Movement'. *Democracy & Nature: The International Journal of Inclusive Democracy*, 7(2), 233-280.
- Foucault, M. (2007). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Friedman, T. (1999). *The Lexus and the Olive Tree*. Anchor Books.
- Friedman, T. (7 de agosto de 2018). *Can I ruin your dinner*. Obtido em 27 de janeiro de 2023, de New York Times: <https://www.nytimes.com/2018/08/07/opinion/can-i-ruin-your-dinner-party.html>
- Fukuyama, F. (1989). The End of History? *The National Interest*, 16, 3-18.
- Funke, M., & Trebesch, C. (2017). Financial Crises and the Populist Right. *DICE Report*, 15(4), 6-9.
- Gerring, J. (2004). American Political Science Review. *What is a Case Study and What Is It Good for?*, 98(2), pp. 341-354.
- Giddens, A. (1990). *As Consequências da Modernidade*. UNESP.
- Giddens, A. (2013). *Globalization*. Obtido em 8 de setembro de 2023, de Taylor & Francis Group: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429493089-3/globalization-anthony-giddens>
- Giusto, S., & Blais-McPherson, M. (2022). Dalla Vostra Parte: populist irony, iliberal ventriloquism, and the rise of the Non Buono refugee in contemporary Italy. *Journal of Modern Italian Studies*, 28(4), 466-482.
- Goulart, M., & Adinolfi, G. (2018). O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o MoVimento 5 Estrelas. *Análise Social*, 2(227), 388-414.
- Gros, D. (2017). *Can the EU survive in an age of populism?* CEPS.
- Guiso, L., Herrera, H., Morelli, M., & Sonno, T. (2017). *Demand and Supply of Populism*. Einaudi Institute for Economics and Finance.
- Haas, R. (2017). *A World in Disarray: American Foreign Policy and the Crisis of the Old Order*. Penguin.
- Hah, X. B. (janeiro de 2020). *Is Globalization in Decline? Rise of Populism as a Threat to Globalization*. Obtido em 13 de dezembro de 2023, de Tamkang Journal of International Affairs:

<https://www.airitilibrary.com/Article/Detail/10274979-202001-202001170001-202001170001-165-184>

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.

Held, D. (1995). *Democracy and the Global Order - From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Stanford University Press.

Held, D., & McGrew, A. (1998). The End of the Old Order? Globalization and the Prospects for World Order. *Review of International Studies*, 24, 219-243.

Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (2000). Global Transformations: Politics, Economics and Culture. Em C. Pierson, & S. Tormey, *Politics at the Edge* (pp. 14-28). Palgrave Macmillan.

Ikenberry, G. J. (2020). *A World Safe for Democracy - Liberal Internationalism and the Crisis of Global Order*. Yale University Press.

Ikenberry, J. (2018). Why the Liberal World Order Will Survive. *Ethics and International Affairs*, 32(1), 17-29.

Im, Z. K., Mayer, N., Palier, B., & Rovny, J. (2019). The “Losers of Automation” - A Reservoir of Votes for the Radical Right? *Research and Politics*, 6(1).

Inglehart, R. (2018). The Age of Insecurity. *Foreign Affairs*.

Ipsos. (maio de 2023). *Global Religion 2023: Religious Beliefs Across the World*. Obtido em 16 de novembro de 2023, de Ipsos:

<https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2023-05/Ipsos%20Global%20Advisor%20-%20Religion%202023%20Report%20-%2026%20countries.pdf>

Ito, H., & Aizenman, J. (7 de agosto de 2020). *Global politics from the view of the political-economy trilemma*. Obtido em 25 de setembro de 2023, de Vox:

<https://cepr.org/voxeu/columns/global-politics-view-political-economy-trilemma>

Ivaldi, G., Lanzone, M., & Woods, D. (2017). Varieties of Populism across a Left-Right Spectrum: The Case of the Front National, the Northern League, Podemos and Five Star Movement. *Swiss Political Science Review*, 23(3).

Jahn, B. (2013). *Liberal Internationalism - Theory, History, Practice*. Palgrave Macmillan.

James, H. (2021). *The War of Words - A glossary of globalization*. Yale University Press.

Kagan, R. (2018). *The Jungle Grows Back: America and Our Imperiled World*. Vintage Books.

Kant, I. (1903). *Perpetual Peace: a Philosophical Essay*. MacMillan Company.

Karolewski, I. P., & Benedikter, R. (2018). *The EU and asymmetrical pressures*. Obtido em 24 de outubro de 2024, de Cairn - Sciences Humaines et Sociales: <https://shs.cairn.info/revue-politique-europeenne-2018-2-page-98?lang=fr&tab=texte-integral>

- Keohane, R., & Nye, J. (2012). *Power and Interdependence*. Pearson.
- Kohut, A., & Wike, R. (24 de junho de 2018). *Assessing Globalization: Benefits and Drawbacks of Trade and Integration*. Obtido em 13 de dezembro de 2023, de Pew Research Center: <https://www.pewresearch.org/global/2018/06/24/assessing-globalization/>
- Kurer, T., Häusermann, S., Wüest, B., & Enggist, M. (2019). Economic grievances and political protest. *European Journal of Political Research*, 58(5), 1-27.
- Laclau, E. (1997). *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. Radical Thinkers.
- Laclau, E. (2013). *A Razão Populista*. Três Estrelas.
- Maddaloni, D. (2016). Whatever happened to Italy? The Crisis of the Italian Pattern of Development in the Era of Globalization. *Athens Journal of Social Sciences*, 3(4), 299-320.
- Mansbach, R., & Ferguson, Y. (2021). *Populism and Globalization: The return of national and the global liberal order*. Palgrave Macmillan.
- Mearsheimer, J. (2019). Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, 43(4), 7-50.
- Mény, Y., & Surel, Y. (2001). *Populismo e democrazia*. Il Mulino.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*. Oxford University Press.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2016). Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash. *AARN: Political Organization*.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash - Trump, Brexit and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.
- Oneal, J., & Russett, B. (outubro de 1999). The Kantian Peace: The Pacific Benefits of Democracy, Interdependence, and International Organizations. *World Politics*, 52(2), pp. 1-37.
- Orlandi, E. (2020). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Pontes.
- Ozzano, L. (2019). Religion, Cleavages, and Right-Wing Populist Parties: The Italian Case. *The Review of Faith & International Affairs*, 17(1), 65-77.
- Pallaver, G. (2018). Populism in the Mainstream Media. Em M. Cau, M. Gehler, & G. Pallaver, *Populism, Populists, and the Crisis of Political Parties A Comparison of Italy, Austria, and Germany 1990-2015* (pp. 99-119). FBK Editoria.
- Pasquino, G. (2008). Populism and Democracy. Em D. Albertazzi, & D. McDonnell, *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. Palgrave Macmillan.
- Passarelli, G., & Tuorto, D. (2022). From the Lega Nord to Salvini's League: changing everything to change nothing? *Journal of Modern Italian Studies*, 27(3), 400-415.

- Pástor, L., & Veronesi, P. (2021). Inequality Aversion, Populism, and the Backlash against Globalization. *The Journal of The American Finance Association*, 76(6), 2857-2906.
- Peters, L., Engelen, P.-J., & Cassimo, D. (2023). *Explaining refugee flows. Understanding the 2015 European refugee crisis through a real options lens*. Obtido em 6 de abril de 2024, de National Library of Medicine: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10118136/>
- Pieroni, L., Salmasi, L., & Roig, M. R. (2022). Italy: Immigration and the evolution of populism. *European Journal of Political Economy*, 76.
- Preble, J. F. (2010). Toward a Framework for Achieving a Sustainable Globalization. *Business and Society Review*, 115(3), 329-366.
- Prosperi, E. (2020). The 2009 Financial Crisis and Populism in Europe: an Unbreakable Bond. *Journal of International Law and Politics*, 52, 943-954.
- Putri, T. (fevereiro de 2018). *A Study on Metaphor as Part of Critical Discourse Analysis*. Obtido em 27 de junho de 2023, de Research Gate: https://www.researchgate.net/publication/326142895_A_Study_on_Metaphor_as_Part_of_Critical_Discourse_Analysis
- Rato, V. (abril de 2020). Canários na Mina: a Democracia, a Globalização e o Populismo. (N. e. Defesa, Ed.) (155), pp. 87-113.
- Roberts, K. (12 de fevereiro de 2019). *Crises of Representation and Populist Challenges to Liberal Democracy*. Obtido em 16 de dezembro de 2023, de Springer Link: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41111-019-00117-1>
- Rodriguês, T. M. (2018). Populismo de esquerda versus populismo de direita no início do século XXI: o conflito político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. *Revista Estudos Políticos*, 9(17), 70-85.
- Rodrik, D. (2012). *The Globalization Paradox - Why Global markets, States and Democracy can't coexist*. Oxford University Press.
- Rodrik, D. (2018). Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*.
- Rodrik, D. (2021). Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture, and the Rise of Right-Wing Populism. *Annual Review of Economics*, 13, 133 - 170.
- Salvador, B. (2021). *A ascensão do nacionalismo e a securitização dos fluxos migratórios no espaço europeu: o caso do governo italiano Cinco Estrelas-Liga (2018-2019)*. Dissertação de mestrado.
- Sandrin, P. (2020). The Rise of Right-Wing Populism in Europe: a Psychoanalytical Contribution. Em B. D. Guilherme, C. Ghymers, S. Griffith-Jones, & A. R. Hoffmann, *Financial Crisis Management and Democracy: Lessons from Europe and Latin America* (pp. 227 - 239). Parlamento Europeu.

- Santos, B. S. (22 de agosto de 2022). *Os processos da globalização*. Obtido em 2022 de outubro de 2022, de Eurozine: <https://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/>
- Shangquan, G. (2000). Economic Globalization: Trends, Risks and Risk Prevention. *Economic and Social Affairs*.
- Siacotos, M. (2021). Populists in International Relations. *The Commons: Puget Sound Journal of Politics*, 2(1), 37-51.
- Silva-Leander, A. (2020). *Populist government and democracy: An impact assessment using the Global State of Democracy Indices*. International IDEA.
- Silver, L. (6 de outubro de 2022). *Populists in Europe – especially those on the right – have increased their vote shares in recent elections*. Obtido em 6 de janeiro de 2024, de Pew Research Center: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/10/06/populists-in-europe-especially-those-on-the-right-have-increased-their-vote-shares-in-recent-elections/>
- Slaughter, S. (2011). Globalization and Its Critics. Em R. Devetak, A. Burke, & J. George, *International Relations Theory* (pp. 386-397). Cambridge University Press.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo bolonha*. Pactor.
- Stanley, B. (2008). The thin ideology of populism. *Journal of Political Ideologies*, 13(1), 95-110.
- Steger, M. (2003). *Globalization: a very short introduction*. Oxford University Press.
- Steger, M., & James, P. (2010). *Ideologies of Globalism*. Sage Publications.
- Stiglitz, J. (2004). *Globalização - A Grande Desilusão*. Lisboa: Terramar.
- Swank, D., & Betz, H.-G. (2002). Globalization, the welfare state and right-wing populism in Western Europe. *Socio-Economic Review*, 1(2), 215-245.
- Taggart, P. (1995). New populist parties in Western Europe. *West European Politics*, 18(1), 34-51.
- Taggart, P. (2004). Populism and representative politics in contemporary Europe. *Journal of Political Ideologies*, 9(3), 269-288.
- Tathyer, M. (2017). The 2008–2009 Financial Crisis in Historical Context. Em Ü. Hacıoglu, & H. Dinçer, *Global Financial Crisis and Its Ramifications on Capital Markets - Opportunities and Threats in Volatile Economic Conditions* (pp. 3-17). Springer International Publishing.
- Tomé, J. V. (27 de janeiro de 2023). *O liberal que saiu do frio*. Obtido em 29 de março de 2023, de Observador: <https://observador.pt/opiniao/o-liberal-que-saiu-do-frio/>
- Torre, C. d. (2019). *Routledge Handbook of Global Populism*. Routledge.
- UN Affairs. (25 de setembro de 2018). *US President Trump rejects globalism in speech to UN General Assembly's annual debate*. Obtido em 26 de março de 2024, de United Nations: <https://news.un.org/en/story/2018/09/1020472>

- Viotti, P., & Kauppi, M. (2012). *International Relations Theory*. Pearson.
- Walt, V. (13 de setembro de 2018). *Intervista al ministro dell'Interno Matteo Salvini pubblicata su "Time"*. Obtido em 11 de agosto de 2024, de Ministerio dell'Interno:
<https://www.interno.gov.it/it/stampa-e-comunicazione/interventi-e-interviste/interventi-e-interviste-raccolta-anni-precedenti/we-want-change-things-within-italys-matteo-salvini-his-goal-reshape-europe>
- Weyland, K. (2001). Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. *Comparative Politics*, 34(1), 1-22.
- Williamson, J. G. (2005). Winners and Losers over Two Centuries of Globalization. Em *Wider Perspectives on Global Development: Studies in Development Economics and Policy* (pp. 136-174). Palgrave Macmillan.
- Wong, E., & Swanson, A. (22 de março de 2022). *Ukraine War and Pandemic Force Nations to Retreat From Globalization*. Obtido em 28 de março de 2024, de The New York Times:
<https://www.nytimes.com/2022/03/22/us/politics/russia-china-global-economy.html>
- Woods, D. (2009). Pockets of resistance to globalization: the case of the Lega nord. *Patterns of Prejudice*, 43(2), 161-177.
- Yin, R. (2014). *Case Study Research - Design and Methods*. Sage Publications.
- Yuval-Davis, N. (2019). Autochthonic populism, everyday bordering and the construction of 'the migrant'. Em G. Fitzi, J. Mackert, & B. Turner, *Populism and the Crisis of Democracy: Migration, Gender and Religion* (pp. 69-77). Routledge.

Anexos

Figura 1. Modelo teórico baseado no modelo tridimensional de Fairclough (Fairclough, 1989, p. 26).

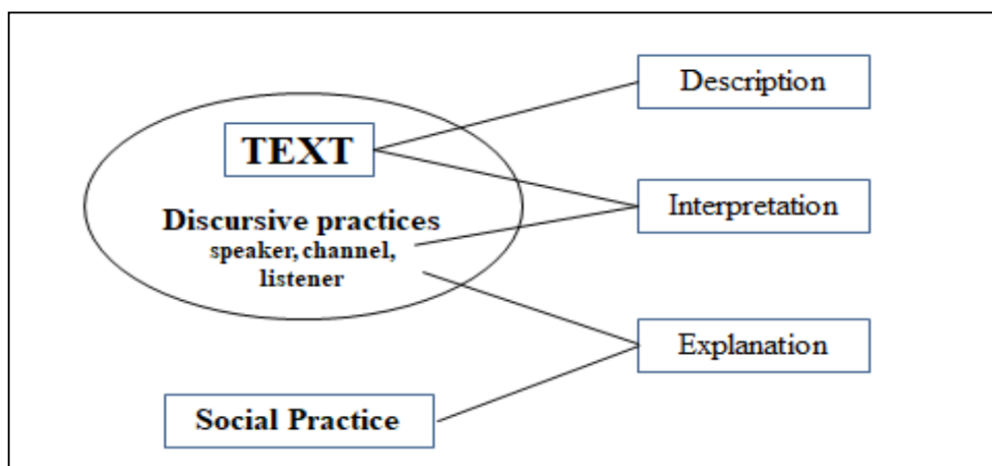


Figura 2. O trilema político da economia mundial (Rodrik, 2012, p. 201).

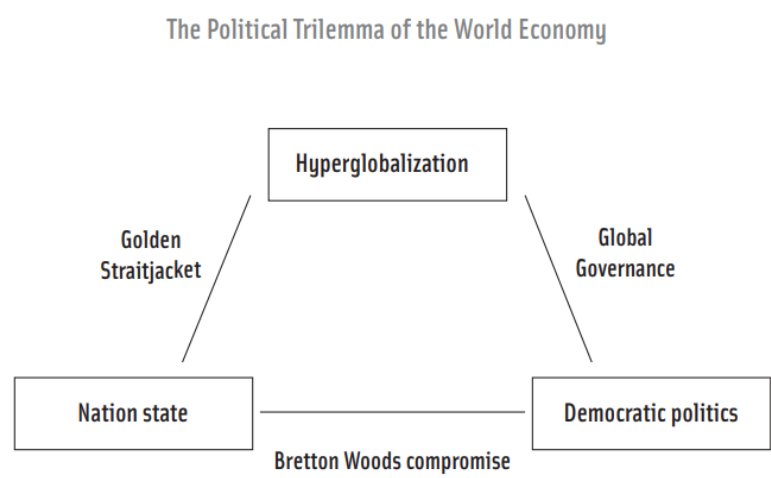
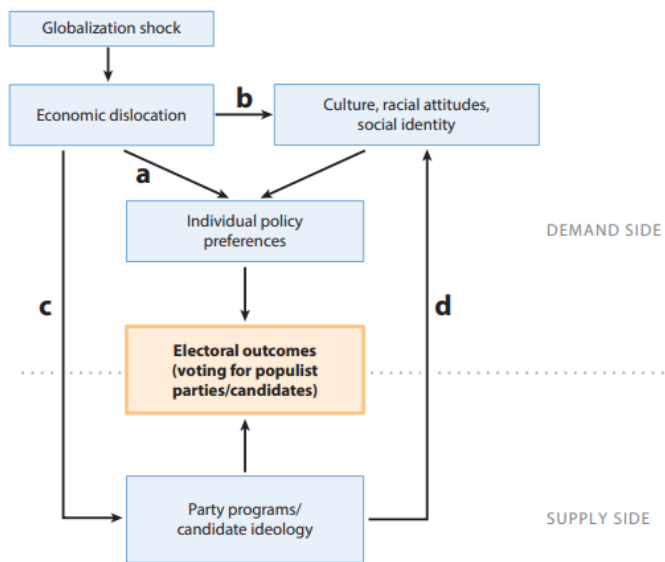


Figura 3. Quadro conceitual da oferta e procura dos choques de globalização (Rodrik, 2018, p. 140).



Anexo 1 – Discurso inauguração do presidente Giuseppe Conte (05/06/2018)

Hoje apresentamo-nos a vós para pedir confiança a favor não só de uma equipa governativa, mas também de um projeto, um projeto de mudança de Itália, um projeto que foi formalizado sob a forma de contrato pelas duas forças políticas que formam a maioria parlamentar com lugar a partir dos programas eleitorais apresentados nas eleições e votados pela maioria dos italianos, bem como ainda legitimados pelas votações para as quais as duas forças políticas convocaram os seus respetivos membros e apoiantes. O programa de governo cujo conteúdo mesmo aqueles que falam convosco partilharam, ainda que em parte, de uma forma discreta desde a fase da sua elaboração e, portanto, fortes numa dupla legitimação formal e substancial.

Só depois de finalizado o conteúdo do contrato, ambas as forças políticas, seguindo as instituições que bem conhecemos, decidiram, de comum acordo, propor o meu nome ao chefe de Estado para assumir a liderança do governo.

Estou grato a ambos, renunciando às legítimas ambições pessoais, souberam colocar à frente de todos o interesse geral por um projeto que ultrapassa as pessoas chamadas a levá-lo adiante e que me faz sentir ainda mais intensamente, se me permitem, a responsabilidade que assumi bem ciente das prerrogativas que o artigo 95.º da Constituição reconhece como atribuídas ao presidente do conselho de ministros.

Como sabem, não tenho experiência política anterior, sou cidadão que em virtude do estudo e da experiência profissional adquirida se declarou disponível durante a campanha eleitoral para assumir quaisquer responsabilidades governamentais junto de uma das duas forças políticas e posteriormente aceitar a tarefa de formar e dirigir o governo, garantindo também a implementação do contrato e o governo da mudança.

Assumo esta tarefa com humildade, mas também com determinação, com a consciência dos meus limites, mas também com a paixão e o autossacrifício de quem compreende o peso das elevadíssimas responsabilidades que lhe são confiadas, não sou motivado por mais do que um espírito de serviço, sinto-me profundamente honrado por poder oferecer o meu empenho e as minhas competências para defender os interesses dos cidadãos deste maravilhoso país.

Proponho-lhe a vós e, através de vós, aos cidadãos, como o advogado que protegerá os interesses do povo italiano.

Numa nova temporada, alguém considerou estas inovações uma mudança radical em termos de uma clara rutura com as práticas institucionais que acompanharam a história republicana até agora, quase um ataque às convenções não escritas que caracterizaram o percurso institucional ordinário do nosso país. É tudo verdade. Direi mais, não creio que seja uma simples novidade, a verdade é que fizemos a mudança radical da qual nos orgulhamos.

Em comparação com práticas que envolviam avaliações trocadas em reuniões fechadas entre líderes políticos maioritariamente focadas na distribuição de papéis pessoais e muito pouco nos conteúdos do programa, estamos a inaugurar uma nova temporada ao não escondermos as dificuldades dos sacrifícios mútuos que no sinal da transparência e da clareza para com os eleitores, apresentar-se hoje que no sinal da mudança não é, portanto, uma expressão retórica ou propagandística, mas uma escolha baseada na necessidade de abertura aos novos ventos que sopram no país há algum tempo e que produziram o resultado das eleições políticas do passado dia 4 de Março.

Uma geografia completamente nova de consenso político, já não existem forças políticas que expressem como um tempo global e visões do mundo que inspirem a sua ação, ou seja, com base em sistemas ideológicos perfeitamente identificáveis, o declínio das ideologias fortes remonta a décadas atrás e é demonstrado pelo facto de os governos recentes terem promovido iniciativas políticas que são difíceis de enquadrar segundo as categorias políticas mais tradicionais.

O contrato foi a base do nosso governo e foi julgado segundo os pontos de vista da direita e da esquerda respeitamos que quisesse exprimir estas avaliações, mas apenas podemos assinalar a insuficiência da incapacidade de compreender as necessidades profundas que advêm do país.

Pessoalmente penso que é mais proveitoso distinguir orientações políticas baseadas na intensidade do reconhecimento dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas, é certo que queremos exigir novos critérios de avaliação da ação governativa. Assumimos pragmaticamente a responsabilidade de afirmar que aqui e hoje existem políticas que são

vantajosas ou desvantajosas para os cidadãos e para o nosso país, políticas que conseguem garantir o bem-estar e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos e da política que, em vez disso, comprometem estes objetivos. As forças políticas que integram a maioria do governo foram acusadas de serem populistas, antissistema. Bem. São fórmulas linguísticas que todos são livres para recusar se o populismo e a latitude da classe dominante para ouvir as necessidades do povo e aqui inspiro-me nas reflexões de Dostoiévski retiradas das páginas de Pushkin “se antissistema significa admirar e introduzir um novo sistema que remova antigos privilégios e incrustações de poder”, bem, estas forças incrustações de poder, ora, ambas estas forças merecem situações de celebração.

A mudança está na justiça rápida e eficiente e ao lado dos cidadãos com novas ferramentas como a classe, a compensação justa para as vítimas de crimes violentos e o reforço da defesa legítima.

Mudança que porão fim ao negócio da imigração porão fim à necessidade de imigração que cresceu desproporcionalmente sob o manto da falsa solidariedade, mudança que lutaremos contra a corrupção com métodos inovadores como gasp la cave com a introdução e pessoas disfarçadas, mudança que queremos um país adequado para cidadãos com deficiência e há milhões que muitas vezes se veem abandonados a si próprios e às suas famílias, mudança que queremos cortar a ligação entre a política e os cuidados de saúde para tornar estes últimos finalmente eficientes em todo o território nacional. Mudanças que vamos continuar são de meios e equipamentos para garantir a segurança em cada cidade.

Os ventos da mudança estão a soprar, mudanças que prestemos a devida atenção às famílias, especialmente às que estão em dificuldade, apenas me referi a algumas partes do contrato, mas mesmo que implementássemos apenas as inovações que acabam de ser indicadas, os cidadãos perceberiam imediatamente que o novo vento não sopra em vão. Perceberiam que o vento da mudança sopra por todo o lado nas grandes e pequenas cidades perceberiam que a sua qualidade de vida melhorou e sentir-se-iam ainda mais unidos e orgulhosos de viver neste nosso lindo país.

Ao qual queremos dar um voz aos muitos jovens que não conseguem encontrar trabalho, aos que são obrigados a mudar-se para o estrangeiro e aos que aqui permanecem inativos, que se fecham e se estabelecem num caso, enquanto no outro acabamos por desperdiçar preciosos

recursos estatais, queremos dar uma voz para muitas mulheres que são muitas vezes mais instruídas e mais tenazes do que nós, homens, que ainda são inaceitavelmente discriminadas e que recebem menos no local de trabalho e que se sentem, que se sentem sozinhas quando decidem trazer uma criança ao mundo

Em termos de mercado internacional e cenários de segurança, pretendemos reiterar preliminarmente a pertença convencida do nosso país à aliança atlântica com os Estados Unidos da América como um aliado privilegiado entre os inicialmente privilegiados, mas atenção, seremos apoiantes de uma abertura à Rússia, que consolidou nos últimos anos o seu papel internacional em várias crises geopolíticas. Promoveremos uma revisão do sistema de sanções começando por aquelas que correm o risco de humilhar a sociedade civil russa. A eliminação do fosso de crescimento entre a Itália e a União Europeia é um objetivo nosso que deve ser prosseguido num quadro de estabilidade financeira e de confiança do mercado.

A dívida pública italiana é agora totalmente sustentável, a sua redução deve ser prosseguida, mas também numa perspetiva de crescimento e sobretudo numa perspetiva de crescimento económico. A política fiscal e de despesa pública terá de ser orientada para a prossecução dos referidos objetivos de crescimento estável e sustentável.

Na Europa, estas questões serão trazidas com força para uma adaptação da sua governação, um tema já no centro da reflexão e da discussão de todos os países membros da união estamos moderadamente otimistas quanto ao resultado destas reflexões e confiantes na nossa força negocial porque nos deparamos com uma situação em que os interesses da Itália, nesta fase da construção europeia coincidem com os interesses gerais da Europa e com o objetivo de prevenir o seu eventual declínio.

A Europa é a nossa casa e a casa de todos nós, como país fundador, temos todo o direito de exigir uma Europa mais forte e mais justa, na qual a união económica e monetária esteja orientada para proteger as necessidades dos cidadãos, para equilibrar de forma mais eficaz os princípios da responsabilidade e solidariedade sobre os privilégios da política. Nos últimos anos temos assistido a uma redução dos investimentos públicos e a uma redução dos serviços fundamentais, no entanto os privilégios da política e os seus desperdícios mantiveram-se intactos este governo pretende agir com firmeza.

A luta contra os privilégios políticos e o desperdício não é um problema meramente simbólico, se os cidadãos comuns enfrentam milhares de dificuldades e humilhações todos os dias porque não têm emprego, têm uma pensão abaixo do limiar da dignidade, trabalham ganhando um salário insignificante. Não é tolerável que a classe política não tire as consequências necessárias relativamente ao seu próprio tratamento económico.

É necessário fazer um corte nas pensões e anuidades dos parlamentares, conselheiros regionais, funcionários dos órgãos constitucionais, introduzindo também para eles o sistema de pensões de reformados normais, as chamadas pensões douradas são mais um exemplo de privilégio injustificado que deve ser combatido, interviremos nos cheques superiores a 5 mil euros líquidos por mês na parte não coberta pelas contribuições pagas, faremos poupanças em todos os locais possíveis e estou convencido de que conseguiremos amplas margens de intervenção e alcançaremos resultados significativos.

Em termos de justiça, nesta matéria o nosso objetivo é reconstruir a relação de confiança dos cidadãos para com o sistema de justiça. Mais recentemente houve um declínio das iniciativas de proteção judicial, na realidade, a procura de justiça não desapareceu, mas sim os processos são demasiado caros e demoram demasiado.

Isto aplica-se aos cidadãos e às empresas, com a consequência de que a fraca eficiência do serviço de justiça está a revelar-se um limite ao crescimento económico e um impedimento para os investidores estrangeiros. Na economia contemporânea, como nos lembra o sociólogo Ulrich Beck, o verdadeiro perigo é a ameaça de não invasão por parte dos investidores ou da sua saída no contrato governamental. Alguns objetivos precisos são indicados: a simplificação e redução dos julgamentos, a redução dos custos de acesso à justiça, o reforço das garantias de proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, iremos endurecer as penas para o crime de violência sexual para além dos benefícios, portanto, agradáveis para as vítimas.

Para além das gentilezas a favor das vítimas, garantiremos a certeza da punição, de forma a evitar que os cidadãos honestos percam a fé na justiça, sempre que necessário aumentaremos a dimensão e o número de instituições penitenciárias também com o objetivo de garantir melhores condições para as pessoas detidas sem prejuízo da função reabilitadora constitucionalmente prevista para a pena que exige a identificação de formação e percursos de trabalho adequados, também reformaremos a prescrição... a prescrição deve ser devolvida

a sua função original não deve ser reduzida a um mero expediente para evitar o devido processo legal.

Combater a corrupção e os poderes criminosos... reforçaremos as estratégias de combate à corrupção e aos poderes criminosos. Combateremos a corrupção que se insinua em todas as lacunas das atividades públicas altera a igualdade de condições entre os empresários degrada o prestígio das funções públicas, aumentaremos as penas para crimes contra a administração pública com a introdução do daspo para corruptos e corruptores, fortaleceremos a ação dos agentes secretos em linha com a convenção de Mérida aqueles que denunciarem comportamentos criminosos no seu local de trabalho estarão mais protegidos nos nossos escritórios, lutaremos contra as máfias por todos os meios, atacando as suas finanças e as suas economias... Combateremos as máfias com todos os meios, atacando as suas finanças, as suas economias e atacando as redes de relações que permitem que as organizações criminosas se tornem difundidas no tecido socioeconómico.

Em termos de conflito de interesses, a livre concorrência é um verme que mina as raízes do nosso sistema socioeconómico e impede que o seu desenvolvimento se processe no respeito da lei e de acordo com as regras da livre concorrência, sujeitos institucionalmente investidos com o objetivo de prossecução de interesses coletivos e que devem basear as suas iniciativas em princípios imparciais lógica, na realidade, são muitas vezes apanhados a perseguir o seu próprio ganho pessoal, reforçaremos a legislação atual, a fim de alargar as possibilidades de conflito para incluir qualquer utilidade, mesmo diretamente em questões de rendimento e pensão de cidadania, também em Itália, tal como noutros países, as desigualdades agravaram-se e a pobreza multiplicou-se. Aqueles que vivem em condições de dificuldades socioeconómicas são impedidos de desenvolver plenamente a sua personalidade e de participar eficazmente na organização política, económica e social do nosso país, nos termos do segundo parágrafo do artigo 3.º da Constituição, o objetivo do governo é garantir o apoio ao rendimento das famílias mais afetadas pelas dificuldades socioeconómicas.

Dirijo uma consideração específica aos grupos parlamentares que estarão na oposição. Este governo não é uma expressão dos seus sentimentos, mas também está aberto às suas avaliações. Respeitando os papéis, caso confirme que não apoia esta iniciativa governamental, peço-lhes que exerçam as suas prerrogativas de oposição de forma construtiva e leal. As

instituições não são património de uma única força política, mas são a casa de todos os italianos e marcam a qualidade do nosso sistema jurídico e da nossa vida civil. Mesmo uma oposição firme, mas leal e construtiva é o sal da dialética política e serve para o bom funcionamento da “instituição parlamentar” e de todo o sistema democrático.

Também para honrar a centralidade do Parlamento, gostaria de informar desde já que é minha intenção aplicar a instituição de perguntas de resposta imediata, de acordo com as disposições regulamentares da Câmara e do Senado. Desta forma, poderemos discutir constantemente e através da sua mediação poderei falar com os cidadãos que representa. A presença do Governo nas Câmaras e nas Comissões Parlamentares será também assegurada de forma contundente por todos os Ministros, que, com base nas respetivas competências, responderão às suas questões.

Pessoalmente, comprometo-me a respeitar as opiniões divergentes e as avaliações contrárias que surgirão destes assentos e também a transmitir no seio do governo as posições que serão úteis para oferecer maior solidez e eficácia à ação do Governo. Estaremos também disponíveis para avaliar, no decorrer dos trabalhos, o contributo dos grupos parlamentares que queiram partilhar o nosso caminho e, se necessário, aderir posteriormente ao contrato governamental, oferecendo um contributo mais estável para a concretização do nosso programa.

Dedico um último pensamento às vítimas do terramoto. O meu primeiro lançamento público, em Itália, será dedicado a eles.

Cheguei ao fim do meu discurso. As pessoas manifestaram-se e pediram mudanças. Agora a palavra é sua.

Obrigado a todos.

Anexo 2 – Discurso de Giuseppe Conte no Parlamento Europeu (12/02/2019)

Presidente Tajani, Vice-Presidente Katainen, Senhoras e Senhores Deputados, deputados ao Parlamento Europeu. Senhoras e senhores. É uma verdadeira honra para mim estar aqui hoje. E digo-o sinceramente aqui diante de vós para expor e prenunciar algo sobre o futuro da Europa visto da perspetiva do governo italiano. Pensando neste compromisso com o futuro do nosso continente, gostaria de recordar Antonio Megalizzi. Um italiano que se declarou apaixonado pela União Europeia e que caiu, como bem sabem, aqui, em Estrasburgo, há dois meses, devido a um bárbaro ataque terrorista num mundo globalizado em que a economia parece morrer. Assumiram o controlo da política e do direito e onde as escolhas económicas estavam muito longe. Pode ter impacto nos nossos cidadãos. Devemos fazer perguntas investigativas sobre. A forma como a União Europeia está a desempenhar o seu papel e o papel que pode desempenhar.

Tenha em conta que os Estados-nação e os Estados-Membros, por si só, já não são capazes de responder a estes desafios globais. Esta construção europeia comum, como todos sabemos, atravessa uma fase especialmente crítica. Os projetos europeus parecem ter perdido a sua dinâmica. A complexa história que está por detrás de nós, representada pelas instituições e pelos papéis e desafios que todos temos, leva-nos a enfrentar tópicos de importância crucial como no passado. Aqueles que nos precederam numa fase tão crítica como nós gostamos deles devem fazer um esforço conjunto com pleno sentido de responsabilidade. Empréstando-lhe coesão e credibilidade aumentando a sua sustentabilidade, eficácia e perspetivas.

Os desafios que enfrentamos são novos e complexos e exigem visão. E se me permite dizer, acho que exigem um toque de criatividade. Mas acima de tudo exigem a consciência da nossa missão no mundo. As principais questões a que todos devemos responder são as do significado. Que Europa queremos? Que Europa precisamos? Como nos vemos e como nos representamos? São questões que sondam a nossa consciência e exigem a maior concentração e as respostas mais genuínas porque estamos aqui no Parlamento Europeu eleito diretamente pelos cidadãos da União Europeia e repositório da soberania europeia. Devemos, acima de tudo, ser um povo, o povo da Europa.

Os progressos progressivos na integração fizeram de nós genuinamente um povo, uma comunidade de destino, acima e para além de quaisquer formalidades legais. E a ideia de construir um povo europeu passou por períodos significativos de progresso. A história da Europa moderna contemporânea é marcada por profundas divisões e contrastes que forjaram um certo grau de pertença popular, línguas, culturas e tradições. No entanto, esta fertilização cruzada legal entre culturas está em curso. Vimos áreas de soberania e assistimos a uma transferência cada vez maior de poderes dos países para a União. E permitimos que os cidadãos de vários Estados-Membros pudessem circular livremente no território da Europa, que é concebido como um espaço jurídico único, a livre circulação de pessoas, mais do que a livre circulação de mercadorias e de capitais, tem sido uma das mais significativas conquistas no processo de integração europeia.

Só de pensar em termos das políticas de identidade que abalaram o continente desde finais do século XIX até meados do século XX e nas duas guerras mundiais, os europeus, sobretudo os mais jovens, não pretendem abdicar dessa liberdade fundamental de circulação, graças a tais medidas significativas. E as medidas naturais conhecidas pelas gerações passadas levaram-nas a partilhar o seu património, a sua cultura e as suas atividades profissionais enriquecendo as suas identidades nacionais dentro desta sensibilidade e sentimento de pertença. O processo de criação de um povo da Europa alimentou-se da dimensão jurídica que amadureceu ao longo de um período de construção civilizacional em que o direito desempenhou um papel importante na formação de uma identidade comum e de um demos europeu.

Neste aspeto o papel desempenhado por cada um de nós. Cada uma das nossas instituições, incluindo o Tribunal de Justiça e o Tribunal dos Direitos Humanos, tem sido vital e desempenhado um papel fundamental numa relação estreita com os tribunais constitucionais nacionais. Isto criou um espaço jurídico europeu no qual os cidadãos podem procurar proteção e reconhecimento. E este sistema refinado e completo proporciona muitos níveis de direitos humanos. Baseado nas tradições constitucionais. Este sistema de proteção jurídica é agora um sistema que, diria, está indelevelmente inscrito no património jurídico da UE. E esta é uma grande conquista civilizacional que precisa de ser protegida e defendida precisamente porque os efeitos benéficos que tem na auto-percepção coletiva dos cidadãos europeus aumentam a sua consciência de que pertencem a um destino partilhado, que pertencem a um

povo no sentido de uma comunidade pertencente ao mesmo processo civilizacional produtivo.

Apesar de tudo isto, ainda não conseguimos tornar-nos genuína e plenamente um povo. Ainda não tivemos a coragem de construir um modelo inclusivo que esteja realisticamente acima e para além de qualquer retórica. Cria realmente uma verdadeira demonstração europeia, especialmente quando se pensa em 1989. Sei que há exceções a isto, mas faltou uma visão realmente política para a União Europeia, uma perspetiva de longo prazo dirigida para o futuro, sem a qual qualquer projeto simplesmente desmorona e todos os sonhos desaparecem e caem na administração do pão com manteiga e parte do otimismo do período pós-guerra desaparece agora. Ao longo dos últimos 30 anos, a governação europeia esteve fortemente ancorada apenas na dimensão económica e não foram dadas rédeas completas às liberdades.

Houve privatização de bens e serviços essenciais. E houve desregulação regulamentar e sectores económicos vitais. Houve uma redução do apoio social e das políticas de bem-estar e estas, no seu conjunto, levaram ao aumento das desigualdades em termos de riqueza e oportunidades, sobretudo com a crise económica, a governação europeia tem apoiado políticas de austeridade inteiramente orientadas para controlar a dívida soberana dentro de determinados parâmetros e manter a taxa de inflação da moeda comum o mais baixa possível e mesmo num contexto de queda do consumo e daí os efeitos sociais devastadores. A política europeia confrontada com uma crise económica sem precedentes recuou com receio.

Perdeu progressivamente o contacto com o seu povo e tornou-se mais difícil do que nunca compensar aquela distância que não é uma distância geográfica entre Bruxelas e a periferia do continente e progressivamente e inelutavelmente esta política perdeu o seu representante para ter justificação e tem sido uma espécie de sistema oligárquico onde as necessidades reais da sociedade têm sido ignoradas e vi isso ser reconhecido por Anna Geelong. Houve um caminho cerimonial percorrido por processos complexos que aconteceram nos bastidores, se não em segredo. E penso que esta questão do visto dos cidadãos europeus, as elites falam à nossa consciência.

A política não conseguiu cumprir a sua função em algumas partes da economia e não conseguiu cumprir a sua missão. E enfrentamos agora uma encruzilhada decisiva na história

de uma Europa unida e aguardam-nos decisões fundamentais no que diz respeito ao nosso futuro. Este povo europeu no palco da história apela urgentemente a ser ouvido. Finalmente, para ser ouvido e deve haver uma mudança decisiva de método e de perspectiva. Creio que esta é uma oportunidade preciosa para recuperar o tempo perdido e inverter o processo de crescente distância entre governados e governo e o silêncio e a indiferença que tem havido ou as tentações de diminuir algumas das implosões a que temos assistido em todo o mundo.

Não devemos ter medo do conflito. Devemos ter a confiança necessária para o governar e não devemos ter um conservadorismo estéril. Preparado inteiramente para defender a cidadela sitiada. Para o país, devemos olhar para a democracia e ver o seu ímpeto, a sua capacidade de romper com novas formas de inovação e de abandonar velhas seguranças e criar modelos de desenvolvimento e crescimento que substituam aqueles que mostraram que não são capazes de lidar com os novos desafios. E a sociedade ficou com a solidão e a insegurança e estes sentimentos vêm dos negligenciados e podem alimentar a imprevisibilidade. E vimos isso no que está a acontecer em vários países europeus.

O europeísmo do século XXI exigirá necessariamente que seja repensado radicalmente. O tipo de instituições que têm sido apanágio da integração nos últimos 30 anos. Necessitam urgentemente de uma revisão e, em alguns aspetos, isso significa regressar às raízes, às razões fundadoras do sonho europeu. A Europa que estamos a imaginar e que deve ser capaz de gerar impulso, não deve apenas estabilizar as coisas no interesse dos seus cidadãos, Estados-membros e interesses comuns. A geopolítica está em rápido fluxo e a nova igualdade estratégica é marcada por um grande grau de fluidez e precisamos de pensar em termos de como certas áreas do mundo estão a aumentar rapidamente a sua influência e neste contexto. Nenhum Estado-Membro, sozinho, pode desempenhar um papel significativo.

Daí o desejo de que haja uma voz europeia unida que possa falar, incluindo no Conselho de Segurança da ONU. Esta é uma luta que a União Europeia terá de travar de forma coordenada para poder falar a uma só voz. A União Europeia precisa de ser capaz de falar ao mundo sobre uma União Europeia forte. Isso é ambição. E isso é necessário para melhorar a sua capacidade de diálogo com os Estados Unidos. E como disse no meu primeiro discurso no Parlamento Europeu e no Parlamento italiano, acreditamos fortemente na aliança transatlântica. Juntamente com Washington precisamos de continuar a operar para preservar os valores

estratégicos inerentes à nossa relação e as coisas que nos unem pesam fortemente em termos de valores e princípios.

Comparado com qualquer possível desacordo ou mal-entendido e ao mesmo tempo. É necessária uma União Europeia forte em termos da nossa credibilidade no diálogo com as principais partes interessadas no mundo. A Rússia e o diálogo. Intervenientes-chave em todas as crises internacionais, a começar pelos que estão mais próximos das nossas fronteiras, que afetam os interesses europeus. A UE não ganhará nada se renunciar ao diálogo com a Rússia ou a China ou se acreditar que pode promover uma postura isolacionista. No que lhes diz respeito, devemos promover o seu envolvimento a todos os níveis. Mas como pode ser feito? Como podemos alcançar uma Europa forte? E todos partilhamos a necessidade disso. Bem, deveríamos certamente prosseguir a integração da defesa europeia.

Devemos explorar todo o potencial da Cooperação Estruturada Permanente Pascoe e da defesa europeia A defesa comum europeia não só não está em conflito com a NATO, como pode ser complementar à NATO, sendo a UE capaz de fazer progressos, proporcionando mais segurança aos seus cidadãos. Não esqueçamos que a União Europeia, que aspira a ser um ator global, não pode renunciar a ligações estreitas com o Reino Unido nos domínios da segurança e da defesa. Mesmo depois do Brexit. Mas o pré-requisito fundamental para garantir uma Europa forte no mundo é que acima e devemos promover a solidariedade e a coesão. Deve existir responsabilidade partilhada entre os Estados-membros. A migração e a governação económica e financeira são desafios demasiado emblemáticos que mostram a necessidade de restaurar a confiança e a solidariedade na Europa. E não podemos adiar mais.

Deve haver uma mudança substancial e substantiva de perspetivas e estes princípios não devem ser vítimas da dinâmica divisiva entre os Estados-Membros sobre as questões-chave que devem fazer parte integrante do debate diário na Europa e a nível bilateral. Nestes dias vimos claramente confirmados que estas disputas não são a causa, mas o efeito de uma Europa que é incapaz de satisfazer as suas necessidades e que não podem tirar o ímpeto da abordagem europeia na migração. Há atrasos e é graças a Itália que a migração foi colocada no centro da agenda europeia.

A Europa não pode continuar a enfrentar a migração em situação de emergência. Precisamos de nos dotar de uma abordagem estruturada para podermos ter um sistema estável e eficaz.

E também neste sentido, falando a esta Câmara, gostaria de dirigir um apelo que faço em todos os Conselhos Europeus ou cimeiras informais em que participei. Não podemos continuar a adiar a plena implementação das conclusões do Conselho de 28 de junho do ano passado sem uma estratégia para gerir a migração numa base multinível, comprometeremos a própria estrutura de uma Europa unida, uma estratégia europeia para a enfrentar numa base multinível.

Lidar com estas causas do movimento é vital. Caso contrário, veremos a nossa total incapacidade de controlar os movimentos posteriores e nos países onde ocorrem os desembarques na Europa, vemos muitos desembarques na Europa como um todo, no Mediterrâneo. Este princípio deve ser sempre recordado. Devemos olhar para a migração na perspetiva certa. Mas é importante, ao mesmo tempo, que esteja em causa a segurança europeia e que esteja em causa o apoio ao processo político na Líbia, ao processo em curso em África e ao tabuleiro de xadrez do Médio Oriente. Penso que a centralidade do Mediterrâneo é vital para o futuro da Europa

Isto é confirmado pelas minhas visitas em novembro à Tunísia e à Líbia e pela conferência de 12 de dezembro do ano passado. E em breve estarei a viajar para Marrocos. Tudo isto faz parte da estratégia abrangente da Itália que visa contribuir de forma sistémica para estes teatros de crise. E fazemo-lo em conjunto com a ONU e a UE. E não é apenas do interesse do nosso país, mas também da Europa no seu todo. A Europa deve também olhar para além do Mediterrâneo e pensar em termos de financiamento de África para África. Caso contrário, apenas estancaremos temporariamente o fluxo migratório. Mas nunca faremos mais do que melhorá-lo com base nos repatriamentos.

Isto deve ser algo que funcione numa base coordenada e com a política de desenvolvimento, onde precisamos de decisões-chave. Pessoalmente, estou a persegui-lo com grande convicção. E foi por isso que fui ao Corno de África e ele está a viver a sua própria primavera. E eu fui lá. Irei para lá na primavera e também ao Níger e ao Chade. E aqui devemos promover uma nova abordagem aos problemas enfrentados por África. Deve existir um novo modelo de cooperação inspirado numa parceria entre iguais e devemos trabalhar para melhorar as oportunidades e encorajar a responsabilidade de ambos os lados. Não podemos ficar

indiferentes ao facto de a maioria das pessoas em África, homens, mulheres e crianças, viverem em condições desumanas de pobreza.

Apesar dos substanciais recursos naturais que as suas terras natais possuem, não podemos ficar indiferentes ao facto de que grande parte da riqueza gerada pela economia de África é canalizada através de milhares de milhões de empresas offshore ou vai para paraísos fiscais ou benefícios para investidores estrangeiros. Congratulo-me com o facto de a cooperação com África ter sido reconhecida pela própria Comissão Europeia. E gostaria de agradecer ao Jean-Claude Juncker pela sua convicção em impulsionar este objetivo que é tão importante para o nosso futuro, o nosso futuro partilhado. O reconhecimento desta prioridade deve ser acompanhado da atribuição de recursos financeiros adequados e da elaboração de novas modalidades de intervenção

A Europa deve comprometer-se a elaborar um catálogo de melhores práticas para que o possamos fazer. Encontrar um modelo de cooperação genuinamente justo e sustentável. Isto ajudará a lidar com a migração. Isto é importante para o futuro da Europa e temos de o fazer à luz do NFF do dia seguinte, de 2021 a 2027. A Europa deve dotar-se de infraestruturas e finanças numa base sustentável para governar a migração dos países de origem e através dos países de trânsito e a rota mediterrânica do Mediterrâneo necessita de receber a devida atenção. Seis mil milhões de euros foram atribuídos ao acordo com a Turquia pela UE. O fundo fiduciário da UE para África é outra forma de encarar o financiamento. Faltam pelo menos meio bilião de euros nos montantes autorizados.

Devemos também olhar para a gestão interna da migração e para o simples encerramento das fronteiras marítimas, com enormes níveis de despesa em milhares de agentes da Frontex e ajuda aos países de desembarque onde os países de primeira chegada não são suficientes. Estes fluxos migratórios necessitam de um esforço conjunto. Não podem ser governados sozinhos. E todos os 28 Estados-Membros devem fazer parte disto. A proposta de reforma do regulamento de Dublin adotada em novembro de 2017 pelo Parlamento Europeu não é sustentável na atual União Europeia. Infelizmente, a maior parte dos Estados-Membros não demonstra automaticamente e de forma obrigatória que a solidariedade e a implementação das conclusões do Conselho de 28 de junho, que se baseiam nos princípios da solidariedade e

numa partilha equitativa de responsabilidades, refletida no artigo 18.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia já não pode ser adiado.

Confrontados com vidas humanas que foram abusadas, destruídas e vendidas, devemos travar juntos uma luta que não mostra quartel aos traficantes. E isto é uma afronta à humanidade e uma ameaça à nossa própria segurança. Deixemos de lado a divisão e o pensamento de lista nacionalista ou regional e ponhamos em prática uma solidariedade genuína e restauremos uma Europa que respeite as vidas humanas, bem como a sua própria segurança. A necessidade de uma solidariedade genuinamente partilhada entre os Estados-Membros, sem dividir a UE em diferentes áreas geográficas, reflete-se no desafio de completar a união económica e monetária, que não é menos prioritária, especialmente num momento de elevada tensão global que põe em risco o ciclo económico na Europa.

Tal como demonstraram as recentes estimativas do PIB dos Estados-Membros da Comissão Europeia, espero que a Itália e outros Estados-Membros do Sul da Europa apelem a um melhor equilíbrio em termos de partilha de riscos e que haja uma convergência genuína que não desapareça. O compromisso com a reforma e, claro, estou a pensar naquele lançado pelo governo italiano na lei financeira de 2019, tem de se concentrar na dimensão social, bem como na dimensão económica, caso contrário. As reformas estruturais tornar-se-ão apenas uma tarefa significativa que acabará com a coesão social na sua lei financeira. A Itália iniciou um caminho de crescimento e estabilidade, ao mesmo tempo que pôs as contas em ordem.

Procuramos um futuro melhor para os cidadãos que ficaram para trás e deve haver essa expectativa de mudança. Ao mesmo tempo, o governo italiano tentou encorajar o investimento público através da racionalização do quadro jurídico e regulamentar, o que testemunha esta necessidade de gerar dinamismo numa economia que desempenha um papel vital no nosso continente. É preciso estabelecer a necessidade de equilibrar a estabilidade e o crescimento, caso contrário, ficará aquém.

E mesmo o impulso do plano mais jovem para o crescimento será insuficiente nestas circunstâncias. E este é um sinal concreto do reconhecimento da Europa de que a intervenção pública é vital para promover o investimento. Mas o que significa isto deixar a austeridade para trás? Devemos reconhecer a necessidade de estabilidade financeira. Devemos também comprometer-nos com a estabilidade social e o desenvolvimento sustentável. E ainda bem

que Jean-Claude Juncker se referiu recentemente ao facto de que na crise grega a austeridade. Talvez tenha sido exagerado. Ora, alguns de nós estavam convencidos desde o início e penso que talvez a Europa não tenha realmente refletido sobre a sua incapacidade de lidar com a migração e com a estabilidade no passado. E penso que é importante que, para amanhã, a Europa aposte com mais coragem nos jovens, na educação e na inovação.

E certamente não deverá desincentivar o investimento público sensato dirigido para esses objetivos, reconhecendo-o como uma questão de défice. Deve ser encarado como um novo fôlego ao futuro do nosso continente. Além disso, o progresso económico e o desenvolvimento social sustentável e equilibrado devem ser vistos na sequência do Tratado de Maastricht. Dez anos depois da sua entrada em vigor, o Tratado de Lisboa tem objetivos que estão longe de ser cumpridos. A conclusão da arquitetura europeia é uma questão que a Comissão e o BEI assumiram algumas destas preocupações. E é por isso que no dia 21 de janeiro o Eurogrupo. Com base na cimeira de 14 de dezembro do ano passado, foi criado um grupo de trabalho para lidar com o sistema europeu de seguro de depósitos e a conclusão da crise bancária da união bancária.

Esta é uma área onde temos assistido a algum progresso e o grupo de alto nível assumirá esse papel. Precisamos de alterar alguns dos instrumentos que existem na sequência dos problemas de resolução bancária e a estabilidade bancária e financeira em Itália e na Europa precisa de beneficiar disso no Tratado de Maastricht. No entanto, vimos no caso italiano que foram feitas algumas críticas significativas à crise financeira e à recessão mundial a partir de 2008. Penso que vimos a necessidade de avançar no sentido da criação de instrumentos de financiamento comuns a nível europeu que nos permitam enfrentar em conjunto os desafios que enfrentamos e que têm de ser conjugados. Responsabilidade e solidariedade.

A falta de solidariedade na UE explica também porque é que a Europa tem tanta dificuldade em ser mais justa e mais social. A nova legislatura deverá ver-nos prosseguir com mais urgência a prioridade de combater o desemprego e apoiar o crescimento. A Europa deve ser corajosa na forma como lida com esta questão, como por exemplo um seguro de desemprego europeu. E deve lutar contra o regresso ao nacionalismo e à falta de trabalho. O desemprego, especialmente o desemprego dos jovens em certas zonas desfavorecidas da Europa, está a fazer com que as pessoas recorram ao nacionalismo em algumas zonas, em particular, as

zonas que beneficiam estão a tentar assegurar-se, pois estes problemas europeus são como se fossem um custo e as zonas desfavorecidas não terão sucesso ao adquirirem os recursos de que necessitam para realizarem progressos genuínos, uma Europa mais justa e mais solidária deveria ser também o nosso objetivo para o próximo quadro financeiro plurianual.

A complexidade de tais negociações não nos deve fazer perder de vista esta prioridade, sobretudo no contexto dos desafios existenciais que a Europa enfrenta. Por isso, é decisivo que tenhamos um equilíbrio adequado entre as novas prioridades, como o crescimento das migrações, o investimento e a segurança, e as políticas tradicionais, como a coesão e a Política Agrícola Comum. Devemos continuar a receber todo o apoio, pois são fundamentais na situação socioeconómica do continente. Existem muitos outros desafios que devemos enfrentar. Devemos empreender todas as iniciativas úteis para combater os residentes contra as alterações climáticas. Devemos continuar a desempenhar um papel de liderança na proteção dos direitos antigos e dos novos direitos na era digital, tendo em mente que os direitos custam alguma coisa.

Estou a pensar, em particular, no papel decisivo que a Europa pode desempenhar como fornecedor de segurança tendo em vista as novas ameaças híbridas e, especificamente, as ciber ameaças. Presidente, senhoras e senhores. Volto a esta questão sobre o que significa a Europa que queremos, com a qual iniciei o meu discurso. Como pretendemos garantir aos cidadãos da Europa um futuro proporcional aos 60 anos de paz e desenvolvimento que a UE lhes proporcionou? Bem, a minha resposta é que mais uma vez é a mesma coisa. A Europa deve estar próxima dos seus povos. A União Europeia no século XXI deve prosseguir o seu projeto do povo para o povo

E tenho o prazer de reafirmar hoje aqui no Parlamento Europeu que deve haver um papel mais importante para isso. Em particular no que diz respeito aos poderes legislativos e de investigação como a única instituição que goza de legitimidade democrática direta, cabe também reconhecer que o Parlamento deve ter um papel reforçado em termos de responsabilização face às outras instituições da UE, o Parlamento Europeu pode desempenhar um papel decisivo papel. Confrontados com o apelo à mudança que se move pela Europa, temos assistido a acontecimentos históricos da última década que alteraram

geopoliticamente o equilíbrio do continente. Ao mesmo tempo, a democracia direta deve também ser reforçada na Europa.

Isto significa um passo vital para recuperar a credibilidade das instituições aos olhos dos seus cidadãos. Na UE, deve haver um reconhecimento generalizado do desencanto dos seus cidadãos com o governo. Tenho a honra de presidir e ver esta prioridade no desejo de mudança dos cidadãos de Itália e isso não desapareceu há muito tempo, incluindo a nível da UE. E penso que esta exigência de mudança precisa de ser refletida. E é por isso que devemos pôr em prática estes princípios. Basta pensar no Brexit como uma questão que ocupará a Europa nos próximos anos.

Perante este desafio, a UE demonstrou que é capaz de agir com base na unidade e na solidariedade e de proteger os mais de 60 anos de integração europeia sem ceder a uma abordagem punitiva em relação a um membro da família europeia que já não pretende fazer parte daquela família. Esta é uma questão que marcou uma época e a principal preocupação tem sido a de proteger os direitos dos cidadãos e proteger o tecido económico e político contra os efeitos negativos do Brexit.

Presidente, senhoras e senhores, com coragem penso que podemos avançar vendo como agimos de acordo com os tratados resistindo à tendência de fragmentação das coisas e no meu país também. Vimos que as pessoas podem ser vítimas de desilusão, se queremos que a Europa continue a ser o nosso futuro comum, então temos de seguir as palavras com os atos e definir o caminho para uma nova Europa com mais solidariedade, mais inclusão, mais justiça e, em última análise, mais democracia. O único em que os cidadãos hoje e no futuro merecem viver.

Anexo 3 – Discurso de Giuseppe Conte no Fórum Económico Mundial (23/01/2019)

Mediador: Excelências, senhoras e senhores, Primeiro-Ministro, Conte, é um grande prazer recebê-lo em Davos pela primeira vez. A Itália é um pilar na história da integração europeia, um país importante G7 e um dos principais atores na construção de uma Europa forte e competitiva. Pessoalmente confirmou em diversas ocasiões que a Itália é um membro convicto da União Europeia que, embora necessitem de reformas. Enfrentamos hoje um cenário global geopolítico e económico complexo, nestes tempos delicados, os líderes precisam de encontrar novas formas de responder de forma eficiente às preocupações dos cidadãos da Europa e de outros lugares, há um interesse considerável por parte dos nossos participantes, como podem ver em ouvir de vocês sobre as prioridades do seu novo governo, incluindo a Eurovisão, para relançar o crescimento, melhorar a competitividade e reforçar a inclusão em Itália, Primeiro-Ministro o palco é seu

Conte: Caros colegas, obrigado por esta oportunidade de falar perante um público tão ilustre, os vários desafios internacionais atuais, como o protecionismo, os fluxos migratórios, as alterações climáticas, a persistente crise internacional, incitam-nos a concentrar-nos na complexa dinâmica das relações entre os atores globais, a opinião do público europeu considera há anos o projeto europeu como uma ferramenta para enfrentar estes desafios, bem como um escudo contra o seu impacto negativo, mas agora questiona a sua validade e credibilidade.

Sem o desrespeito, é um mérito histórico. Os europeus queriam estar mais aptos para os desafios atuais e futuros. Hoje tenho a oportunidade de ilustrar que o nosso, a forma como a Itália está a concretizar esta exigência de mudança embora me concentre principalmente no aspeto económico e social dos assuntos internos. Tenho a certeza que lhe será de algum interesse, pois a nossa experiência poderá ser uma indicação de como será a Europa amanhã.

Há uma palavra-chave em torno da qual temos vindo a construir a nossa visão política e também a nossa atividade quotidiana tal palavra são: pessoas. O povo italiano tem sido muito paciente e disciplinado, durante muitos anos que confiam nas instituições políticas e técnicas italianas e europeias, durante anos abraçaram as crenças precedidas pela chamada ordem democrática liberal, na integração no mercado global, livre movimento de pessoas e capital, liberdade fiscal e a adoção de novas tecnologias e finanças frugais.

Eles acreditaram que o euro seria capaz de resolver todos os problemas crónicos: inflação da moeda, moeda fraca e dívida pública. Adotaram com entusiasmo a nova moeda a realidade revelou-se muito diferente. Em vez disso, o preço de uma moeda estável e a inflação baixa tem sido uma dívida pública crescente, apesar de um aperto contínuo do cinto, a fim de manter as despesas primárias constantemente abaixo das receitas fiscais. Frugalidade fiscal do PIB, o PIB que no terceiro trimestre de 2018 ainda está cinco pontos percentuais abaixo do pico no primeiro trimestre de 2008.

Mercados globais abertos, a livre circulação de capitais, bem como a revolução tecnológica, geraram uma grande recompensa, como prometido, mas apenas para alguns, não para muitos, pelo que o entusiasmo sobre o futuro, está a dar lugar a uma visão mais sombria. Um sentimento de desespero tem vindo a espalhar-se até mesmo pela classe média que dantes conseguia facilmente satisfazer-se, libertando-se das necessidades económicas básicas, agora enfrentam a pobreza, todos com poucas exceções tendem a perceber que amanhã será pior do que hoje. Aqueles que conseguem encorajam os seus filhos a viver e a procurar melhores oportunidades noutros lugares.

A história ensina-nos que tudo pode acontecer quando as pessoas se sentem enganadas e tratadas injustamente, apesar deste perigo, os meus concidadãos italianos provaram ser muito maduros e profundamente ligados às suas instituições democráticas, não se voltaram para as ruas ou expressaram violentamente o seu descontentamento, em vez disso, eles usaram as eleições democráticas para isso, encontrarem-se com as velhas elites e apoiarem aqueles que sugeriam formas alternativas de retomar o caminho para a prosperidade mundial.

O meu governo é a resposta distributiva ao desejo de povo italiano, de encontrar um novo caminho a seguir, o meu dever, a minha prioridade como Primeiro-Ministro, é preservar este precioso dom de confiança, dando alívio imediato às necessidades mais urgentes do meu povo, apenas continuando a atender às necessidades dos meus cidadãos, serei capaz de contar com a sua confiança para enfrentar os problemas de longa data que nos têm impedido durante tanto tempo.

Considero isto como uma questão política fundamental, há demasiados anos políticos italianos e europeus erraram nesta sequência. Dando prioridade ao uso da confiança em vez da sua preservação. No passado, pediram às pessoas que fizessem sacrifícios em nome de um

futuro brilhante, eles desmantelaram a regulamentação do mercado de trabalho em nome de mais ou melhores empregos, eles permitiram um recuo do Estado como produtor direto de bens e serviços, supostamente em troca de serviços de melhor qualidade, preços mais baixos e maior satisfação do cliente. Perante o sentimento de fracasso pediram às pessoas que tolerassem as falhas do mercado, o cuidado com os interesses de longo prazo foi substituído pelo vício do curto prazo. As pessoas já pagaram a marca destas mudanças enquanto os benefícios ainda estão por vir.

Os cidadãos não estão conscientes de que todas estas mudanças que têm suportado resultaram numa sociedade muito pior em termos de oportunidades, distribuição de rendimentos, justiça social, condições de bem-estar, segurança no emprego, perspectiva de crescimento deles e dos seus filhos. Precisamos de dar uma resposta a tudo isto! Não será fácil e não acontecerá amanhã, no entanto, enquanto concebemos e implementamos soluções, também precisamos de trazer alívio.

As demasiadas medidas contidas na nossa lei orçamental, o rendimento dos cidadãos e a idade de reforma flexível são as nossas respostas imediatas às necessidades mais urgentes do nosso país. O rendimento dos cidadãos fornece apoio a 1,7 milhões de famílias pobres, cinco milhões de pessoas em troca da disponibilidade para trabalho ou para adquirir as competências necessárias, as empresas têm o incentivo para oferecer emprego às pessoas inscritas no programa porque irão desfrutar de cortes nas contribuições para a segurança social, enquanto o programa é orientado para as pessoas pobres e oferece ao mesmo tempo um seguro implícito para famílias de classe trabalhadora vulneráveis a choques inesperados devido à sua frágil situação financeira.

Poucos equívocos precisam de ser esclarecidos sobre as novas regras aplicáveis à idade de reforma. Esta medida representa uma solução corretiva para muitas pessoas que alguma vez disseram ter sido informadas de que a idade de reforma foi adiada durante muitos anos. Acreditamos que se trata de uma violação grave do contrato social que precisa de ser alterada. Também desejo reassegurar a longevidade e sustentabilidade do nosso sistema de pensões. Permanecerá totalmente sustentável porque aqueles que optam por se reformar mais cedo acabarão por receber um montante inferior e também porque o preço da reforma só se aplica apenas por três anos.

Permitam-me lembrar-vos também que aqueles que escolhem reformar-se mais cedo, deixam cargos disponíveis para os jovens. No sector público, isto poderá permitir tanto uma regeneração tão necessária do pessoal como um aumento significativo da produtividade dos lucros.

Conseguimos encontrar uma forma de iniciar este programa, apesar das condições difíceis das nossas finanças públicas, estávamos muito orgulhosos disto! Estas são intervenções altamente importantes e urgentemente necessárias para curar as nossas graves feridas sociais, no entanto, dificilmente poderão fornecer a solução para os problemas profundamente enraizados da nossa sociedade, que é vista como desigual na oportunidade que oferece e apenas na distribuição da riqueza que produz é capaz de gerar, gerar o suficiente.

Para que todos possam resolver estas questões, precisamos de soluções muito mais robustas nas regras que regem a nossa economia e sociedade, precisamos de definir as regras do jogo capaz de apoiar as pessoas comuns que são capazes de gerar uma distribuição de rendimentos, melhor oportunidade para todos, condições de trabalho decentes, seguras e estáveis para todos e não apenas para as minorias sortudas! No mundo precisamos de regras que coloquem no centro das atenções os seres humanos, famílias, comunidades. Precisamos de parar de confundir os meios com os fins, como temos feito durante tantos anos, precisamos de um novo Humanismo.

Esta visão é radicalmente nova, é nova porque não estamos a pensar em termos de um grande e pequeno governo como uma divisão esquerda-direita, como tem sido feito há mais de um século, mas acreditamos que a verdade dividiu as mentiras entre aqueles que têm e aqueles que não têm o poder de moldar o destino da sua nação. Acreditamos que este poder não pode ser concedido a uma pequena minoria de cidadãos! Somos radicais, mas somos radicais porque queremos trazer este poder de volta para onde deveria estar em primeiro lugar pela nossa Constituição, para o povo expressá-lo nas formas e modos estabelecidos pela lei.

La sovranità appartiene al popolo e le forme del suo esercizio sono stabilite dalla legge! (A soberania pertence ao povo e as formas do seu exercício são estabelecidas pela lei!)

Este é o primeiro programa multifásico que é guiado por um conceito simples: apoiar o mérito enquanto luta contra o monopólio e o comportamento de busca de rendimento. E uma sequência interminável de reformas pode estimular a busca desta ideia básica, o apoio ao mérito trará a nossa tensão para a educação e especialmente para a educação de infância, que muitos cientistas sociais consideram agora como a fase da vida em que o destino de uma pessoa é moldado. A qualidade da educação infantil para todos, embora relativamente barato, é uma das ferramentas mais poderosas para nivelar as condições de jogo e um dos investimentos de maior retorno disponíveis para uma sociedade.

A luta contra a procura de rendimento e o comportamento monopolista, implica uma revisão radical das regras para avaliar os mercados, para entrar em profissões. De forma mais geral uma revisão de toda a burocracia e normas burocráticas não serve outros objetivos, mas proteger os insiders. Lutar contra comportamentos de procura de rendimento significa ser duro com a corrupção por ser o poder mais vergonhoso, é um abuso de poder visado em atrair rendimentos daqueles que apenas pedem para exercer um direito legítimo.

O meu governo não hesita nesta frente. Adotámos uma lei anticorrupção que agora está entre as mais duras do mundo começámos a sobreaquecer a regulação económica em praticamente qualquer assunto, desde falências, a aquisições, a regulamentação judicial civil. A nossa missão é mostrar que não há compensações entre uma sociedade mais igualitária, inclusiva e (capaz de dizer que é) gentil e uma economia vibrante gera o suficiente para todos de uma forma sustentável.

Bem, a justiça é amplamente sentida e a confiança prevalece sobre comportamentos de questionamento, as pessoas tendem a estar mais dispostas a olhar com entusiasmo para o futuro, de renunciar a algumas coisas hoje por algo melhor amanhã, quando os esforços e sacrifícios são recompensados, em vez de serem dominados pela procura de rendimentos e por um comportamento predador, é racional que as pessoas invistam mais em capital humano e físico porque produzirá retornos mais elevados. Quando o sentido de inclusão não cimentar as comunidades, é racional que as pessoas invistam em capital público e confiem mais instituições, porque o fruto deste investimento será partilhado igualmente, em vez de apenas para os que estão em melhor situação.

Finalmente uma sociedade de justiça mais igualitária é mais forte porque as pessoas confiam umas nas outras e é mais eficiente porque menos recursos são desperdiçados defendendo privilégios injustos. A Itália está a caminhar por este caminho, queremos ir muito longe, quanto tempo levará? Não posso dizer, o que sei com certeza é que a nossa luta por uma sociedade melhor seria mais fácil se não estivéssemos sozinhos nesta busca. Qualquer comunidade, se deixada sozinha, irá ter dificuldade em enfrentar os ventos contrários daqueles que jogam uma nação contra a outra em seu próprio benefício.

Se nós, como os europeus, demonstram a minha unidade neste esforço, serão muito mais fortes na defesa da visão que inspira o sonho original de uma Europa que protege o seu povo e o valor que nos é querido, a liberdade, a justiça social, o tratamento justo para todos, a solidariedade entre as pessoas e as nações, o Estado de direito, isto é Europa, nós, italianos, sonhamos com a Europa do povo, pelo povo, para o povo, obrigado pela atenção.

Anexo 4 – Intervenção de Matteo Salvini no Parlamento Europeu (06/02/2018)

Bom dia, presidente

Tenho a impressão de que entre sorrisos, parabéns e aplausos há alguém que se lembra da orquestra que tocou na Titanic antes de se afundar. Eu estou preocupado, sendo primeiro pai e, em segundo lugar, cidadão italiano, ouço que alguém diz que temos de receber mais migrantes, a Croácia quer entrar no Euro (moeda) e entrar no Contrato de Schengen Tenha cuidado! Em Itália, conseguiram aterrar 600.000 refugiados falsos nos últimos anos. Não fugiram da guerra, mas trazem a guerra para a nossa casa. Apenas num ano os crimes cometidos por cidadãos estrangeiros foram 250.000, 55% dos assaltos, 51% de exploração de prostituição, 45% de extorsão, 40% das violações, 1.500 violações num ano. E o que está a fazer a UE? Nada! Na verdade, introduziu o "migrante climático". Como se já não tivemos problemas suficientes, ouvi a hipocrisia do abuso das palavras “democracia” e “direitos humanos”, enquanto nas mesmas horas o ditador turco Erdogan, ditador daquele país que quer tornar-se parte da UE, foi recebido com honras completas em Roma.

Lembro que este país não reconhece o genocídio de 1,5 milhões de cidadãos arménios, o primeiro holocausto da história e por isso tenho vergonha da única ideia do facto de tal ditador pode ser facilmente bem-vindo com honras completas num país como o meu, e que alguém acha que a Turquia se poderia tornar parte da UE, a menos que não haja mortos da "liga A" e mortos da "liga B" e entre os mortos na liga B, são os arménios e talvez os italianos que foram mortos nos massacres de Foibe por comunistas, pelos partidários de Tito, esquecidos por todos. Se na imigração estamos a fazer mal, no trabalho estamos a fazer pior. 30 milhões de desempregados na UE, 3 milhões em Itália, 5 milhões pobres em Itália, 3 milhões os trabalhadores explorados em trabalho ilegal e a UE liderada pela comissão de Juncker ajuda as grandes e massacra os pequenos.

O que poderia outro esperar de alguém que está há quase 20 anos no governo de um paraíso fiscal como o Luxemburgo, que ajudou as multinacionais iludindo o pagamento de impostos que deviam pagar, massacrando pequenos artesãos, comerciantes, empreiteiros independentes e pequenos empresários, e depois vem a diretiva bancária que ajuda os bancos alemães, a diretiva de Bolkestein, que ajuda as multinacionais.

Nós estamos do lado dos pequenos, presidente. Queremos defender a nossa agricultura, o nosso arroz, o nosso petróleo, o nosso leite, o nosso tempo, o nosso peixe, o nosso modo de vida (anáfora e paralelismo). Ouvi o líder parlamentar Weber que fez um bom discurso: há muitas terras natais, muitos povos, há muitos sentidos de pertença o problema não é o populismo, o nacionalismo, a xenofobia, o racismo. Neste momento, o problema número um é o terrorismo islâmico e o desemprego que leva o povo a reagir.

Alguém tem medo das eleições, alguém tem medo das eleições e do voto dos italianos. Isto significa que tem um problema, se tem medo do voto dos cidadãos livres, significa que esta UE é o Titanic que está a afundar. Vamos tentar com todas as nossas forças ou a Europa muda ou será a população a mudá-la.

A partir de 4 de março em Itália Para alguns os banqueiros, as multinacionais e os migrantes estão em primeiro lugar, para mim e para a Lega, os italianos estão em primeiro lugar.

Obrigado e felicidades a todos, precisamos deles.

Anexo 5 – Discurso de Matteo Salvini em Milão (24/02/2018)

Slogans da campanha: Stop fornero; stop invasion; legittima difesa sempre; Prima gli Italia

Motto: A revolução do bom senso

Vídeo de campanha: Tenho ideias precisas, tenho uma ideia clara de como será a Itália nos próximos trinta anos e lutarei com todas as minhas forças para que cada um de vós seja um protagonista. Quero um país que volte a marchar, trabalhar e sorrir que proteja os seus cidadãos da Europa, dos burocratas, do euro, dos bancos e das finanças que garanta direitos, deveres, futuro e serenidade. Bom senso é primeiro a Itália!

Discurso:

Malta vocês são um espetáculo, obrigado. Esta é uma praça de paz de diálogo de serenidade, do futuro, a violência não nos pertence, a violência nunca resolveu nada e quero dar a primeira salva de palmas às forças policiais que quando a Lega está na praça estão calmos.

Não vou falar do passado, há outros locais que preferem perseguir os fantasmas do passado, estamos aqui para falar do futuro e imaginar o futuro em que os nossos filhos vão crescer. Apenas uma citação para quem está a passar por estas semanas de campanha eleitoral não para propor algo para amanhã, mas para levar a julgamento os fantasmas da história que nunca mais voltam e não uso as minhas próprias palavras, “pergunto-me se este antifascismo raivoso que hoje é espalhado nas ruas quando o fascismo acabou, não é, em última análise, uma arma de distração que a classe dominante usa contra estudantes e trabalhadores para restringir a dissidência. Empurrar as massas para lutar contra um inimigo inexistente, enquanto o consumismo moderno se insinua e desgasta uma sociedade já moribunda” Pier Paolo Pasolini 1973. Dedicado àqueles que olham para o passado porque não fazem ideia do futuro, que futuro temos em mente, que futuro tenho em mente?

Antes de mais, hoje o dia abriu com nuvens e chuva e neste momento o sol está a beijar a Piazza del Duomo por isso significa que alguém do alto nos dá uma mão e agradecemos a Nossa Senhora e a todos aqueles que querem trazer de volta um pouco de serenidade a Itália, uma serenidade que exige que haja raízes bem plantadas na terra e um país como o nosso, como disse Benedetto Croce, só pode ser definido como cristão. Então vamos começar, vamos falar sobre estas raízes, vamos começar pela defesa das nossas tradições, da nossa história,

da nossa cultura, dizendo não a alguém para quem o progresso são úteros para alugar, crianças para vender.

Nunca em Itália com o governo de Salvini, as crianças ou as mulheres nunca serão objetos para comprar no shopping e nunca alguém por lei poderá morrer de fome e sede, queremos lidar com a vida começando como diz o evangelho de Mateus desde o último, nós no governo faremos com que o último seja o primeiro e penso nestas pessoas com deficiência ignoradas pelos governos italianos que terão conosco uma atenção que nunca tiveram porque, é indigno, é indigno de um país dar 278 euros por mês a um civil inválido e garantir 1000 euros horas a uma cooperativa que se enriquece explorando a imigração ilegal.

Isto não é generosidade, é exploração também porque lembro aos que nos seguem e aos milhões de pessoas que nos seguem que ajudar uma criança a nascer, crescer, comer e beber, dormir e estudar no Quênia custa 70 cêntimos por dia, o governo Salvini um bom governo que pensa nos últimos, irá para África garantir um futuro de serenidade a essas crianças sem as arrancar dos seus países. 70 cêntimos gastos é dinheiro bem gasto, 35 euros por dia para ajudar alguém a traficar drogas à frente das escolas dos nossos filhos clamam por vingança no mundo.

24 de fevereiro alguns valores que nortearão a coerência, a honestidade e o altruísmo, a coerência, a honestidade e o altruísmo, mas alguns dos valores que um exilado italiano de há algumas décadas carregou até ao último dos seus dias, dado que morreu em 24 de fevereiro de 1990 e é um presidente da república que todos os italianos se lembram o seu nome era Sandro Pertini. Honestidade, coerência e altruísmo! As estranhezas da história outro 24 de fevereiro, 24 de fevereiro há quatro anos, a 24 de fevereiro de 2014 falou no Senado e pediu confiança no Senado o meu homónimo Matteo Renzi.

Mal posso esperar pelo dia 4 de março para mandar o Matteo Renzi para casa com os seus amigos e estamos quase lá.

E cumprir todas aquelas promessas que não cumpriu, dando esperança, o que os últimos governos nos roubaram e, acima de tudo, a esperança e é essa esperança que milhares de italianos que estou reunindo nas praças nestes meses. Estou a reunir-me nessas praças e estou a experimentar em primeira mão o desespero de muitos idosos, obrigados a vasculhar caixas

abandonadas nos mercados porque a sua pensão não garante sequer um almoço ou jantar. Penso no desespero dos com 50 anos que perdem os seus empregos e nunca mais os encontram, penso no desespero de muitos trabalhadores enfrentados por uma multinacional.

Com um clique, aquelas multinacionais modernas de que Renzi e os empresários tanto gostam, que anunciam o encerramento das fábricas porque é mais conveniente explorar os trabalhadores no estrangeiro. Agora com a Lega no governo estas pessoas que estão a tirar dinheiro público aos cidadãos italianos, por lei não poderão despedir nem um trabalhador em Itália para contratar do outro lado do mundo. Preferimos ações a palavras, penso na frustração de muitos comerciantes que hoje não estão cá porque são obrigados a manter a loja aberta porque não conseguem chegar ao fim do mês e em troca o Estado, para além dos impostos, a burocracia oferece-lhes a concorrência desleal e incorreta daquelas multinacionais que enviam tudo com um clique para todos mas estão a tornar desertos os centros históricos das nossas cidades e talvez paguem impostos no estrangeiro.

Defenderemos o negócio porque os negócios são vida, defenderemos os lojistas porque os lojistas são segurança. Penso no desespero daqueles médicos, daquelas enfermeiras, daqueles profissionais de saúde que trabalham no hospital há 30 anos para ajudar os idosos e deficientes e que alguém gostaria de mandar reformados aos 70 anos, cancelar a lei Fornero será o primeiro ato do governo Salvini. Este é o compromisso que hoje reitero perante as 50 mil pessoas da Piazza del Duomo alguém diz que é certo ser camionista, operário, pedreiro, polícia, professor, padeiro até aos 67 anos de idade é duplamente injusto.

Em primeiro lugar porque é que ser reembolsado pelas contribuições pagas após 41 anos de trabalho árduo não é um privilégio, mas sim um direito. Segundo porque enviamos as pessoas para a reforma quando merecem, significa abrir o mundo do trabalho aos muitos jovens de vinte anos que hoje fogem para o estrangeiro porque não há trabalho em Itália. Penso nos muitos empresários sufocados por uma tributação que chega aos 70% e por uma burocracia que complica em vez de ajudar e o compromisso que assumo convosco é deixar trabalhar, quem quer trabalhar, rasgando estudos sectoriais, contador de despesas, contador de rendimentos e tudo o que desperdiça muito tempo para quem simplesmente gostaria de trabalhar, inovar e produzir.

Acho que dos muitos jovens que quero que estejam comigo no palco porque são o nosso futuro. Dê uma salva de palmas a estas crianças que terão de ficar aqui para trabalhar e talvez até para dar à luz as crianças que estão agora a nascer. Cada vez mais raramente, sei que esta semana haverá em algumas cidades italianas o protesto de muitas daquelas crianças que se vê passar de bicicleta para entregar um pizza, um pacote a dois euros por hora e que são pagos à peça como numa linha de montagem no início do século passado. No governo, estamos empenhados em restaurar a dignidade aos trabalhadores! Dois euros à hora não é trabalho é escravatura e a escravatura em Itália que tenho em mente não existe nem existirá (anadiplose, anáfora).

Também penso nos muitos professores cheios de promessas de uma esquerda que os traiu, professores que cada hoje em dia são atacados nas aulas também por causa de uma boa escola que cancelou o mérito. No país que tenho em mente, para além dos direitos, os deveres também voltarão a ser importantes, para além do sim, será importante dizer não, como garante que tudo é gratuito para todos, como garante que nunca mais ninguém falhará, que geração educa quais os alunos? Que educa quais os pais? Que educam aqueles que se a criança traz um bilhete para casa em vez de descarregar no filho, vai para a escola dar um murro ao professor. A boa escola deve voltar a ser um local de educação, de respeito, de regras, de crescimento, de convivência com professores que voltarão a ser professores e não polícias.

Partilhei e partilho muitas das iniciativas do presidente Trump que, ao contrário de todos os outros, mantém as suas promessas eleitorais, mas quando me diz que está a pensar colocar uma arma nas mãos dos professores diz algo que nunca existirá em Itália. Na sala de aula entram os livros, na sala de aula entra a cultura, na sala de aula entra o respeito. O modelo é o de desarmar os criminosos, como disse Giulia Buongiorno, permitir que pessoas respeitáveis possam defender-se a si próprios e aos seus filhos é o seu trabalho e uma lei simples já está pronta com o nosso governo que estabelece um princípio normal na casa de um italiano na loja de um italiano, a legítima defesa é sempre legítima defesa!

Esta é a ideia de um país que tenho na cabeça, um país bom, um país de paz, um país de diálogo, um país que abre as portas a quem merece ter futuro por aqui, dou respeito a quem demonstra respeito e, portanto, a nossa casa será a casa de quem procura neste país um

futuro, serenidade e trabalho, diálogo, sim, mas aqueles que, em vez de fugirem da guerra, trazem a guerra para as nossas cidades, com o governo Salvini, ganham um bilhete de regresso ao lugar de onde vieram.

A identidade é acompanhada de respeito, a tradição é acompanhada de diálogo, por isso terei a honra, a alegria e a vontade de lidar com todos como Primeiro-Ministro deste esplêndido país, mesmo com aqueles que não pensam como eu, porque sou curioso por natureza, estou disposto a comparar e se é o caso quando se depara com boas ideias até para mudar de ideias, então estou pronto para viajar por Itália, através dos seus 8 000 municípios, ouvindo o que ele perdeu a vontade de fazer porque Matteo Renzi. Renzi tem caído porque traiu e porque se fechou no seu palácio rodeado pela sua arrogância, como Primeiro-Ministro o meu escritório será a Itália de Trento a Lampedusa, todos os dias para ouvir, para me encontrar, para compreender, para me comparar. Com um objetivo que tirei do evangelho com nós, os últimos serão os primeiros e penso naqueles que foram massacrados pelas regras europeias que não teríamos o direito, mas teríamos o dever de mudar, se essas regras europeias massacrassem os nossos agricultores e os nossos pescadores e nos obrigassem a importar milhares de toneladas de óleo tunisino, laranjas marroquinas, arroz cambojano, trigo canadiano ou peixe da Turquia. Ou mudo estas regras europeias ou rasgo-as porque os nossos filhos devem comer os frutos da nossa terra e do nosso mar porque isso significa trabalho e significa saúde.

Penso num país que investe na investigação e não obriga o que há de melhor nos nossos filhos a dar a volta ao mundo para fazer investigação universitária e penso no professor Giordano e nos seus alunos e investigadores das universidades italianas que, para procurarem a luta, para procurar meios de vencer o cancro e o Alzheimer tiveram de fugir para a Pensilvânia porque aqui no máximo ganha-se um estágio ou uma bolsa de estudos durante alguns meses. A imigração que vamos trabalhar para trazer de volta para a nossa casa é a de muitos trabalhadores italianos, muitos investigadores italianos que voltarão a encher as nossas universidades para tentar construir aqui um futuro que os últimos governos os obrigaram a procurar noutro lado.

Penso nos 5 milhões de italianos que emigraram para o estrangeiro, irmãos que nos ouvem neste momento da América do Sul, da Bélgica, da Alemanha, da Austrália vocês, se quiserem,

serão os primeiros imigrantes para os quais o nosso governo reabrirá estas portas, para vos permitir regressar a este país. Este é o significado de um país normal. Um país normal que faz a nível nacional, o que a Lega faz. Onde está o governo? Esta é a única grande diferença entre nós e os 5 estrelas. Há quem converse e há quem faça e faça meios como na região da Lombardia garantindo creche gratuita para dezenas de milhares de famílias que de outra forma não poderiam pagar, significa ajudar as pessoas com deficiências graves e fazê-lo significa ter permitido que 4 000 mulheres da região da Lombardia, que sofrem de cancro e foram submetidas a uma cirurgia, pudessem comprar uma peruca para recuperar a sua dignidade e a sua vontade de viver, o que de outra forma não teriam conseguido e é isso que gostaríamos de fazer para todos os italianos e por todos os italianos.

Fazer significa garantir uma contribuição até 400 euros por mês para milhões de novos pobres, que são aqueles pais e mães que, após a separação ou o divórcio, perderam os seus empregos, perderam a casa, perderam a dignidade e agora vão pedir um pedaço de pão à Caritas. Para os pais separados ou divorciados, a Itália voltará a ser um país civilizado onde se levantam os que caem e não há italianos de segunda, um país normal que se estabelece pela primeira vez na história da República Italiana. Este é o meu compromisso de honra para a primeira vez que o governo Salvini terá um ministro que só tratará única e exclusivamente dos cidadãos com deficiência, dos seus direitos, das suas necessidades, do seu trabalho, do seu direito de estudar, muitas vezes negado. Para nós, o último será o primeiro, mas atenção com uma diferença em relação à inveja e ao ressentimento social promovido pelo governo pela esquerda.

Lembrem-se dos slogans que até os ricos em Itália têm de chorar e tentar fazer chorar os ricos, inventaram imposto atrás de imposto e que grandes resultados conseguiram, pensou o governo Monti, conseguiu o grande resultado de fazer fugir os ricos de Itália, de os fazer ir para o estrangeiro pagar impostos, para comprarem uma casa, para comprarem um barco, comprarem um carro e se os ricos fugirem, quem fica a chorar em Itália continuam a ser os pobres que pagam cada vez mais e ganham menos.

Com o governo de Salvini quem for bom será recompensado, quem for bom e bem-sucedido não deve ter medo dos impostos e do Estado, mas deve regressar a Itália para trazer de volta o dinheiro para contratar outros trabalhadores e aumentar os salários, recompensar aqueles

que merecem impostos mais baixos para todos, pagarem menos, para pagar a todos este é o resultado que vamos trazer para casa. Paguem menos para pagar a todos. Aí sim se eu for chefe de Estado vou propor um sistema fiscal amigo que, em vez de vos massacrar com as sovas de faturas, ajuda a perceber que vai ao seu encontro, em vez de o manter refém da Equitalia durante vinte anos, por uma fatura no valor de 30 mil euros, chama-te ao escritório com um sorriso e um café, possivelmente como um país civilizado faz e diz dá-me esta conta de imposto de 30 mil euros que nunca me conseguiria pagar na vida, ela dá-me 15% em dinheiro imediatamente e volta a trabalhar, volta a sorrir, volta a produzir, volta a pagar impostos, volta a ser homem livre, volta a ser mulher livre, o Estado arrecada e a economia reinicia. O imposto único vai ser uma das nossas prioridades.

Depois há a relação com a administração pública. Há muitos bons funcionários públicos que fazem bem o seu trabalho, há uns que são menos bons e que fazem o seu trabalho menos bem. Um país que premeia o mérito, aumenta o salário dos funcionários públicos que fazem bem o seu trabalho, mas tira a quem não faz nada de manhã à noite, o mérito em todo o lado, até nos cargos públicos. Para recompensar quem faz o seu trabalho, não pode ser colocado ao mesmo nível daqueles que acampam com dinheiro público.

Vejam é um país com sol do que estamos a falar, serenamente, tranquilamente. Nestes minutos em Roma há outra praça com pessoas que não pensam como eu, mas a quem estendo as minhas saudações e o meu respeito. Estão lá o Partido Democrático, a Confederação Geral Italiana do Trabalho, ... Mas o que é a beleza da piazza duomo? É que nós estamos a oferecer aos nossos filhos uma ideia de futuro, noutras praças é proposto um regresso ao passado que só traz perigos e só traz raiva com as mãos nuas com a cara descoberta e com um sorriso vamos mudar este país a violência nunca resolveu nada!

Temos de ter isto bem claro na cabeça porque eu acredito nos sinais, eu acredito naquela senhora de 91 anos que conheci em Trieste que me disse “Matteo, eu não estava bem, mas vim ouvir-te, não voto há vinte anos, mas amanhã vou à Câmara Municipal pedir o cartão de eleitor porque confio em ti e acredito em ti e no dia 4 de Março volto a votar porque no dia 4 de Março vai fazer-se história”. Eu penso com orgulho e alegria dos trabalhadores que conheci fora da siderurgia do Piombino o que me contaram “o meu avô votou à esquerda, o meu pai votou à esquerda, sempre votei à esquerda, mas desta vez no dia 4 de março vou votar na

Lega, porque só vocês estão a tomar conta dos trabalhadores, enquanto Renzi agora anda com mais banqueiros do que trabalhadores, mais financeiros do que partidos”.

Esta é a bela Itália que estou a tocar com a mão, cuja mão tenho a alegria de apertar e parar para ouvir, para compreender e uma Itália generosa aos poucos. Eu levo sempre comigo um rosário que me foi dado por uma mulher talentosa, uma mulher que luta nas ruas. E não vou abdicar mais disto porque o último se torna o primeiro significa voltar a lutar e passar das palavras aos atos, de sujar as mãos, de ter coragem para andar de cabeça erguida. Ser honesto é um valor que para alguns passou de moda com o nosso governo, devido à máfia, corruptores, corruptos a resposta é apenas prisão. Não há outras respostas para além da prisão, um país livre de máfias, onde trabalhas se fores bom, onde na universidade não tens nada a ver com o cargo de professor, só se fores um amigo do amigo do filho do primo do cunhado do familiar. Eu na universidade quero o melhor dos nossos filhos, qualquer um pode ser universitário em casa e uns trinta anos mais para levar a cultura às nossas universidades, não é uma coisa incrível o país do que estamos a falar, é um país como o que está nesta bandeira dos meninos de Verona onde nenhum ser humano será distinguido com base na cor da tua pele. Não me interessa onde nasceste, não me interessa qual é o teu nome, se és uma boa pessoa, se trazes riqueza, se trazes respeito, se trazes trabalho, se trazes cultura, se és mãe ou se há uma criança a fugir da guerra.

A Itália é o teu país, mas com regras, com 5 milhões de italianos na pobreza com 3 milhões de italianos desempregados abro as portas da minha casa, mas até que estes italianos encontrem um lar e um emprego com muita serenidade quem quiser a Lega escolhe um conceito claro: Primeiro Itália, primeiro os italianos.

Pela habitação pública, pelos bónus, pelas contribuições públicas aqueles que se sacrificaram neste país ganharam mais alguns direitos, porque somos vítimas da única forma de racismo que massacrou o país nos últimos anos e é o racismo dessa esquerda que se aplicou exatamente o oposto: primeiro o resto do mundo e depois os italianos e, em vez disso, aqueles que escolhem ligar-se ao 4 de março dizem que o nosso povo primeiro porque o nosso povo tem fome de trabalho, de esperança e de um futuro com calma, serenidade e orgulho, um país que volta a ser normal, onde as pulseiras eletrónicas não vigiam os trabalhadores que vão à casa de banho, mas vigiam os reclusos para ver o que fazem e onde o fazem. Porque estou

farto de pensar sempre nos direitos de poucos e não pensar nos direitos de muitos e penso nas mulheres e nos homens da polícia prisional que vivem mais eles como prisioneiros em comparação com os criminosos que muitas vezes controlam na prisão e os trabalhadores do petróleo pagavam ainda menos dignidade no trabalho e abram praças, praças bonitas como esta, pessoal, está frio, mas deem uma salva de palmas porque hoje a história está a mudar

Para mim é uma grande responsabilidade e prometam-me uma coisa se eu for para o governo deste país vamos todos juntos obviamente. Serão cinco anos que passaremos cinco anos juntos para recuperar a esperança de que o que roubaram aos nossos filhos, a beleza, o direito à beleza, temos o país mais bonito do mundo e há monumentos que estão a cair aos pedaços, há governos que vendem pedaços do mar, museus e monumentos. Vamos colocar a beleza deste país de volta ao centro, assim como a Itália com as belezas e riquezas que temos para não ter um ministro que trate do turismo, nós faremos isso as belezas, a cultura, a música, a arte, a poesia, o mar, as montanhas, o mundo inteiro inveja-nos em vez de vendermos à primeira multinacional, vamos valorizar-nos e se existem regras europeias que nos impedem de fazer tudo ou vamos mudar tudo ou ignoramos a diretiva Bolkestein para mim não existe. Mãos fora das nossas praias. Tirem as mãos das nossas praças. Tirem as mãos dos nossos mercados.

Quero envolver-me sem gritar, mas o tempo das palavras acabou, domingo o tempo das palavras termina, domingo 4 de março se nesta última semana cada um de nós e cada um de vós der a sua alma, a sua cabeça, o seu coração. Domingo 4 de março será o dia da coragem, será um dia de celebração e este ano a Páscoa será verdadeiramente para os crentes e para os não crentes, uma Páscoa de ressurreição de libertação para este país, tenho a certeza disso, sinto-o sinto-o.

Para além das urnas, sabem uma coisa? Eu não sou o centro-direita que governa este país durante cinco anos, mas dentro do centro-direita será recompensada a força e a coragem da Lega, que será o primeiro partido do centro-direita. Tenho a certeza disso e será uma garantia de lealdade, coerência e coragem. Cumprimos os nossos acordos não traímos nunca, nunca governaremos com outros que não sejam da nossa equipa, mas porque posso dizer isto? Porque nunca o fizemos no passado, nunca apoiámos governos traidores... ideias claras, coragem, determinação.

Um belo beijo minha cara, enche-me o coração esta senhora que veio de Catanzaro vale a dobrar que sou de Milão tive menos esforço.

Quero voltar a liderar um país que não é o último da Europa, temos razões para invejar os alemães, os franceses e os luxemburgueses. Realmente não creio que nos tenham convencido nos últimos anos de que não somos tão bons como eles, somos mais estúpidos, temos menos vontade de trabalhar, não sabemos ser empresários como eles, não sabemos ser artesãos como eles porque construíram uma jaula adaptada às suas necessidades para prejudicar a economia italiana, para prejudicar os comerciantes, artesãos e pequenos negócios e começaremos de novo daqui indo para a Europa, não de chapéu na mão como muitos fizeram Letta, Renzi, Gentiloni, eu trago-vos para a Europa, eu trago a Itália para a Europa, não vou perguntar se posso por favor ajudar as minhas vítimas de terramoto, as vítimas do terramoto eu ajudo-as ponto! Regras ou sem regras, sem restrições ou com restrições! Para alguns, a burocracia vale mais do que o direito à vida, o direito ao trabalho, primeiro vêm as mulheres e os homens deste país, depois vêm as regras externas de Bruxelas, Paris ou Berlim, se estas regras externas ajudarem 60 milhões de italianos a sentirmo-nos melhor teremos todo o gosto em respeitá-las, se estas regras trouxerem fome, desespero, precariedade em Itália, ou as regras mudam ou deixarmos de pagar ou deixarmos de pagar para nos fazer passar fome com o sorriso de gente calma.

Quero dar uma salva de palmas a quem que nos estão a ajudar a pôr em prática o nosso programa de revolução económica, penso em Giancarlo Giorgetti, Alberto Bagnai, Armando Siri, Claudio Borghi, toda a equipa está a preparar-se para assumir responsabilidades governamentais em dez dias. Mulheres e homens prontos, mulheres e homens que talvez tenham sido presidentes de câmara durante muitos anos nos seus municípios, nestas listas eleitorais outros partidos inventaram candidatos que saltam de paraquedas durante a noite de região em região, de cidade em cidade, qualquer um com um registo histórico que eu acho planetário, estamos habituados à negligência daqueles que são eleitos por um partido e depois de um ano mudam de partido e vamos evitar isso mudando as leis da constituição, se mudar de partido desiste do seu lugar e vai para casa, muito simplesmente. Mas há aqueles fenómenos os da democracia dos cliques aqueles que selecionam candidatos com cliques que, pela primeira vez na história da república italiana, já conseguiram perder 15 parlamentares, antes mesmo de os parlamentares serem eleitos porque não se aperceberam que tinham

nomeado candidatos sob investigação, maçons, gente estranha, assim, é a diferença entre quem fala e quem fala.

Eu viajo por muitas terras deste esplêndido país por exemplo dizem-me porquê só tu? Porque só no Veneto tens um Luca Zaia toda a região deveria ter um Luca Zaia a garantir hospitais que funcionem, estradas, escolas, hospitais. Penso no enorme trabalho realizado por Roberto Maroni nestes cinco anos e penso no facto de que com o governo Salvini, finalmente, no interesse de todos os italianos de norte a sul, a Itália se tornará um país mais moderno, eficiente e federal, moderno, eficiente e federal, que respeite as autonomias, que valorize os territórios, que não dependa apenas de uma decisão do Estado central ou da União Europeia e permita-me dizer que demorei trinta anos nesta praça ouvi pela primeira vez ideias duplamente motivo de orgulho, há muita gente que, como já disse, é o primeiro comício da minha vida que ouço falar de políticos, nunca fui, levanta também a mão se nunca foste a um comício mas onde estiveste até ontem é fixe.

Bem digo-vos que se não ganhar no 4 de março, as minhas lições, já as teria ganho hoje porque ter estas mãos levantadas num momento destes é o reconhecimento mais bonito, milhares de pessoas sob esta esplêndida Madonna que me diz que é o primeiro comício político que sinto na minha vida. Estou feliz porque sinto que está a renascer o orgulho de sermos protagonistas da mudança neste país e o compromisso que assumo convosco é manter uma a uma, todas as promessas que fizemos, ao contrário dos outros, faremos o que comprometemo-nos a fazer e, por isso, preparem-se porque muitos mais comícios se seguirão, obrigado, digo obrigado porque vocês dão-me forças e o país está maduro para adotar o ensinamento daquele génio que dá pelo nome de Gianfranco Miglio que antes de muitos e antes de todos tinha entendido que este país se pode unir em nome da diversidade e do respeito. Um país unido em nome da identidade e do trabalho, o que poderia ser mais bonito? Quantas bandeiras diferentes? Quantas cores diferentes? Vejo os quatro mouros da Sardenha que percorreram um longo caminho para estar aqui e falo da Sardenha porque é uma terra que sofre mais com o desemprego do que outras e obriga os seus filhos a fugir e no dia 4 de março há duas ideias diferentes da Sardenha e da Itália, uma é a da esquerda, que na própria Sardenha pela boca de um dos seus vereadores disse que as crianças da Sardenha fogem, mas isso vale para as crianças da Puglia ou as crianças da Lombardia para as crianças de Roma, o que disse este génio de esquerda? Qual é o problema se as crianças fugirem

Sardenha se os agricultores, pescadores, pastores fogem da Sardenha qual é o problema? Que a enchamos de imigrantes que vão repovoar a Sardenha na minha opinião é um vereador deste tipo que precisa de ser tratado e hospitalizado.

Recomeçar do trabalho, recomeçar da terra é possível, mas esta semana preciso de vocês, destas esplêndidas 50 mil pessoas. Quero dizer a quem nos assiste de casa que, ao contrário de outros partidos ou outros sindicatos, eles não são pagos para ir às ruas, mas pagam do próprio bolso o autocarro, o comboio, o avião. Numa praça lindíssima porque nesta praça a polícia e os carabineiros estão basicamente desarmados, sem capacete e com um sorriso porque são nossos irmãos.

Essa é a beleza disto, mal posso esperar para começar, estou a dizer-lhe, mal posso esperar para começar, também. Estão prontos? Mas estão realmente prontos? Sinto uma enorme responsabilidade sobre os meus ombros mas é uma alegria, como disse a Giulia Bongiorno, percebo que um dia eu e os meus dois filhos que amo mais que tudo no mundo me perdoem pelo tempo que lhes roubei porque pretendo devolvê-los, fazendo-os crescer numa Itália melhor como aquela que os meus pais e os meus avós me deixaram, a Itália que devolve o sorriso e a esperança e os direitos, uma Itália que aplica plenamente uma constituição da qual muitas pessoas estão cheias, mas que muitos no governo nunca aplicaram uma constituição que o artigo 1º diz que “a Itália é uma república democrática fundada no trabalho”. Não diz que a Itália é uma república democrática fundada na exploração e no trabalho precário. Trabalho é trabalho, e o trabalho voltará a ser trabalho garanto-vos. Uma constituição que no artigo 47º com isto dedico à dupla premiada Renzi Boschi não sei onde estão, mando-lhes um grande beijo, não sei se estão em Maria ou Bolzano, em Lampedusa definitivamente não está, em Arezzo porque em Arezzo nunca lá vão. Mas o artigo 47º da constituição que diz que “a república incentiva e protege a poupança em todas as suas formas”, faça-o, vá e diga a quem perdeu o seu dinheiro a quem foi defraudado por aqueles bancos que, graças às regras europeias e a cumplicidade dos governos italianos, perderam as poupanças de uma vida, não tenho nenhuma varinha mágica, mas comprometo-me com estes milhões italianos a fazer uma coisa simples, uma vez que vou ao governo. Para salvar os bancos de outras pessoas, os italianos foram solicitados 50 mil milhões para ajudar os aforradores noutros países e quando se trata de ajudar os aforradores italianos o dinheiro não existe, ora, estes 50 mil milhões que estão presos em Bruxelas, o governo Salvini retomara-os até termos reembolsado um a um os

aforradores defraudados, por pessoas que deveriam estar na prisão, em vez de irem às compras em Corso Monte Napoleone.

A mesma constituição italiana pensem bem, o artigo 52º é uma loucura diz algo que para alguns é quase subversivo é a antecâmara do fascismo são tons fortes em suma “Salvini não exagere, fique calmo, seja bom”, eu sou a pessoa mais simpática do mundo e vou aplicar a constituição que no artigo 52º lembra que “a defesa da pátria é dever sagrado de cada cidadão”. A defesa da pátria e das fronteiras é um dever sagrado de cada cidadão.

Não entendo porque é que alguém que uma vez perdeu a vida para defender o solo sagrado da sua comunidade foi um herói e quem fala hoje em defender a pátria dos italianos e os controlos fronteiriços é uma pessoa perigosa, temos tido pessoas perigosas nos últimos anos no governo que nos levou à guerra interna, não utilizando tanques, mas utilizando finanças que causaram mais danos graças à União Europeia do que nas duas guerras mundiais anteriores. Nasceram hoje menos crianças do que em 1917, percebemos que precisamos de devolver a normalidade, a serenidade e o trabalho neste país. Acredito nisso, não o conseguiremos sozinhos, estou pronto para me encontrar, ouvir, dialogar, envolver todos, e agradeço também a estas pessoas, a estas organizações que nos estão a dar uma mãozinha apesar de nunca terem tido um cartão da Lega no bolso e escolheram e concordaram em correr connosco agradeço e recordo com alegria a esplêndida praça de Roma dos milhões de italianos no dia da família, que disseram que “defender a vida das crianças é um direito sagrado de todo o governo” e vamos responsabilizar-nos por estes valores, destas emoções agradeço ao meu amigo secretário do sindicato da polícia autónoma Gianni Tonelli que em nome de todas as forças policiais concordaram em concorrer em Bolonha e digo-vos que em Bolonha a Lega vai ganhar e que em Bolonha o centro-direita vai ganhar, agradeço a quem se disponibilizou, agradeço também aos amigos da GL que nos deram os seus melhores homens porque é importante recomeçar das fábricas, do trabalho, das mãos com calos, das costas suadas, de quem luta aqui. No governo nos últimos anos tivemos gente que não conhece o conceito de esforço, de sacrifício, de mérito, caso contrário não haveria ninguém que pensasse naquele candidato do PD em Trieste, um candidato do partido democrático em Trieste que teve a coragem de dizer que a lei Fornero era a lei mais linda do mundo.

Mas onde vivem? Onde vive esta gente? Então malta não tenho inimigos nem adversários políticos mal posso esperar que chegue o dia 4 de março para voltar a dar a este país um governo sério, feito de gente séria e Renzi será apenas uma memória distante. Este é o compromisso que assumo.

Entretanto, tenham em mente que o que farei e faremos, não poderei fazer sozinho que haverá necessidade de vós, haverá necessidade de vós porque estou ao vosso serviço, estou entre vós para vos servir, não para vos usar como outra pessoa o fez, estou à sua disposição, dou-vos um compromisso, a minha cabeça, o meu coração e a minha vida, porque os nossos filhos, porque os seus filhos, porque este país merece o sacrifício até ao fim, merecem um compromisso real, um compromisso concreto, este é um daqueles momentos da história como disse aquela grande mulher que é ignorada ou denegrida por muitos e que na minha opinião é antes uma das mães fundadoras do pensamento deste país como esta grande mulher disse que há momentos na história em que “o silêncio é uma falta e falar torna-se uma obrigação” disse Oriana Fallaci e nós fazemos isso hoje mas a obrigação não é falar mas fazer. Isso é um daqueles momentos clássicos em que quem se cala é cúmplice.

Peço-vos esta semana peço aos 50 mil na Piazza Duomo para ir aos escritórios, nas fábricas, nas escolas, nos estaleiros de obras, nos hospitais para acordar quem ainda dorme e dizer que no dia 4 de março ou vencemos ou morremos ou mudamos agora ou já se não muda (hipérbole). Quem não escolhe garante que pelos seus filhos escolham outros, quem não escolhe não pune o político desonesto, quem fica em casa e não vota, as pessoas respeitáveis que não votam, fazem com que o voto dos mafiosos conte a dobrar e o voto dos mafiosos mete-me nojo por isso preciso de pessoas respeitáveis com as costas retas que votem que estejam interessadas que se empolguem essa é a beleza disso redescobri a emoção da política e espero ter devolvi-vos as emoções da boa política porque a política bem feita resolve os problemas mas aquece os corações e eu quero falar não só às vossas cabeças, mas sobretudo aos vossos corações.

Votar não me chega, peço algo mais, basta-me e preciso da vossa confiança, peço-vos que confiem em mim porque confio em vós e quem está neste palco não trai, o facto de que neste palco mal posso esperar para passar das palavras aos factos e, portanto, gostaria que este dia

nunca acabasse, não sei quanto a vocês, mas eu ficaria aqui horas, o bom Deus também nos deu este sol.

Dar uma salva de palmas principalmente à minha direita para as meninas que estão a traduzir para os surdos que estão aqui em frente ao palco que são a minha alegria. Vocês são a minha alegria. Houve um Matteo mais importante que eu que não é aquele de Florença que escreveu que os últimos serão os primeiros. Mal posso esperar para aplicar por lei que na nossa Itália os últimos serão os primeiros não há italianos de segunda classe, direitos e deveres iguais para todos e por isso agradeço duplamente.

Como agradeço por o que vim fazer para ficar aqui esta manhã um rapaz enviou-me uma mensagem a dizer que “vou com o meu bebé de três meses, vou com a minha mulher com o meu bebé de três meses”. Esta é a praça da Lega, esta é a Itália da Lega, uma Itália que devolve o sorriso, esperança e futuro e será pesada não pelo rácio do PIB do défice, o spread e as restrições. Nós vamos ao governo e o primeiro indicador do sucesso do nosso governo será que na Itália as crianças que não nascem, nascerão de novo porque as crianças voltarão até terem um emprego que possam evitar para escapar, eles permanecerão aqui, para criar uma família e criar os seus filhos e um programa ambicioso e estou muito feliz com o facto de que dentro de uma semana votaremos, espero que muitos de vós sejam representantes de lista nas urnas porque confiamos em todos mas não confiamos em ninguém e não gostaria que alguém que não leva os votos reais tivesse 20 deles na cabine de voto e, portanto, olhos e ouvidos abertos e lembre-se que a forma mais simples de votar na Lega não é escrever nenhum nome no boletim de voto mas simplesmente fazer uma cruz naquele símbolo de liberdade. No papel que vos dão duas cruzes no símbolo da Lega e a Itália recomeça, a Itália volta a sorrir com grandes promessas do nome de normalidade de respeito e honestidade é o que posso oferecer agora.

Gostava de ficar aqui muito tempo, mas imagino que tenham alguns compromissos em casa, imagino que tenha algum marido, alguma mulher, algum filho, algum sogro à sua espera, estamos aqui até ao fim, estamos a ter o rali mais longo do mundo, posso ficar até à meia noite, tudo bem para vocês? Não há problema, mandem um whatsapp, volto um momento mais tarde do que o previsto, vale a pena, sabem uma coisa, ganhamos no domingo, sabem? Depois vem o bom e depois vem o bom só estou à espera de ver as caras daqueles

comentadores daqueles sociólogos daqueles politólogos, daqueles investigadores, daqueles jornalistas, “imaginem Salvini bruto”, mas não, temos paz, temos pessoas bonitas, pessoas boas, pessoas pacientes, mas temem a ira dos mitos que alguém disse isto antes. Pessoas pacientes que querem construir noutras praças, há pessoas que querem desfazer e voltar a esta praça e do outro lado do Facebook, porque estão a observar-nos, há pessoas que querem construir e querem seguir em frente que só falam do passado e porque não é ideia para o futuro e por isso deixamos que sejam eles “anti”, estão contra nós, nós somos a favor da vida, a favor do trabalho, a favor do respeito e a favor de um país que está a crescer de novo e é mais uma vez o primeiro país da Europa que não tem nada a invejar nem a perguntar a ninguém.

É isso que faremos a partir do próximo domingo e doravante e agradeço e faço hoje o que fazem os primeiros-ministros depois de nomeados, faço-o sem querer desrespeitar ninguém porque então obviamente Giuseppe será o presidente da república que toma nota do facto de os italianos terem escolhido o centro-direita e no centro-direita escolheram Salvini, por isso não quero deitar as mãos, mas quero fazer um juramento convosco antes do Quirinal, um juramento que pressupõe o facto de que a partir de hoje cinco anos de construção de beleza, respeito pelo trabalho e a honestidade de norte a sul, começam com o que trago no coração em nome da autonomia do federalismo, das linguagens, dos perfumes, das belezas que são os 8.000 municípios que compõem este país, por isso antes de o fazer a nível institucional, faço-o convosco porque me importo que carreguem este dia no vosso coração durante muitos anos, para poderem dizer que “eu estava lá, fui o protagonista desta mudança”.

Na próxima semana precisamos de sair da internet a vida não é só o talk show da televisão, rádio, Facebook, Twitter, Instagram, na próxima semana peço que sejam 50 mil testemunhas e apóstolos em toda a Itália do facto de que a mudança é possível que estamos prestes a vencer e precisamos de segurar a mão a 60 milhões de italianos que só querem certezas e um futuro e, por isso, antes de o fazer institucionalmente faço-o hoje com o coração diante de vós à vossa frente que estão aqui e à sua frente que nos está a seguir de Itália e de todo o mundo e, por isso, à sua frente hoje, 24 de Fevereiro de 2018, comprometo-me e juro ser fiel ao meu povo até aos 60 milhões Italianos de servi-los com honestidade e coragem, juro aplicar verdadeiramente quando exigido pela constituição italiana ignorada por alguns e juro fazê-lo

respeitando os ensinamentos contidos neste evangelho sagrado, eu juro, juram comigo?, eu juro, juram juntamente comigo? Obrigado, vamos governar, vamos retomar este belo país.